PDI

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL
2022-2026

FACIC
Faculdade de Ciências Humanas do Estado de São Paulo

CRUZEIRO - SP
2022

ATUALIZADO EM 22 DE MAIO DE 2023

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO **4**

1. PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL **12**

1.1. EVOLUÇÃO INSTITUCIONAL A PARTIR DOS PROCESSOS DE PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL 12

1.2. PROCESSO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL 14

1.3 AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE ACADÊMICA 21

1.4 AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL E AVALIAÇÕES EXTERNAS: ANÁLISE E DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS 21

1.5 RELATÓRIOS DE AUTOAVALIAÇÃO 22

2. DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL **23**

2.1. MISSÃO, OBJETIVOS, METAS E VALORES INSTITUCIONAIS 23

2.2 PDI, PLANEJAMENTO DIDÁTICO-INSTRUCIONAL E POLÍTICA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO E DE PÓS-GRADUAÇÃO 44

2.3 PDI, POLÍTICA E PRÁTICAS DE PESQUISA OU INICIAÇÃO CIENTÍFICA, DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA E DE DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO E CULTURAL 80

2.4 PDI, POLÍTICAS INSTITUCIONAIS VOLTADAS À VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE, DO MEIO AMBIENTE, DA MEMÓRIA CULTURAL, DA PRODUÇÃO ARTÍSTICA E DO PATRIMÔNIO CULTURAL, E AÇÕES AFIRMATIVAS DE DEFESA E PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E DA IGUALDADE ÉTNICO-RACIAL 84

2.5 PDI E POLÍTICAS INSTITUCIONAIS VOLTADAS AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E À RESPONSABILIDADE SOCIAL 87

2.6 PDI E POLÍTICA INSTITUCIONAL PARA A MODALIDADE EAD 90

2.7 ESTUDO PARA IMPLANTAÇÃO DE POLOS EAD 102

3. POLÍTICAS ACADÊMICAS **103**

3.1 POLÍTICAS DE ENSINO E AÇÕES ACADÊMICO-ADMINISTRATIVAS PARA OS CURSOS DE GRADUAÇÃO 103

3.2 POLÍTICAS DE ENSINO E AÇÕES ACADÊMICO-ADMINISTRATIVAS PARA OS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU 105

3.3 POLÍTICAS DE ENSINO E AÇÕES ACADÊMICO-ADMINISTRATIVAS PARA OS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU 106

3.4.POLÍTICAS INSTITUCIONAIS E AÇÕES ACADÊMICO-ADMINISTRATIVAS PARA A PESQUISA OU INICIAÇÃO CIENTÍFICA, A INOVAÇÃO TECNOLÓGICA E O DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO E CULTURAL 106

3.5 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS E AÇÕES ACADÊMICO-ADMINISTRATIVAS PARA A EXTENSÃO 107

3.6 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS E AÇÕES DE ESTÍMULO E DIFUSÃO PARA A PRODUÇÃO ACADÊMICA DOCENTE 108

3.7 POLÍTICA INSTITUCIONAL DE ACOMPANHAMENTO DOS EGRESSOS 109

3.8 POLÍTICA INSTITUCIONAL PARA INTERNACIONALIZAÇÃO 110

3.9. COMUNICAÇÃO DA IES COM A COMUNIDADE EXTERNA 110

3.10. COMUNICAÇÃO DA IES COM A COMUNIDADE INTERNA 111

3.11. PROCEDIMENTOS DE ATENDIMENTO AOS DICENTES 112

3.12 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS E AÇÕES DE ESTÍMULO À PRODUÇÃO DISCENTE E À PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS (GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO) 117

4. POLÍTICAS DE GESTÃO 117

4.1 TITULAÇÃO DO CORPO DOCENTE 118

4.2. E 4.4. POLÍTICAS DE QUALIFICAÇÃO DOCENTE E FORMAÇÃO CONTINUADA 121

4.3. POLÍTICA DE CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO CONTINUADA PARA O CORPO TÉCNICO- ADMINISTRATIVO 122

4.5 PROCESSOS DE GESTÃO INSTITUCIONAL 125

4.6. SISTEMA DE CONTROLE DE PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO 135

4.7. SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA: RELAÇÃO COM O DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL 138

4.8 SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA: PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE INTERNA 140

5. INFRAESTRUTURA 142

5.1. INSTALAÇÕES ADMINISTRATIVAS 143

5.2. SALAS DE AULA 144

5.3. AUDITÓRIO 146

5.4. SALA DE PROFESSORES 146

5.5. ESPAÇOS PARA ATENDIMENTO AOS DISCENTES 147

5.6. ESPAÇOS DE CONVIVÊNCIA E DE ALIMENTAÇÃO 147

5.7. LABORATÓRIOS, AMBIENTES E CENÁRIOS PARA PRÁTICAS DIDÁTICAS: INFRA ESTRUTURA FÍSICA 148

5.8. INFRAESTRUTURA FÍSICA E TECNOLÓGICA DESTINADA À CPA 149

5.9. BIBLIOTECAS: INFRAESTRUTURA 149

5.10 BIBLIOTECAS: PLANO DE ATUALIZAÇÃO DO ACERVO 152

5.11 SALAS DE APOIO DE INFORMÁTICA OU ESTRUTURA EQUIVALENTE 159

5.12 INSTALAÇÕES SANITÁRIAS 159

5.13 ESTRUTURA DOS POLOS EAD 160

5.14 INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA 161

5.15 INFRAESTRUTURA DE EXECUÇÃO E SUPORTE 161

5.16 PLANO DE EXPANSÃO E ATUALIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS 161

5.17. RECURSOS DE TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO 163

5.18. AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM (AVA) 165

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 165

INTRODUÇÃO

O Plano de Desenvolvimento Institucional assumido pela Faculdade de Ciências Humanas do Estado de São Paulo - FACIC constitui-se num instrumento político, filosófico, teórico/metodológico que indica uma direção, uma ação intencional com um sentido explícito, compromissos definidos coletivamente e norteador de suas práticas acadêmicas. Trata-se, portanto, de uma projeção dos valores originados da identidade da Instituição, materializados no seu fazer específico, cuja natureza consiste em lidar com o conhecimento e que deve delinear horizonte de longo prazo, não se limitando a um período de gestão.

O processo de desenvolvimento no sentido da globalização, das inovações tecnológicas e das transformações e informações que vem ocorrendo na sociedade contemporânea, coloca novos desafios à educação, à função social do ensino e ao processo de socialização dos conhecimentos. A FACIC, em face das políticas públicas do Estado, às demandas sociais e tomando ainda por horizonte a filosofia, a história, as características, o perfil e a missão da Instituição sinaliza para o redimensionamento do ensino, consciente do seu papel, enquanto agente de transformação e orientado, sobretudo, por princípios éticos e democráticos.

Considerando o locus social, econômico e cultural na qual se insere, o presente Projeto expressa em sua proposta pedagógica, as concepções que o orienta, a visão de ser humano, de sociedade, de conhecimento, de educação e os referenciais pedagógicos, didáticos e metodológicos que inspiram as práticas curriculares institucionais.

Caracteriza-se como um instrumento que aponta diretrizes e orientações gerais para a efetivação de programas, projetos, planos de ações a serem desenvolvidos na Instituição.

O Plano de Desenvolvimento Institucional passou por um processo de análise, de acertos, reajustes e apresentação de uma proposta de atualização, motivada pelo Relatório apresentado pela Comissão Própria de Autoavaliação, a CPA do ano de 2017.

A atualização do PDI considerou a evolução tecnológica, o crescimento regional e as tendências nacionais no âmbito da educação, bem como, as metas previstas no PDI anterior. Para essa revisão e reanálise, o processo constitui-se num trabalho de caráter coletivo dos envolvidos no processo institucional, com o estabelecimento das metas e ações necessárias para a concretização do projeto de permanente construção de uma Instituição, dentro dos parâmetros fundamentais de qualidade.

Este documento, portanto, fruto de reflexões coletivas apresenta a atualização do perfil institucional, o cronograma de implantação e desenvolvimento de suas ações para o período de vigência 2022-2026.

Considerando as reflexões acima e após cuidadosa observação e análise dos resultados obtidos no PDI anterior, envolvendo a Direção, seus órgãos colegiados, representantes da Mantenedora e obedecendo ao disposto nas recentes leis que regulam o ensino superior, que definem os principais tópicos que devem conter o Plano de Desenvolvimento Institucional, reorganiza e apresenta seu PDI 2022-2026, remodelado de acordo com as sugestões apresentadas em formulário disponibilizado pelo Ministério da Educação.

1. CONTEXTUALIZAÇÃO E HISTÓRICO INSTITUCIONAL

IDENTIFICAÇÃO

MANTENEDORA	QUALIFICAÇÃO LEGAL	CNPJ/MF
Instituto Nossa Senhora Aparecida	Associação - sem finalidade lucrativa	24.344.755/0001-71
ENDEREÇO	Av. Prudente de Moraes, nº 1581 - VIla Santana - Araraquara/SP	

INSTITUIÇÃO MANTIDA:

IES	QUALIFICAÇÃO LEGAL	IGC
Faculdade de Ciências Humanas do Estado de São Paulo - FACIC	Portaria MEC nº 587/2019 (Recredenciamento)	3/2022
ENDEREÇO	Rua do Andradas, n.º 1039 – Vila Brasil – Cruzeiro/SP	

A Faculdade de Ciências Humanas do Estado de São Paulo – FACIC (Código MEC n.º 4724), com sede no município de Cruzeiro/SP, foi credenciada pelo Ministério da Educação – MEC em 18 de setembro de 2006 e teve as suas primeiras aulas efetivadas em 12 de fevereiro de 2007, com a denominação de Faculdade de Ciências Humanas de Cruzeiro, ocasião em que foram autorizados os cursos de Admi- nistração e Ciências Contábeis e no ano seguinte, 2007, foi aprovado o funcionamento do curso de Direito.

A partir de 2008 iniciou-se o funcionamento dos primeiros cursos de pós-graduação, com cursos de especialização lato sensu na área de educação.

Já nos primeiros anos da Instituição, em 30/12/2008 a CPA/FACIC apresentou o 1.º Relatório de Autoavaliação Institucional da IES, dando início ao processo de autoavaliação da FACIC, com forte adesão e ampliação ao longo dos últimos anos.

Em 16 de julho de 2009, após atribuição de conceito 4 na avaliação de especialistas do INEP/MEC, foi autorizado e iniciado o funcionamento do curso de Engenharia de Produção.

A FACIC foi credenciada para a oferta de educação a distância (EAD) em 20 de julho de 2010, com a autorização do curso de Pedagogia.

Os primeiros cursos da FACIC foram reconhecidos pelo Ministério da Educação (MEC) – Administra- ção (2010) e Ciências Contábeis (2011).

O 1.º recredenciamento institucional da FACIC para a modalidade de educação presencial foi aprova- do em 07 de outubro de 2011.

Em 2012, após autorização e credenciamento no âmbito da OAB/SP iniciou-se as atividades do “Escritório de Assistência Jurídica” do curso de Direito e os primeiros diplomas emitidos pela FACIC foram

registrados pela Universidade Federal de São Carlos – UFSCar.

No ano letivo de 2017 foram reconhecidos pelo MEC os cursos de Direito, Engenharia de Produção e Pedagogia.

A partir de 1.º de novembro de 2018 o Ministério da Educação autorizou o criação de novos cursos na FACIC (Presenciais e EAD) – Enfermagem, Matemática, Recursos Humanos e Letras.

Em 2019 foram autorizados os cursos de Administração e Ciências Contábeis, na modalidade de educação a distância (EAD), concluído e publicado o 2.º recredenciamento institucional da FACIC e aprovada a mudança da denominação da IES de Faculdade de Ciências Humanas de Cruzeiro para Faculdade de Ciências Humanas do Estado de São Paulo.

Em 15 de junho de 2020 foi autorizado pelo MEC o curso de educação física, na modalidade de educação a distância (EAD).

Em 1.º de dezembro de 2021 o MEC aprovou o 1.º recredenciamento institucional da FACIC para a oferta de educação a distância (EAD), após atribuição de conceito CI-4 na avaliação institucional externa realizada pelo INEP/MEC.

Na atualidade, 2021, a FACIC oferece cursos presencias de graduação em Administração, Ciências Contábeis, Direito, Engenharia de Produção e Enfermagem. As graduações ofertadas na modalidade de educação a distância são Administração, Ciências Contábeis, Educação Física, Letras, Matemática, Pedagogia e Recursos Humanos.

As informações institucionais mais recentes (dezembro-2021) dão conta que a FACIC, com IGC atual 3, na classificação do INEP/MEC, tem um efetivo docente composto por 47 docentes (mais de 80% de mestres e doutores) e um quadro de 27 técnicos administrativos e pessoal de serviços gerais, para uma população de quase 3 mil alunos vinculados à IES em seus cursos (graduação e pós-graduação).

TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS E SERVIÇOS GERAIS

ESCOLARIDADE	QUANTITATIVO
Ensino Superior	9 (33,34%)
Ensino Médio	12 (44,44%)
Ensino Fundamental	2 (7,41%)
Estagiários	4 (14,81%)
TOTAL	**27**

GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO - OFERTA ATUAL

Atualmente a FACIC oferta os seguintes cursos de Graduação e Pós-Graduação (Lato Sensu):

GRADUAÇÃO - BACHARELADO E LICENCIATURA - PRESENCIAL		
CURSO	**NÚMERO DE VAGAS ANO**	**SITUAÇÃO LEGAL**
Administração	100	Reconhecido
Ciências Contábeis	100	Reconhecido
Direito	120	Reconhecido
Engenharia de Produção	100	Reconhecido
Enfermagem	100	Reconhecido

GRADUAÇÃO - BACHARELADO E LICENCIATURA - EAD		
CURSO	**NÚMERO DE VAGAS ANO**	**SITUAÇÃO LEGAL**
Administração	100	Autorizado
Ciências Contábeis	100	Reconhecido
Educação Física	80	Autorizado
Letras	60	Autorizado
Matemática	60	Autorizado
CST Recursos Humanos	100	Reconhecido
Pedagogia	300	Reconhecido

PÓS-GRADUAÇÃO (*LATO SENSU*) - ESPECIALIZAÇÃO

Os cursos de pós-graduação lato sensu (especialização) criados e instalados pela IES estão divididos em 4 grandes grupos: Educação – 1) Educação Infantil; 2) Literatura Infantil e Contação de Histórias na Escola; 3) Pedagogia Hospitalar; 4) Docência no Ensino Superior; 5) Psicopedagogia; 6) Pedagogia da Cultura Corporal na Escola; 7) Psicopedagogia Clinica e Institucional; 8) Alfabetização e Letramento nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental; 9) Gestão Estratégica da Educação; 10) Gestão Escolar e Coordenação Pedagógica; 11) Libras; 12) Educação Especial e Inclusiva com Ênfase em Deficiência Intelectual; 13) Arteterapia Escolar e 14) Gestão Administrativa na Educação. Direito - 1) Direito Administrativo; 2) Direito Imobiliário; 3) Compras Públicas, Licitações e Contratos; 4) Direito do Trabalho; 5) Direito Ambiental; 6) Direito Previdenciário; 7) Direito Constitucional; 8) Direito Penal; 9) Direito Tributário; 10) Direito das Relações Sociais e 11) Direito Empresarial. Gestão e Engenharia – 1) Gerência de Cidades; 2) Finanças e Controle da Administração Pública; 3) Desenvolvimento Regional; 4) Gestão Estratégia de Pessoas; Controladoria e Finanças; 5) Logística; 6) Gestão Estratégica de Recursos Humanos; 7) Gestão de Projetos; 8) Auditoria e Perícias Contábeis; 9) Marketing e Gestão de Vendas; 10) Administração da Qualidade e Produtividade e 11) Engenharia de Segurança do Trabalho. Saúde – 1) Gestão de Serviços Públicos de Saúde e 2) Especialização em Oftalmologia - Programa 2020.

INSERÇÃO REGIONAL

A cidade de Cruzeiro está localizada na Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte, Estado de São Paulo, na região Sudeste do Brasil, uma das mais desenvolvida do país. Os municípios de maior desenvolvimento estão localizados às margens da Rodovia Presidente Dutra BR-116.

No chamado médio Vale, Região onde Cruzeiro está inserida, destacam-se empresas do setor automotivo, químico e de transformação pesada. O setor de serviços tem alta concentração de atividade econômica.
O varejo recebeu investimentos consideráveis na última década, com destaque para a inauguração de shopping centers nas cidades de Lorena e Guaratinguetá.

O turismo é explorado na maioria das cidades da região. O turismo religioso é o ponto principal de referência. A região é destaque no assunto, chegando a ser considerada a capital do turismo religioso no Brasil. Isso porque abriga três cidades famosas por receberem fiéis de todo o país: Aparecida, Guaratinguetá e Cachoeira Paulista.

As cidades formam o tripé do Circuito Turístico Religioso do Vale do Paraíba, roteiro criado em 2007 para estruturar o setor na região. O Santuário Nacional de Aparecida é o que mais atrai turistas: somente em 2016, a basílica recebeu a visita de mais de 12 milhões de romeiros. Com a movimentação de turistas na cidade, aumenta o fluxo de turistas em outros templos da região, como a comunidade Canção Nova, em Cachoeira Paulista e o Santuário Frei Galvão, no Município de Guaratinguetá.

A agropecuária ainda é de grande importância para vários municípios dessa região. O Vale do Paraíba é o segundo maior polo produtor de leite do país. Por questões conjunturais, a produção de leite se encontra em decadência, mas ainda sustenta boa parte da população rural dos pequenos municípios, principalmente aqueles localizados no Vale Histórico.

O Município de Cruzeiro encontra-se localizado a 220km de São Paulo, 120Km de São José dos Campos e 213Km do Rio de Janeiro, na mesorregião do Vale do Paraíba, no cone leste paulista, apresentando uma população de 81.406 habitantes, com PIB per capita de R$26.519,06.

Os números da educação básica – INEP/MEC - 2016 indicam 9.673 alunos matriculados no ensino fundamental e 3.396 alunos no ensino médio.
O município possui uma área de 304.572 km², tendo seu foco econômico voltado, principalmente, para as áreas do comércio, serviços e indústria metalúrgica. A localização geográfica de Cruzeiro é de certa forma privilegiada, dado que num raio de 200 km localizam-se cerca de 40 milhões de pessoas e grande parte do PIB brasileiro.

Em termos de densidade comercial empresas nacionais como Casas Bahia, Lojas Pernambucanas, Lojas Cem, Magazine Luiza e Lojas Americanas são os principais destaques no município.

As duas empresas do grupo Iochpe-Maxion, a Amsted-Maxion (Fundição e Equipamentos Ferroviários), que foi criada a partir da fusão do grupo Iochpe-Maxion com a norte-americana Amsted Industries e a Maxion Sistemas Automotivos-Divisão de Rodas e Chassis (Listadas na BOVESPA).

A Amsted Maxion é referência em fundição, possuindo unidades nos Estados Unidos e na cidade paulista de Hortolândia. A Maxion em Cruzeiro está dividida em duas unidades distintas: Maxion Structural Components e Maxion Wheels. Tais empresas geram mais de 5.000 empregos diretos.

Além das unidades industriais listadas, a cidade conta com outras plantas industriais de médio porte e várias empresas de transporte rodoviário, tais como a MSD (Merck Sharp &Dohme), CPI Papéis Industriais, Sestini, Metalúrgica Carron, Einsemann, Finquímica, Tractor Terra, Batatas Inaí e Massas Cunha.

No ramo do transporte, estão instaladas na cidade empresas como GR Transporte de Produtos Químicos, Transportadora Sayder, Transportadora Sulista, Transpanda, TransBiondi, Transporte Marcos, entre outras.

A Facic atende municípios de todo a região, notadamente, as cidades do entorno na Região do Vale do Paraíba, Sul de Minas Gerais e Sul Fluminense, numa área populacional próxima a 730.000 (sete- centas e trinta mil pessoas). (IBGE-2017)

Trata-se de Região marcada por forte concentração industrial, comercial e de serviços, inclusive na área do turismo.

O município de Cruzeiro faz parte da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte, criada pela Lei Complementar Estadual 1.166, de 9 de janeiro de 2012. É uma das quatro regiões metropolitanas do Estado de São Paulo. É formada pela união de 39 municípios agrupados em cinco sub-regiões. Sede da 4ª sub-região da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte, Cruzeiro tem mais sete cidades alocadas na mesma região, conforme demonstra o quadro abaixo:

QUADRO 1 – SUB-REGIÃO 4 RMVP

Arapeí	Lavrinhas
Areias	Queluz
Bananal	São José do Barreiro
Cruzeiro	Silveiras

Fonte: Diário Oficial do Estado de São Paulo - vol.122, n. 6, 10 de janeiro de 2012

DADOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

A tabela abaixo sintetiza os números populacionais e escolares da microrregião de abrangência da Instituição:

TABELA 1 – INDICADORES SOCIAIS DA ÁREA DE ABRANGÊNCIA

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO	ALUNOS DO EF[1]	ALUNOS DO EM[2]
Arapeí	2.516	348	98
Areias	3869	487	136

Bananal	10.821	1.165	322
Cachoeira Paulista	32.536	4.121	1.604
Canas	4.914	725	110
Cruzeiro	81.406	9.447	3.717
Guaratinguetá	119.573	13.780	6.063
Itamonte	15.267	941	748
Itanhandú	15.200	921	704
Itatiaia	30.475	1.773	762
Lavrinhas	7.102	904	202
Lorena	87.584	10.453	3.829
Passa Quatro	16.413	826	627
Piquete	14.048	457	329
Queluz	12.777	1.292	356
Resende	126.084	17.062	4.698
São José do Barreiro	4.183	565	146
Silveiras	6.193	957	228
Total	**590.961**	**66.224**	**24.679**

[1] Ensino Fundamental [2] Ensino Médio Fonte: IBGE 2017 e INEP 2020 (consulta na internet em 17/03/2023 as 16h30min).

DADOS SOCIOECONÔMICOS - PINDAMONHANGABA E REGIÃO (PÓLO II)

O Município de Pindamonhangaba, na Região Metropolitana do Vale do Paraíba Paulista e Litoral Norte, encontra-se localizado no Estado de São Paulo. O principal acesso à cidade é pela Rodovia Presidente Dutra, no quilômetro 99. Tem ao norte a Serra da Mantiqueira e ao sul a Serra do Quebra Cangalha - contraforte da Serra do Mar. A denominação costuma incluir, também, o Litoral Norte do Estado de São Paulo, que lhe é vizinho e estreitamente ligado, já que está a 162 km de distância da Capital Paulista,

292 km da cidade do Rio de Janeiro e a 50 km da divisa com o Estado de Minas Gerais. Em 2014, possuía um PIB de R$ 6,23 bilhões, que a colocava em 148° lugar entre os 5570 municípios brasileiros. Deste valor, a maior participação foi do setor de serviços, com valor adicionado de R$ 2,362 bilhões (37,9%); em segundo lugar, o setor industrial, com R$ 2,283 bilhões (36,6%) e em terceiro lugar, a agropecuária, com R$ 23,58 milhões (0,38%). O valor adicionado de impostos foi de R$ 1,034 bilhões (16,6%) e o da administração, serviços públicos e seguridade social foi R$ 524,2 milhões (0,84%). O mu- nicípio possui o maior polo industrial de reciclagem de latas de alumínio da América Latina, tendo importante atuação neste segmento econômico.

A região é uma das mais desenvolvidas da América Latina, circundada por inúmeras indústrias de grande porte, com atuação em diversos segmentos, demandando tanto de matéria-prima como de distribuição intensa de produtos e serviços. A relação de empresas instaladas em Pindamonhangaba é bastante extensa, destacando as 15 entre as principais: Aromax; Bundy Refrigeração; Confab Equi- pamentos; EXALL; Gerdau (Antiga Villares); Givi; Latasa; Lyondell Bassel Poliefina; Nobrecel; Novelis; Pisani Plásticos; Plascar; Tenaris Confab e Total Lubrificantes. (fonte: http://www.pindamonhangaba. sp.gov.br).

DADOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA EM PINDAMONHANGABA

A tabela abaixo sintetiza os números populacionais e escolares da microrregião de abrangência do Polo de EAD da Instituição:

INDICADORES SOCIAIS DA ÁREA DE ABRANGÊNCIA

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO	ALUNOS DO EF[1]	ALUNOS DO EM[2]
Aparecida	36.279	1.919	1.566
Campos Do Jordão	51.454	3.173	2.239
Cruzeiro	81.724	9.447	3.717
Cunha	21.929	1.088	830
Lorena	87.980	10.453	3.829
Pindamonhangaba	164.000	9.139	8.788
Potim	23.360	832	668
Roseira	10.512	803	347
São Luiz Do Paraitinga	10.740	549	342
Taubaté	307.953	17.844	17.342
Tremembé	45.904	2.617	1.558
TOTAL	**841.835**	**57.864**	**41.226**

[1] Ensino Fundamental [2] Ensino Médio Fonte: IBGE 2017 e INEP 2020 (consulta na internet em 17/03/2023 as 17h00min).

O presente PDI, além de apresentar o perfil institucional, apresenta-se organizado pelos Eixos do SINAES:

- Eixo 1: Planejamento e Avaliação Institucional
- Eixo 2: Desenvolvimento Institucional
- Eixo 3 – Políticas Acadêmicas
- Eixo 4 – Políticas de Gestão
- Eixo 5 – Infraestrutura (Física e Tecnológica)

Este PDI, com vigência de 2022 a 2026, objetiva dar sustentação a um importante passo do planejamento estratégico da Instituição, que visa à execução de ações que resultem no fortalecimento institucional em âmbito administrativo, organizacional e, essencialmente, na qualidade das atividades relacionadas ao ensino, pesquisa e extensão, de forma a consolidá-la como Instituição geradora e socializadora do conhecimento e fomentadora do avanço científico e tecnológico, em direção ao desenvolvimento da sociedade local, regional e nacional.

Ressalta-se, ainda, que o presente Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) está em consonância com a legislação da educação superior e os atos normativos do MEC, INEP e do CNE, com destaque para o Decreto N° 9235/2017.

1. PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

O planejamento e a avaliação institucional desempenham um papel fundamental para as instituições de ensino, permitindo uma gestão eficiente e uma melhoria contínua da qualidade educacional. No âmbito do planejamento, é essencial que as instituições estabeleçam metas e objetivos claros, alinhados com sua missão e visão, além de traçar estratégias para alcançá-los.

Um bom planejamento envolve a definição de ações, recursos necessários e prazos, proporcionando uma orientação clara para todos os envolvidos. Já a avaliação institucional permite acompanhar e analisar o desempenho da instituição, tanto em termos de processos internos como de resultados educacionais.

Por meio de avaliações internas e externas, é possível identificar pontos fortes e áreas de melhoria, subsidiando a tomada de decisões e promovendo ações de aprimoramento. A combinação de um planejamento estratégico eficaz e uma avaliação contínua e abrangente possibilita o fortalecimento e o desenvolvimento das instituições de ensino, visando sempre oferecer uma educação de qualidade aos estudantes.

1.1. EVOLUÇÃO INSTITUCIONAL A PARTIR DOS PROCESSOS DE PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

O processo de Avaliação Institucional da FACIC procura implementar uma prática permanente de reflexão e autocrítica, estimulando o debate interno entre todos os agentes envolvidos (alunos, docentes,

gestores, técnico-administrativos e mantenedores). Esta Autoavaliação é depois complementada pelos processos avaliativos promovidos pelas comissões externas de avaliação do Ministério da Educação (MEC), fundamental por contribuir com uma visão distanciada, mas respeitando necessariamente a identidade de cada instituição.

A Avaliação Institucional é um processo permanente de busca da qualidade da FACIC, dos cursos e do desempenho de cada sujeito interveniente, que pressupõe uma não acomodação, exigindo uma predisposição à mudança que acompanhe a dinâmica científica, cultural, organizacional e tecnológica. A avaliação foi implementada na FACIC visando nortear os rumos futuros da instituição sendo elemento norteador para análise de situações problemas que necessitem da intervenção, bem como da percepção dos pontos fortes da Instituição sendo, portanto, um instrumento valioso para a consolidação dos desejos, sonhos e aspirações da comunidade acadêmica.

A Avaliação Institucional na FACIC, ao longo do processo de implementação, deixa transparecer que sua preocupação não se reduz a levantar dados, elaborar questionários, aplicá-los, analisá-los, utilizar técnicas sofisticadas, produzir relatórios, publicá-los, considerando os diversos ângulos da vida universitária. Esses aspectos são relevantes, como meios, mas é preciso ter clareza do que deve ser feito com os dados e informações colhidas. O importante é saber de que modo a Avaliação Institucional pode ser instrumento de mudança na busca da inserção concreta no contexto socioeconômico e político do país.

Hoje o Sistema de Avaliação da Educação Superior – Sinaes – retoma em seus princípios que a "educação é um direito e um bem público, entende que a missão pública da Educação Superior é formar cidadãos, profissional e cientificamente competentes e, ao mesmo tempo, comprometidos com o projeto social do País (BRASIL, 2003)". O Sinaes, em sua proposta, pretende a análise diagnóstica, a reformulação das políticas de avaliação e regulação, a valorização das instituições de educação superior, a afirmação do papel do Estado na melhoria da qualidade da educação superior.

O novo sistema evoca para si a função de articular, de forma coerente, concepções, objetivos, metodologias, práticas, agentes da comunidade acadêmica e de instâncias do governo.

A construção deve ser assumida coletivamente, com informações para tomadas de decisão de caráter político, pedagógico e administrativo, melhoria institucional, autorregularão, emancipação, elevação da capacidade educativa e cumprimento das demais funções públicas (BRASIL, 2003 p.82).

O Sinaes ainda articula duas dimensões importantes: avaliação educativa propriamente dita de natureza formativa, voltada para aumentar a qualidade das capacidades de emancipação, a regulação e o credenciamento.

A busca de alternativas dependerá dos gestores das instituições de ensino superior para gerir as condições de inovação, que criem e despertem sempre a criatividade, na direção de uma universalidade do conhecimento, possibilitando a articulação entre os fatores externos e internos.
A proposta da FACIC em relação ao Projeto de Autoavaliação Institucional tem o compromisso de

organizar e/ou elaborar mecanismos de acompanhamento e avaliação de suas ações, visando a melhoria da qualidade social com a pesquisa, ensino, gestão, extensão e inserção na comunidade, de forma a contribuir com o processo de desenvolvimento econômico, político, social e cultural da sociedade.

No seu percurso histórico como Instituição de Ensino Superior, a FACIC apresenta um contínuo processo de evolução, através da crescente inserção de cursos, programas e serviços a que tem se dedicado e causado importantes reflexos na comunidade acadêmica e a sociedade como um todo.

Os cursos e os programas oferecidos pela FACIC mediante seus projetos pedagógicos, são organizados de modo a propiciar aos futuros profissionais conhecimentos e habilidades capazes de permitir-lhes a apropriação de conhecimentos básicos relacionados às áreas que serão objeto de sua atuação profissional, articulando teoria e prática nas diferentes configurações que a práxis profissional venha a assumir o desempenho de suas atividades, com competência técnica e compromisso social e político em seu contexto sociocultural.

Ao definir a qualidade e a atualização da formação como objetivo da proposta para o ensino de graduação e pós-graduação, a Faculdade tem por finalidade a construção de um processo coletivo de articulação de ações voltadas para a formação do profissional que pretende graduar. Nessa direção, torna-se imprescindível a interação da FACIC com a comunidade e os segmentos organizados da sociedade civil.

1.2. PROCESSO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

1.2.1 COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO – CPA

A organização, a competência, a composição e o funcionamento da Comissão Própria de Avaliação – CPA está prevista na Lei nº 10.861, de 14-04-2004 e regulamentada pela Portaria do Ministério da Educação nº 2.051, de 19-07-2004.

A atuação da CPA será norteada pelos seguintes princípios:

- Autonomia em relação aos órgãos de gestão acadêmica;
- Lealdade as informações construídas no processo avaliativo;
- Respeito à liberdade de expressão, de pensamento e de crítica;
- Compromisso com a melhoria da qualidade da educação.
- Coordenar e o processo interno de avaliação da Instituição;

A CPA será designada pela Direção Geral por meio de Portaria e terá a seguinte composição:

3 (três) representantes do corpo docente;
3 (três) representantes do corpo técnico-administrativo;
3 (três) representantes do corpo discente, regularmente matriculado;
3 (três) representantes da sociedade civil, convidado pela Direção, sem vínculo empregatício com a Faculdade.

A CPA terá atuação autônoma em relação aos Conselhos e demais Órgãos Colegiados da Instituição.

A CPA possui regimento próprio.

1.2.2. AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Os princípios norteadores do Plano de Desenvolvimento Institucional da FACIC e suas linhas de ação constituem-se no referencial para o desenvolvimento da Avaliação Institucional. Nesta perspectiva a Autoavaliação da Instituição tem por objetivo promover, conforme previsto nas suas linhas de ação, a participação da comunidade acadêmica no processo avaliativo no sentido de:

- Fortalecer a disseminação de resultados e as relações com os processos decisórios agilizando os resultados e as práticas por eles recomendadas;

- Repensar periodicamente os projetos pedagógicos institucional e de cursos, frente a evolução e exigências do mercado;

- Integrar a avaliação interna e externa, para buscar melhores indicadores de melhoria dos serviços prestados e adequação de objetivos específicos na formação profissional.

Nesse sentido avaliar significa consolidar-se enquanto Instituição universitária com papéis sociais claramente definidos em seu Projeto Institucional. As ações desencadeadas no âmbito da Instituição visam a implementação de processos avaliativos e, em seus avanços e recuos, tem por horizonte a realização efetiva de uma instituição universitária capaz de oferecer respostas condizentes às necessidades da sociedade.

Através de reuniões de estudos sobre a questão da Avaliação Institucional e de discussões sobre as características do processo avaliativo, a Comissão de Coordenação da Avaliação Institucional, elaboram o Projeto de Avaliação Institucional, defendendo que, o desafio da FACIC é, “a partir das experiências realizadas, desencadear um processo global de avaliação institucional com a participação de todos os seus segmentos”.

A Autoavaliação realizada pela FACIC constitui-se em um processo que deve ser legitimado pela aceitação da ação avaliativa por todos os segmentos e setores da instituição. Assim, a preocupação é com o caráter de integração e não o de punição e/ou premiação.

Desta forma, o encaminhamento dado ao processo de implementação da Avaliação Institucional, busca a participação efetiva de todos os segmentos e setores da Instituição nas tomadas de decisões no sentido de se rever criticamente o trabalho realizado pela Instituição, na perspectiva de se elaborar um projeto acadêmico com o qual professores, alunos e funcionários se sintam identificados e comprometidos.

Realizado desta maneira, espera-se neste momento, que a Avaliação Institucional interna ganhe caráter de Autoavaliação em busca do aperfeiçoamento, da qualidade da instituição na direção do

desenvolvimento das suas atividades que devem ser socialmente contextualizadas.

A partir de 2012 a FACIC concebeu a Avaliação Institucional, pensando a Instituição, em sua dimensão, dificuldades e problemas de forma contextualizada, inserida na complexidade da situação político-social, econômica-educacional. Implica num trabalho de muita responsabilidade analisar a Instituição, sua questionada eficiência/eficácia, seu crescente descompasso em relação à sociedade, seu descrédito e sua posição junto à sociedade civil, bem como sua necessidade de reestruturação e reconstrução.

Dentro deste contexto a FACIC entende que não se trata apenas de levantar dados, elaborar questionários, aplicá-los, analisá-los, utilizando técnicas sofisticadas, produzir relatórios, publicá-los, considerando os diversos ângulos da vida universitária. Esses aspectos são de relevância, mas, o importante é ter clareza do que deve ser feito com os resultados levantados, com todos esses dados e informações colhidas. O importante é saber de que modo a Avaliação Institucional pode ser efetivo e eficiente instrumento de mudança em busca de uma inserção concreta no contexto socioeconômico e político do país.

O processo de Avaliação Institucional da Faculdade de Ciências Humanas do Estado de São Paulo – FACIC – foi instituído considerando alguns princípios básicos:

Conscientização da necessidade da avaliação por todos os segmentos envolvidos; reconhecimento da legitimidade e pertinência dos princípios norteadores e dos critérios adotados; envolvimento direto dos segmentos da comunidade acadêmica, da autoavaliação da Instituição como um todo e de cada um dos segmentos nela envolvidos; conhecimento dos resultados do processo e participação na decisão acerca da sua utilização.

A proposta de Avaliação da Faculdade se sustenta na perspectiva de desenvolver um processo criativo de autocrítica, tendo como pressuposto a vontade política de autoavaliar-se para garantir a qualidade da ação universitária e, também, prestar contas à sociedade da consonância dessa ação com as demandas científicas e sociais da atualidade.

O processo de análise busca estabelecer seu compromisso com a sociedade. Objetiva também explicar as diretrizes de seu Projeto Político Pedagógico e os fundamentos teórico – práticos de um programa sistemático e participativo de avaliação, que permita constante processo de auto-olhar-se, apontando para alternativas de consolidação de programas e/ou reformulações de suas ações. Busca, também, repensar a instituição como um todo nos aspectos didático-metodológicos, capaz de admitir quebras, ressignificação, re-conceptualização, dialogicidade, análise de paradigmas, rupturas e superações.

Este caminho a ser percorrido, tem compromisso com avanços e recuos, numa prática avaliativa em permanente busca na Instituição em consonância com as diretrizes para a Autoavaliação das instituições. Ultrapassa a dimensão experimentalista, com foco nas tabelas e gráficos, no ranking de desempenhos, para uma dimensão heurística, fenomenológica, buscando significações e respondendo às interrogações, resultantes da interconexão das diversas dimensões de análise.

Conforme orienta as diretrizes do CONAES, “a avaliação é compreendida como a grande impulsionadora de mudanças no processo acadêmico de produção e disseminação de conhecimento, que se concretiza na formação de cidadãos e profissionais e no desenvolvimento de atividades de pesquisa e de extensão” (CONAES, 2004. pg.48).

Este modelo conceitual permeia o presente Projeto de Autoavaliação institucional, concebido em uma base contingencial, entendendo a instituição como um organismo social inserido em dado contexto sócio-político e cultural.

Esse nosso modo de ver e entender a avaliação explicita-se nos objetivos, metodologia, instrumentos de coleta de dados a seguir apresentados.

OBJETIVO GERAL:

Compor um processo de crítica permanente e transcendente na FACIC tendo em vista sua missão e finalidades acadêmica e social.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

Identificar as causas dos seus problemas e deficiências (identificando fragilidades e as potencialidades da instituição nas diferentes dimensões previstas;

Aumentar a consciência pedagógica e capacidade profissional do corpo docente e técnico-administrativo;

Divulgar os resultados da Avaliação Institucional na Instituição, discutindo-os e direcionando às necessidades detectadas;

Propor a revisão de objetivos e metas estabelecidas, tomando por base os resultados da Avaliação Institucional;

Fortalecer as relações de cooperação entre os diversos atores institucionais; Tornar mais efetiva a vinculação da instituição com a comunidade;

Julgar acerca da relevância científica e social de suas atividades e processos, além de prestar contas à sociedade.

METODOLOGIA DA AVALIAÇÃO:

- ETAPA DE PREPARAÇÃO

A Etapa de Preparação inclui o estudo da legislação pertinente e a sensibilização para o envolvimento

da comunidade acadêmica na proposta avaliativa.

- ETAPA DE SENSIBILIZAÇÃO

Esta fase tem como objetivo sensibilizar os participantes em relação à importância e necessidade da avaliação institucional. Esse momento inclui a verbalização e a problematização da realidade a ser estudada, de acordo com a visão da equipe. Permite sentir as possibilidades e limites da proposta de avaliação.

- PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia a ser utilizada é a abordagem quantitativa e a qualitativa, isso pela razão de ter momentos em que os dados são quantificados e em outras situações, a análise a ser utilizada é a qualitativa. Procura-se dessa forma assegurar a coerência entre as ações planejadas, as medidas adotadas e a interatividade entre os participantes. Nessa fase os instrumentos para coleta de dados são analisados para verificar a sua aderência em relação aos eixos norteadores e suas respectivas dimensões.

Serão utilizados os seguintes procedimentos:

- Reuniões de sensibilização;
- Realização de reuniões internas com colaboradores (técnicos administrativos e docentes) e alunos para apresentação do SINAES, apresentação da proposta do processo de autoavaliação e discussões internas;
- Análise e Revisão dos instrumentos para coleta de dados;
- Definição da metodologia de análise e interpretação dos dados e construção dos novos modelos para avaliação pelo corpo discente;
- Definição de formato do relatório de autoavaliação;
- Implementação dos procedimentos de coleta e análise das informações;
- Elaboração de relatórios;
- Organização e discussão dos resultados com a comunidade acadêmica.
- Técnicas e Instrumentos
- Questionário Estruturado de avaliação da Instituição pelo Corpo Docente;
- Questionário Estruturado de avaliação da Instituição pelo Corpo Discente;
- Questionário não estruturado (qualitativo) de avaliação da Instituição pela equipe Técnico-Administrativa.
- Entrevista Semiestruturadas constitui-se em itens de questões abertas (docentes, discentes, administração).

- OBSERVAÇÃO

A observação consiste na análise e aproximação do cotidiano junto ao corpo docente, discente e administração. Este instrumento de coleta visa, principalmente, subsidiar a obtenção de dados não disponíveis a aquisição direta, mas presentes no dia a dia e norteadores do senso comum.

Dessa forma, implica voltar-se para a vida cotidiana, em que os atores se situam em intersubjetividades e realizam suas práticas. As instituições educacionais constituem-se como locais privilegiados para esse tipo de abordagem, permitindo o acesso direto aos processos e relações que configuram as experiências escolares e, como enfatiza Madeira (2000), a apreensão das múltiplas realidades subjetivas, tal como se apresentam na vida social em constante elaboração.

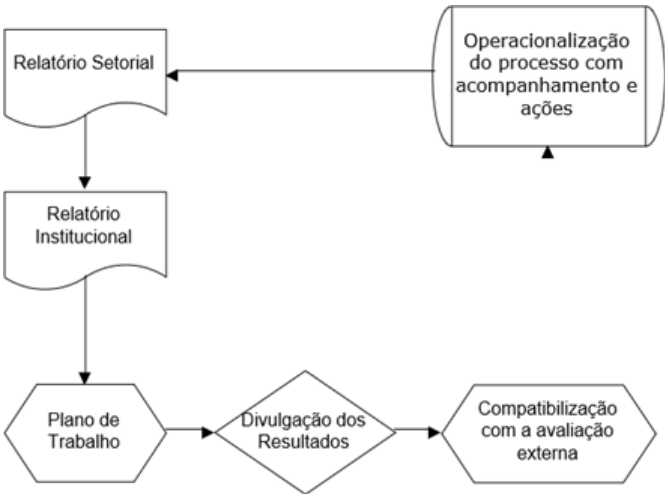
Os questionários propostos estão dispostos a seguir:

QUESTIONÁRIO	PERIODICIDADE
Avaliação do Curso e da Instituição pelos Alunos	Semestral
Autoavaliação do aluno	Semestral
Avaliação das Disciplinas e Práticas Docentes pelos alunos	Anual/Semestral
Autoavaliação do Curso pelo Coordenador	Anual
Autoavaliação do Curso pelos Professores	Semestral
Autoavaliação dos Egressos	Anual
Autoavaliação da Instituição pelos Técnico-administrativos	Anual

O trabalho de Autoavaliação caracteriza um processo ordenado por fases, protocolos e relatórios. Assim, busca-se um processo dinâmico desenvolvido em cinco etapas:

Relatório setorial, relatório institucional, plano de trabalho, divulgação dos resultados e compatibilização com a avaliação externa.

A seguir sintetizamos esse processo:



RELATÓRIO SETORIAL

O relatório setorial compreende uma crítica permanente ao curso/setor. Visa identificar os pontos positivos e negativos, permitindo, assim, a definição de prioridades, metas a alcançar e ações a serem desenvolvidas.

A crítica ao curso/setores será feita tendo por eixo as dimensões de análise, observando, prioritariamente as necessidades efetivas de cada curso/setor, permitindo a reflexão sobre os problemas, conquistas e potencialidades, com base no que seria ideal construir.

RELATÓRIO INSTITUCIONAL

Com base nos relatórios setoriais, a Equipe de Coordenação da CPA elabora o Relatório Institucional.

PLANO DE TRABALHO

Nesta etapa do processo, a comunidade acadêmica possui uma visão clara dos problemas identificados, sendo que devem ser apresentadas propostas de solução para os mesmos. A partir dos dados e informações coletadas, será elaborado o Plano de Trabalho (Semestral/Anual). Este deve refletir o pensamento da coletividade articulando e comprometendo todos aqueles que participarão da im- plementação das soluções identificadas.

Inicia-se aí nova etapa: de implementação das metas propostas e do acompanhamento de sua execução.

DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS

A obtenção de resultados e consequente compilação do Relatório Crítico, tem por sequência programada a exposição às comunidades envolvidas, através de reuniões e seminários. Estes darão origem a críticas complementares.

DIMENSÕES AVALIADAS

- Missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional;
- A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas normas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades;
- A responsabilidade da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;
- A comunicação com a sociedade;
- As políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e corpo técnico- administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho;
- Organização e gestão da instituição;

- Planejamento e avaliação;
- Políticas de atendimento aos estudantes;
- Infraestrutura física;
- Sustentabilidade financeira.

COMPATIBILIZAÇÃO COM A AVALIAÇÃO EXTERNA

A CPA, ao finalizar os relatórios originados dos instrumentos aplicados internamente e dos relatórios de avaliações externas, apresentará aos gestores os resultados consolidados, a base do (re)planejamento das ações a serem realizadas. O resultado das avaliações (internas, externas e ENADE) subsidiam as ações e as tomadas de decisão dos gestores. A apresentação dos dados permite indicar ações de melhoria, como a capacitação docente, propostas de aprimoramento dos PPCs e oportunidades/necessidades de melhoria de serviços e infraestrutura. As informações divulgadas para Coordenadores de Cursos e gestores devem permitir uma reflexão sobre a realidade encontrada e definir estratégias para minimizar as fragilidades apontadas e maximizar as potencialidades. Portanto, a IES entende que os resultados avaliativos são ferramentas gerenciais para seu planejamento e sua evolução.

1.3 AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE ACADÊMICA

O processo de avaliação institucional da IES conta com o compromisso e apoio dos órgãos executivos da IES e a participação de sua comunidade acadêmica, técnico administrativa e representantes da comunidade da sociedade civil organizada, na Comissão Própria de Avaliação, objetivando a sua efetiva implementação. Essa participação ocorre em todas as etapas do processo avaliativo, ou seja, desde seu planejamento, sensibilização e operacionalização, até o conhecimento dos resultados e melhorias.

A comunidade acadêmica participa efetivamente do processo de autoavaliação através da aplicação de questionários eletrônicos disponibilizados no FACIC Interativa e Minerva, que visam avaliar as dimensões que dizem respeito à IES, aos cursos e às disciplinas. Os questionários são respondidos pelos Alunos, Docentes, Coordenadores e Corpo Técnico-administrativo.

A implantação do processo de autoavaliação na IES ocorre simultaneamente ao desenvolvimento do PDI, ao desenvolvimento dos PPC, ao Programa de Avaliação Acadêmica e à realidade dos cursos, constatadas pelas informações provenientes das avaliações externas.

Os resultados da avaliação permitem a oportunidade de reflexão crítica e propositiva, detecção de limitações e fragilidades, proporcionando, assim, que ações dinâmicas sejam fomentadas para o desenvolvimento institucional.

1.4 AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL E AVALIAÇÕES EXTERNAS: ANÁLISE E DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS

Ao analisar dos dados advindos dos instrumentos avaliativos: tabulação dados; estatística dos dados tabulados e inferências analíticas. A CPA Indica no relatório possíveis ações corretivas de pontos fracos

e de fortalecimento dos aspectos positivos do ensino, da iniciação científica e da extensão; é encaminhado o relatório à Diretoria-Geral para que a mesma possa discutir e analisar os dados junto a mantenedora definindo futuras estratégias de gerenciamento e melhoria de qualidade de ensino.

Depois da coleta de dados realiza-se a sistematização e análise desses dados, para tal, fez-se o cruzamento das informações obtidas nos questionários respondidos pelos alunos, professores e funcionários técnico-administrativos, esses dados foram submetidos aos procedimentos analítico-estatísticos utilizando média aritmética. Dessa forma, normalizam-se os dados pelo total com dados que demonstram condições de realização das atividades, bem como as características específicas das atividades realizadas por cada uma das áreas avaliadas.

A partir dos resultados das avaliações são propostas ações que culminam no Plano de Melhorias que demonstra as demandas de cada um dos setores/categorias profissionais avaliados. Destaca-se que se faz uma discussão, envolvendo os coordenadores de curso, CPA, Procurador Institucional, Direção Acadêmica, com o intuito de, a partir dos resultados obtidos na avaliação, recomendar alternativas de melhoria da qualidade dos cursos. As ações do Plano de Melhoria são acompanhadas e avaliadas pelos envolvidos, sendo organizadas e desenvolvidas durante o ano letivo seguinte.

A divulgação dos resultados ocorre após a concretização do relatório pelos membros da CPA, contribuindo com a construção da cultura institucional de avaliação, apresentando as fragilidades e as potencialidades da instituição e dando legitimidade ao processo.

Os resultados são divulgados à comunidade acadêmica por meio do site institucional, os relatórios ficam disponíveis para download, configurando um importante canal de comunicação, viabilizando a transparência e publicação dos resultados. Como meios de divulgação do relatório da Autoavaliação Institucional, realizam-se reuniões de discussão, com espaço aberto a sugestões e comentários espontâneos a respeito dos instrumentos utilizados e seus respectivos resultados.

1.5 RELATÓRIOS DE AUTOAVALIAÇÃO

O Relatório de Avaliação Institucional é elaborado anualmente com o objetivo de refletir sobre o desempenho da Instituição, no sentido de conscientizar, discutir, analisar e interpretar os dados coletados, sendo apresentados todos os eixos e suas respectivas dimensões, o setor responsável pela avaliação, bem como o instrumento avaliativo que proporcionou que todos os aspectos fossem avaliados. O processo de avaliação institucional interna abrange os dados de diagnóstico das condições de ensino e de avaliação dos cursos.

A proposta do Relatório de Avaliação Institucional é de avaliação formativa, que comprova que as atividades estão sendo desenvolvidas de acordo com o planejado, examinando os processos implementados ou as metodologias empregadas, com o objetivo de identificar sucessos e fracassos, potencialidades e fragilidades, pontos fortes e pontos fracos e ainda apresentar sugestões para que o objeto avaliado seja mais eficiente.

O processo de modificação, a partir dos resultados obtidos pela avaliação, é discutido, antes da efetivação do processo, outros momentos de releitura e discussão do PDI serão propostos para uma melhor integração com a avaliação, as metas institucionais são discutidas de acordo com as necessidades de informações comparativas durante a elaboração do planejamento estratégico que ocorre anualmente.

Por fim, ressaltamos que os Relatórios de Autoavaliação, em suas versões parciais e finais, sempre obedecem à data de postagem prevista no sistema e-MEC, possuem clara relação entre si, impactam a gestão da FACIC, promovendo mudanças inovadoras que contribuem para a evolução institucional.

2. DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

2.1. MISSÃO, OBJETIVOS, METAS E VALORES INSTITUCIONAIS

As definições organizacionais de missão, objetivos, metas e valores institucionais são fundamentais para as instituições de ensino porque fornecem uma direção clara e um propósito coeso. A missão educacional estabelece o propósito central da instituição, orientando todas as suas atividades e decisões. Os objetivos e metas específicos fornecem um plano estratégico para alcançar essa missão, definindo os resultados desejados e os caminhos a serem seguidos. Além disso, os valores institucionais norteiam as práticas, comportamentos e tomadas de decisão, garantindo a consistência e a coerência com a visão e os princípios éticos da instituição. Em conjunto, essas definições organizacionais permitem um bom funcionamento, promovendo uma educação de qualidade e uma identidade institucional sólida.

2.1.1 MISSÃO

"Produzir, acumular, sistematizar e disseminar conhecimentos e cultura, em todas as áreas, formas e níveis, concentrando esforços para a formação integral do indivíduo, despertando-lhe o senso crítico, o critério ético e a capacidade de julgar e agir corretamente, formando cidadãos conscientes, capacitados para a vida profissional e cívica, conforme as exigências da sociedade moderna".

Considerando a área de abrangência institucional circunscrita à Cruzeiro, e a possibilidade de projeção para o Vale do Paraíba, a FACIC procura atender as necessidades e demandas da região, de forma a contribuir no seu desenvolvimento e preparar profissionais competentes, que promovam a sustentabilidade local e ajude a sedimentar os fatores socioculturais, políticos e econômicos como elementos essenciais para o fortalecimento integrado da sociedade.

A Instituição com o intuito de atender aos anseios dos determinantes sociais de Cruzeiro e região assume o compromisso de cooperar com o processo de desenvolvimento regional sustentável, uma vez que proporcionará aos seus alunos instrumentos técnico-científicos relevantes em seus cursos, que são úteis e básicos à elaboração de políticas públicas. A interação dos conteúdos com aspectos inerentes às questões sociais, políticas e ambientais exigidas no mundo atual, possibilitará a formação de recursos humanos capazes de atuar em prol do desenvolvimento científico, social, cultural, ambiental e econômico sustentável.

Desejosa de poder contribuir com o desenvolvimento de determinadas áreas, vem analisando ocupar novas posições no Vale do Paraíba, buscando favorecer a formação de profissionais que, na maioria das vezes, não podem deixar sua cidade para estudar e, ao mesmo tempo, poder realizar em conjunto com o poder público dessas regiões, a melhoria na qualidade de vida desses cidadãos, promovendo o seu bem estar.

É salutar, portanto, que uma instituição de educação procure manter a continuidade e a promoção do desenvolvimento social. Isto implica um desenvolvimento não só com característica econômica, mas também social. O acadêmico em seu processo de transformação deverá ser iniciado num trabalho institucional de aprimoramento de sua autonomia, pelo pensar por si mesmo, fortalecendo seus próprios ideais, opiniões, discernimento, crítica e, principalmente, conhecendo a realidade do mundo.

Quando a abertura para essa realidade é possibilitada, a Instituição passa a assumir seu compromisso social e o aluno começa a compreender sua própria responsabilidade.

Em sua missão a FACIC evidencia o compromisso, isto é, o papel que se propõe a desempenhar perante à sociedade e também os benefícios que trará para a coletividade. A missão caracteriza-se, portanto, por ter uma função social dentro de um contexto global, sem perder o foco da regionalidade.

Com esse propósito, a Instituição promove a educação superior articulando a integração entre o ensino, a pesquisa e a extensão, na perspectiva de preparar indivíduos para agir na incerteza, dotados de competências e habilidades que lhes permitam propor alternativas de solução para problemas existentes e emergenciais oriundos da comunidade e região. Assim sendo, é seu propósito formar profissionais capazes de atuar, interferir em sua própria realidade e contribuir de forma efetiva, na transformação para melhorar o ambiente onde vivem.

A Faculdade de Ciências Humanas do Estado de São Paulo - FACIC deixa implícito em sua missão e explicito em suas ações que a relação entre ensino, pesquisa, extensão, de forma bem articulada, efetivará mudanças significativas no processo de formação profissional e fortalecerá os atos de aprender, de ensinar e de formar profissionais cidadãos.

A missão da Instituição perspectiva um trabalho de responsabilidade, uma vez que procura romper disfunções tradicionais das barreiras puramente disciplinares e rígidas nos diferentes campos do saber; dá suporte para uma visão transformativa, envolvendo a realidade do Vale do Paraíba, de modo a contribuir na solução das problemáticas regionais que pressupõem o diálogo, a contraposição, integração e a interdisciplinaridade.

A FACIC através de suas ações de ensino, pesquisa e extensão busca responder concretamente aos anseios da sociedade civil, atuando como propulsora do processo do desenvolvimento e fortalecimento da cidadania, objetivando ser reconhecida como uma Instituição que trabalha a serviço da sociedade.

E essas políticas são significativas, relevantes e possibilitam a integração entre a FACIC e a sociedade

como princípio de uma atuação que, além de permanente, deve se alargar cada vez mais, promover a socialização de conhecimentos produzidos e acumulados na academia; estimular projetos voltados para as diferentes áreas do saber e enfrentar o desafio de trazer para dentro da Instituição oportunidade de trabalhar uma formação holística.

A missão se materializa nessas políticas como ações de inserção na comunidade, uma vez que considera essa reciprocidade como um trabalho de mão dupla, onde ambas se alimentam, trocam experiências e fortalecem suas ações.

2.1.2 VISÃO

"Consolidar-se como Instituição Educacional de formação e aperfeiçoamento de recursos humanos, pela promoção do Ensino, da Pesquisa e da Extensão, gerando, assim, o desenvolvimento da região por meio da formação de profissionais ética e tecnicamente capazes de transformar a realidade regional, em seus aspectos tecnológicos, econômicos, sociais, políticos e culturais".

2.1.3 VALORES

Para o alcance dessa proposta filosófica compromete-se com os seguintes valores:

- **Qualidade** - Valorizar a clientela acadêmica, no sentido de propiciar-lhe educação profissional crítica e política para que possa assumir uma postura transformadora frente à realidade do mundo do trabalho e do atendimento humanizado do cidadão;

- **Participação** – Trabalhar na construção coletiva das ações dos diferentes segmentos, buscando o desenvolvimento pessoal, profissional de toda a comunidade institucional;

- **Respeito pelo indivíduo** - Respeitar a diversidade sociocultural e técnico-profissional dos educandos, sua dignidade, condições e oportunidades de cada indivíduo, para que todos possam exercer sua profissão com cidadania;

- **Inovação** – Formar indivíduos autônomos e motivados para as mudanças das práticas profissionais requeridas no âmbito individual e coletivo nos diferentes contextos, respeitadas as particularida- des e especificidades do lócus regional;

- **Qualidade de vida** – Oferecer à clientela o saber, competências e habilidades visando ampliar o seu patrimônio cultural e intelectual, na perspectiva da melhoria da qualidade de vida do sujeito que aprende, do sujeito que ensina e da população em geral.

Assim considerando, a FACIC em função da sua proposta educacional tem como princípios:

- Independência e articulação das modalidades e graus de ensino oferecidos;
- Respeito aos valores estéticos, políticos e éticos;

- Flexibilidade, interdisciplinaridade e contextualização teórico/prática;
- Identidade dos perfis profissionais voltados para a conclusão de cursos e currículos;
- Autonomia em seus Projetos Institucionais;
- Igualdade de condições para o acesso e permanência na IES;
- Gestão democrática do ensino, na forma da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
- Desenvolvimento de competências para exercer a profissão promovendo estratégias pedagógicas que viabilizem a melhoria da qualidade do ensino;
- Garantir a vinculação entre o ensino, a pesquisa, a extensão e as práticas sociais;
- Atualização permanente do currículo dos cursos de graduação e pós-graduação;
- Valorização da vida e a prática da cidadania;
- Fortalecer a efetivação da Política de Educação Continuada.

2.1.4. OBJETIVOS INSTITUCIONAIS

Como objetivos a FACIC busca:

- Formar graduados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais, no nível exigido pela região e pelo país e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, colaborando na sua formação contínua;

- Ministrar ensino superior nas áreas fundamentais do conhecimento, ofertando através do ensino, pesquisa e extensão, uma educação integral e permanente com o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;

- Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber por meio do ensino, de publicações e de outras formas de comunicação;

- Estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da comunidade onde está inserida e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade através da manutenção permanente de serviços de assistência, campanhas e programas especiais nas áreas em que oferece cursos de graduação e pós-graduação;

- Promover e praticar a extensão, aberta à participação da população, como instrumento de integração da instituição à comunidade, visando a difusão das conquistas e benefícios resultantes do ensino superior responsável, da criação cultural gerados na instituição, através de metodologias inovadoras, cursos, convênios e outros meios;

- Colaborar para o desenvolvimento socioeconômico regional e nacional como organismo de consulta, assessoramento e de prestação de serviços em assuntos de ensino e extensão;

- Atuar como uma instituição democrática, canal de manifestação de diferentes correntes de pensamento em clima de liberdade, responsabilidade e respeito pelos direitos individuais e coletivos;

- Estimular a criação cultural e preservar a cultura como forma de fazer emergir a identidade regional em seus valores étnicos, artísticos, espirituais, sociais e econômicos pelas manifestações e criações da comunidade;

- Instigar a necessidade permanente de aperfeiçoamento cultural, profissional e possibilitar a correspondente concretização, por meio da promoção e desenvolvimento de cursos de pós-graduação para aprimoramento profissional e como instrumento de integração da instituição à comunidade de sua área de influência;

- Promover a integração e o intercâmbio com instituições congêneres, públicas e privadas nas diversas áreas de atividades.

Os objetivos da FACIC nos remetem a uma reflexão:

Os objetivos da Instituição de Ensino Superior devem responder a concepção ideológica assumida pelo país e às políticas nacionais que determinam sua maneira de concretizá-las. Os enunciados, ainda que gerais, devem ser claros para traduzir a concepção sustentada e oferecer uma ideia também clara do que deverá assumir a instituição frente a si mesma e à sociedade. (LAFOURCADE, 1974, p. 25).

Nos objetivos descritos no PDI, verifica-se que a proposta deixa explicitado, que a instituição vem trabalhando ações na administração, nos cursos, nos colegiados, nos Núcleos Docentes Estruturantes, no sentido de manter uma estrutura organizacional dinâmica, flexível permitindo ajustes permanentes, adaptações e inovações contínuas, rupturas quando necessárias e transformações sobre o que está acontecendo em níveis de desenvolvimento cognitivo e tecnológico e, desta forma, se tornar agente promotor dessas transformações.

A FACIC se propõe a preparar profissionais pensantes, críticos, reflexivos e criativos realizando a sua essência, através do ensino, pesquisa e extensão, além de buscar formar profissionais/cidadãos competentes. Embora, como o próprio Lafourcade (1974, p. 25) alerta que, os objetivos sempre são gerais e amplos, portanto de fácil consenso, aceitação e concordância. Assim considerando a concepção filosófica constitui “pano de fundo” e os objetivos apontam para propostas que muitas vezes aconteceram e outras ainda estão por acontecer num constante vir a ser.

A relação entre a concepção filosófica e a prática pedagógica tem sido acompanhada através da Avaliação Institucional realizada pela CPA. No Projeto, fica evidenciado a necessidade de proporcionar aos alunos uma formação prática, realista, cidadã e solidária com as necessidades do meio regional e nacional, através de currículos flexíveis que permitem eleger, reformular, ampliar as modalidades de formação. Este trabalho vem sendo desenvolvido nos cursos através dos seus colegiados e Núcleos Docentes Estruturantes.

Os objetivos explicitados, portanto, não só apontam a natureza dos modos de chegar à prática, mas orientam os procedimentos, as atitudes e ações desejáveis que a instituição procura estimular entre os membros que a integram e que deverão encontrar sua definição mais concreta e efetiva de suas derivações nos diferentes cursos da instituição.

A FACIC tem desenvolvido em suas atividades uma prática de trabalho coletivo, participativo e sistematizado, envolvendo a avaliação, análise e discussão do planejamento institucional, com acompanhamento periódico. Questionamentos e reflexões sobre sua missão, objetivos, metas e ações, no que se refere a sua estrutura, organização e gestão, vêm sendo experienciados, com reflexos positivos na eficiência e qualidade do trabalho desenvolvido.

Salienta-se que nesse trabalho cooperativo, a participação de todos os profissionais envolvidos no processo de reelaboração do PDI faz parte do seu corpo funcional, não havendo contratação de serviços terceirizados. Executando o próprio planejamento, aprende-se com o processo, assim como aumentam as chances de tomar decisões mais acertadas, com foco no efetivo desempenho do amanhã institucional.

Cada objetivo proposto foi analisado face as tendências de desenvolvimento do país e, em especial, as condições e propensões econômicas, sociais e demográficas apresentadas após a elaboração do primeiro PDI, permitindo um realinhamento do direcionamento pretendido pela Instituição diante dessas condições.

O principal órgão de representação dos docentes da IES é a Associação dos Docentes da Faculdade de Ciências Humanas do Estado de São Paulo (ADF/FACIC), que também congrega o corpo técnico-administrativo da IES.

A política definida pela Instituição para as questões sociais busca promover ações que permitam melhorar a qualidade de vida da população da região e modificações na educação e na cultura.

A FACIC tem o compromisso de cooperar com o processo de desenvolvimento regional sustentável, uma vez que proporcionará aos seus alunos instrumentos técnico-científicos relevantes em seus cursos, que são úteis e básicos à elaboração de políticas públicas. A interação dos conteúdos com aspectos inerentes às questões sociais, jurídicas e ambientais, exigidas no mundo atual, possibilitará a formação de recursos humanos capazes de atuar em prol do desenvolvimento social, cultural e econômico sustentado.

No âmbito administrativo é preciso considerar as novas tecnologias de gestão propostas, que tem como tema principal, além da utilização dos modernos meios de comunicação para economizar etapas e fazer fluir mais livremente o fluxo de processos organizacionais, a primazia do mérito e da qualidade acadêmica, fatores indispensáveis para se alcançar da inteligência criativa e a elaboração de novas metodologias para a abordagem de problemas tangíveis e reais da sociedade organizada.

Nesse contexto, a FACIC desejosa de poder contribuir com o desenvolvimento de determinadas áreas, vem analisando ocupar novas posições no Estado, buscando favorecer a formação de profissionais que na maioria das vezes não pode deixar sua cidade para estudar, ao mesmo tempo, poder realizar em conjunto com o poder público dessas regiões, melhoria para a qualidade de vida dos cidadãos, promovendo o bem estar dessa população.

É salutar, portanto, que uma instituição de educação procure manter a continuidade e a promoção do desenvolvimento social. Isto implica um desenvolvimento não só com característica econômica, mas também social. O acadêmico em seu processo de transformação, deverá ser iniciado num trabalho institucional de desenvolvimento de sua autonomia, pelo pensar por si mesmo; fortalecendo seus próprios ideais, opiniões, discernimento, crítica e, principalmente, conhecendo a realidade do mundo. Quando a abertura para essa realidade é possibilitada, a Instituição passa a assumir seu compromisso social e o aluno começa a compreender sua própria responsabilidade.

Por outro lado, construir uma cultura educacional considerando a política institucional da FACIC, constitui-se num trabalho de responsabilidade, uma vez que rompe disfunções tradicionais das barreiras disciplinares nos diferentes campos do saber; dá suporte para uma visão transformativa, envolvendo a realidade paulista de modo a contribuir na solução das problemáticas regionais que pressupõem o diálogo, a multidisciplinaridade e a interdisciplinaridade.

Como Instituição educacional preocupada com a realidade em que se insere, a FACIC tem presente a preocupação com a formação de recursos humanos capazes de atuar e interferir na realidade social, contribuindo para modificações/mudanças no meio, reestruturando e reelaborando suas ideias frente às necessidades advindas do contexto.

É proposta da Instituição, portanto, preparar indivíduos para agir na incerteza, dotados de competências e habilidades que lhe permitam a mobilização de esquemas cognitivos e a busca de alternativas de solução para problemas existentes e emergenciais, evidenciados na comunidade e região.

A consolidação da FACIC como Instituição de Ensino é cercada por uma evolução constante, impulsionada pelo desejo acadêmico de compromisso com a educação. Fica, portanto, explicita sua concepção de ensino. A FACIC assume e reafirma o seu compromisso com o desenvolvimento científico e tecnológico, assim como o atendimento às necessidades da população, sem perder de vista as características que o viver social complexo hoje lhe impõe.

2.1.5. OBJETIVOS, METAS DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAIS, PLANO DE AÇÃO E CRONOGRAMA DURANTE O PERÍODO DE VIGÊNCIA DO PDI (2022- 2026)

A especificação dos objetivos e as Metas de Desenvolvimento Institucionais tornam-se mais explicitas e claras quando visualizadas no Plano de Ação abaixo. Em consonância com os objetivos institucionais a FACIC adotou objetivos específicos para subsidiar as ações estratégicas ao longo do período de vigência deste PDI (2022-2026).

OBJETIVOS	METAS	AÇÕES	PRAZO
OBJETIVO 1: Ampliar a oferta de ensino superior com cursos de graduação e pós-graduação	**META 1:** (Sendo realizado) Duplicar o número de vagas preenchidas no ensino de graduação oferecido em 2021, até o final de 2026.	Ampliar a divulgação da Faculdade; Aumentar a verba de investimentos em propaganda; Intensificar ações de marketing.	Até 2026
	META 2: (Sendo realizado) Aumentar em 20% o número de matrículas nos cursos de pós-graduação ofertadas em 2021, até o final de 2026.	Ampliar a divulgação da Faculdade; Aumentar a verba de investimentos em propaganda; Intensificar ações de marketing.	Até 2026

PLANO DE AÇÃO – META 1 E 2 (OBJETIVO 1)

O QUÊ?	POR QUÊ?	COMO?	ONDE?	QUEM?	QUANDO?
Ampliar a divulgação da Faculdade	Duplicar o número de vagas preenchidas no ensino de graduação oferecido em 2021, até o final de 2026.	Aumentando exposição em mídias de massa, como rádio e TV, a presença em mídias sociais. Ampliar visitas e parcerias	Cruzeiro e região.	Setor de Marketing e Setor Comercial.	A partir de março de 2022 até o final de 2026.
O QUÊ?	**POR QUÊ?**	**COMO?**	**ONDE?**	**QUEM?**	**QUANDO?**
Intensificar ações de marketing.	Duplicar o número de vagas preenchidas no ensino de graduação oferecido em 2021, até o final de 2026.	Ampliando a presença nas mídias de massa e mídias sociais; Ampliando parcerias com empresas locais.	Cruzeiro e região.	Setor de Marketing e Comercial.	A partir de 2022 até o final de 2026.
Aumentar a verba de investimentos em propaganda	Duplicar o número de vagas preenchidas no ensino de graduação oferecido em 2021, até o final de 2026.	Definindo o aumento da verba no orçamento anual da faculdade.	Cruzeiro e região.	Mantenedora.	A partir de 2022 até o final de 2026.
Intensificar ações de marketing.	Duplicar o número de vagas preenchidas no ensino de graduação oferecido em 2021, até o final de 2026.	Ampliando a presença nas mídias de massa e mídias sociais; Ampliando parcerias com empresas locais.	Cruzeiro e região.	Setor de Marketing e Comercial.	A partir de 2022 até o final de 2026.

OBJETIVOS	METAS	AÇÕES	PRAZO
OBJETIVO 2: Implementar novas propostas pedagógicas no ensino de graduação e pós-graduação, garantindo sua contínua melhoria.	**META 1:** (Sendo realizado de forma progressiva) Ampliar em 50% a carga horária docente visando a sua participação nos projetos de ensino, pesquisa e extensão, a partir de 2022.	Ampliar a carga horária dos docentes efetivos; Incentivar a participação docente em projetos de ensino, pesquisa e extensão da Faculdade.	A partir 2022
	META 2: (Realizado) Ampliar em 10% ao ano o acervo bibliográfico, até o final de 2026.	Levantar periodicamente junto aos docentes a necessidade de aquisição de novos volumes para a biblioteca.	Até 2026
	META 3: (Sendo realizado de forma progressiva) Ampliar, modernizar e disponibilizar o laboratório de tecnologia da informação para atividades de pesquisa promovidas pelas disciplinas dos cursos de graduação e pós-graduação.	Efetuar reforma do Laboratório; Adquirir novos programas para atender às demandas crescentes dos cursos; Efetuar upgrade nas CPU's.	A partir 2022
	META 4: (Sendo realizado de forma progressiva) Apoiar a participação de docentes e discentes no mínimo em um evento por semestre na área de cada curso.	Efetuar planejamento de eventos por área de conhecimento; Levantar necessidades específicas de cada curso; Disponibilizar recursos financeiros para apoiar os docentes.	A partir 2022
	META 5: (Sendo realizado) Apoiar a participação de docentes e discentes da graduação e pós-graduação com produções científicas, dando continuidade, a cada ano, no mínimo,	Levantar necessidades específicas de cada curso; Disponibilizar recursos financeiros para apoiar os docentes; Incentivar a produção científica através de estímulos financeiros e acadêmicos.	A partir 2022
	META 6: (Sendo realizado) Manter e ampliar a participação dos docentes e discentes nas discussões para melhoria do ensino, promovendo um evento anual para a avaliação do processo, a partir de 2023.	Criar um fórum para discussão do ensino, pelo menos, uma vez por ano.	A partir 2023
	META 7: (Sendo realizado) Estimular a permanente articulação entre ensino com pesquisa e extensão, oferecendo atividades periódicas de integração, entre os segmentos.	Estimular a discussão entre professores e alunos sobre o tema; Apoiar eventos relacionados ao tema; Promover eventos científicos/tecnológicos, envolvendo docentes, discentes, técnicos e a comunidade em geral.	A partir 2022

PLANO DE AÇÃO – META 1 (OBJETIVO 2)

O QUÊ?	POR QUÊ?	COMO?	ONDE?	QUEM?	QUANDO?
Ampliar a carga horária dos docentes efetivos.	Ampliar em 50% a carga horária docente visando a sua participação nos projetos de ensino, pesquisa e extensão.	Efetuando Planejamento orçamentário. Criando horas atividades para participação, planejamento e execução de atividades de extensão e pesquisa.	FACIC	Secretaria Geral e Financeira.	A partir de 2022

PLANO DE AÇÃO – META 2 (OBJETIVO 2)

O QUÊ?	POR QUÊ?	COMO?	ONDE?	QUEM?	QUANDO?
Levantar periodicamente junto aos docentes a necessidade de aquisição de novos volumes para a biblioteca.	Manter sempre atualizado o acervo bibliográfico da Faculdade.	Mantendo parcerias com editoras para recebimento de materiais. Incentivando a leitura de novos livros pelos professores ao longo dos semestres.	FACIC	Secretaria Geral.	Até 2026

PLANO DE AÇÃO – META 3 (OBJETIVO 2)

O QUÊ?	POR QUÊ?	COMO?	ONDE?	QUEM?	QUANDO?
Efetuar reforma do Laboratório.	Ampliar, modernizar e disponibilizar o laboratório de tecnologia da informação para atividades de pesquisa promovidas pelas disciplinas dos cursos de graduação e pós-graduação.	Fazendo previsão orçamentária. Efetuando planejamento de espaço e necessidade.	FACIC	Diretoria Financeira	A partir de 2022
Adquirir novos programas para atender às demandas crescentes dos cursos	Ampliar, modernizar e disponibilizar o laboratório de tecnologia da informação para atividades de pesquisa promovidas pelas disciplinas dos cursos de graduação e pós-graduação.	Através de relatório do Setor de Informática da FACIC. Fazendo previsão orçamentária para o upgrade.	FACIC	Diretoria Financeira	A partir de 2022
Efetuar upgrade nas CPU's	Ampliar, modernizar e disponibilizar o laboratório de tecnologia da informação para atividades de pesquisa promovidas pelas disciplinas dos cursos de graduação e pós-graduação.	Através de relatório do Setor de Informática da FACIC. Fazendo previsão orçamentária para o upgrade.	FACIC	Diretoria Financeira	A partir de 2022

PLANO DE AÇÃO – META 4 (OBJETIVO 2)

O QUÊ?	POR QUÊ?	COMO?	ONDE?	QUEM?	QUANDO?
Efetuar planejamento de eventos por área de conhecimento.	Apoiar a participação de docentes e discentes no mínimo em um evento por semestre na área de cada curso.	Efetuando cadastro em empresas, organizações promotoras de eventos.	FACIC	Coordenadores de cursos.	A partir 2022
Levantar necessidades específicas de cada curso	Apoiar a participação de docentes e discentes no mínimo em um evento por semestre na área de cada curso.	Através de reuniões com o Corpo Docente.	FACIC	Coordenadores de cursos.	A partir 2022
Disponibilizar recursos financeiros para apoiar os docentes.	Apoiar a participação de docentes e discentes no mínimo em um evento por semestre na área de cada curso.	Fazer previsão orçamentária.	FACIC.	Diretoria Financeira.	A partir 2022

PLANO DE AÇÃO – META 5 (OBJETIVO 2)

O QUÊ?	POR QUÊ?	COMO?	ONDE?	QUEM?	QUANDO?
Levantar necessidades específicas de cada curso	Apoiar a participação de docentes e discentes da graduação e pós-graduação com produções científicas, dando continuidade, a cada ano, no mínimo, a um evento científico.	Efetuando cadastro junto à organizações promotoras de eventos científicos.	FACIC.	Coordenadores de cursos.	A partir 2022
Disponibilizar recursos financeiros para apoiar os docentes.	Apoiar a participação de docentes e discentes da graduação e pós-graduação com produções científicas, dando continuidade, a cada ano, no mínimo, a um evento científico.	Fazer previsão orçamentária.	FACIC.	Diretoria Financeira.	A partir 2022
Incentivar a produção científica através de estímulos financeiros e acadêmicos.	Apoiar a participação de docentes e discentes da graduação e pós-graduação com produções científicas, dando continuidade, a cada ano, no mínimo, a um evento científico.	Fazer previsão orçamentária. Promovendo eventos científicos. Implantar a divulgação da Revista FACIC.	FACIC.	Diretoria Financeira e Secretaria Geral.	A partir 2022

PLANO DE AÇÃO – META 6 (OBJETIVO 2)

O QUÊ?	POR QUÊ?	COMO?	ONDE?	QUEM?	QUANDO?
Criar um fórum para discussão do ensino, pelo menos, uma vez por ano.	Manter e ampliar a participação dos docentes e discentes nas discussões para melhoria do ensino, promovendo um evento anual para a avaliação do processo.	Promover fórum para discutir o ensino, convidando docentes, discentes e comunidade em geral.	FACIC.	Secretaria de Pós-Graduação, Pesquisa e extensão.	A partir 2023

PLANO DE AÇÃO – META 7 (OBJETIVO 2)

O QUÊ?	POR QUÊ?	COMO?	ONDE?	QUEM?	QUANDO?
Estimular a discussão entre professores e alunos.	Estimular a permanente articulação entre ensino com pesquisa e extensão, oferecendo atividades periódicas de integração, entre os segmentos.	Promover fórum para discutir o ensino, convidando docentes, discentes e comunidade em geral.	FACIC.	Secretaria de Pós-Graduação, Pesquisa e extensão.	A partir 2023
Apoiar eventos relacionados ao tema.	Estimular a permanente articulação entre ensino com pesquisa e extensão, oferecendo atividades periódicas de integração, entre os segmentos.	Levantar eventos em outros municípios, estados, regiões sobre o tema. Promover eventos em parceria com outras IES do estado ou fora.	FACIC.	Secretaria de Pós-Graduação, Pesquisa e extensão.	A partir 2022
Promover eventos científicos/ tecnológicos, envolvendo docentes, discentes, técnicos e a comunidade em geral.	Estimular a permanente articulação entre ensino com pesquisa e extensão, oferecendo atividades periódicas de integração, entre os segmentos.	Promover eventos em parceria com outras IES do estado ou fora.	FACIC.	Secretaria de Pós-Graduação, Pesquisa e extensão.	A partir 2022

OBJETIVOS	METAS	AÇÕES	PRAZO
OBJETIVO 3: Garantir a educação continuada dos docentes.	**META 1**: (Sendo realizado) Ampliar o plano de capacitação docente, realizando, pelo menos, dois cursos semestrais.	Promover cursos de capacitação docente; Estimular a participação dos professores em eventos da Faculdade ou de outras IES; Fazer parcerias com outras instituições que possam contribuir para a capacitação docente.	Até 2026
	META 2: (Sendo realizado) Ampliar a produção científica docente e discente, bem como de interessados da região, para publicação escrita e eletrônica.	Incentivar a produção científica docente e discente; Criar programa de capacitação docente para a elaboração de artigos; Promover incentivos financeiros para os docentes com produção científica relevante.	Até 2026

PLANO DE AÇÃO – META 1 (OBJETIVO 3)

O QUÊ?	POR QUÊ?	COMO?	ONDE?	QUEM?	QUANDO?
Promover cursos de capacitação docente.	Ampliar o plano de capacitação docente, realizando, pelo menos, dois cursos semestrais.	Promovendo e buscando parcerias.	FACIC.	Secretaria Geral.	Até o final de 2026
Estimular a participação dos professores em eventos da Faculdade ou de outras IES	Ampliar o plano de capacitação docente, realizando, pelo menos, dois cursos semestrais.	Levantar eventos em outros IES. Promover eventos na Faculdade.	FACIC.	Secretaria de Pós-Gradua-ção, Pesquisa e extensão.	Até o final de 2026
Fazer parcerias com outras instituições que possam contribuir para a capacitação docente.	Ampliar o plano de capacitação docente, realizando, pelo menos, dois cursos semestrais.	Promover parceria com outras IES do estado ou fora.	FACIC.	Secretaria Geral.	Até o final de 2026

PLANO DE AÇÃO – META 2 (OBJETIVO 3)

O QUÊ?	POR QUÊ?	COMO?	ONDE?	QUEM?	QUANDO?
Incentivar a produção cien-tífica docente e discente.	Ampliar a produção científi-ca docente e discente, bem como de interessados da re-gião, para publicação escrita e eletrônica.	Realizando discussões para conscientização e sensibilização dos docentes, envolvendo os discentes.	FACIC.	Coordenado-res de cursos.	Até o final de 2026
Criar programa de capacitação docente para a elaboração de artigos.	Ampliar a produção científi-ca docente e discente, bem como de interessados da re-gião, para publicação escrita e eletrônica.	Promover cursos e treinamentos para a elaboração de artigos científicos.	FACIC.	Secretaria de Pós-Gradua-ção, Pesquisa e extensão.	Até o final de 2026
Promover incen-tivos financeiros para os docentes com produção científica rele-vante.	Ampliar a produção científi-ca docente e discente, bem como de interessados da re-gião, para publicação escrita e eletrônica.	Efetuar programação orçamentária. Definir incentivo para as publi-cações.	FACIC.	Secretaria de Pós-Gradua-ção, Pesquisa e extensão.	Até o final de 2026

OBJETIVOS	METAS	AÇÕES	PRAZO
OBJETIVO 4: Dar continuidade ao processo de autorização de novos cursos para a FACIC.	**META**: (Sendo realizado) Implantar novos cursos de graduação até 2026.	Efetuar levantamento da viabilidade da abertura dos mesmos; Fazer a solicitação junto ao MEC	Até 2026

PLANO DE AÇÃO – META 1 (OBJETIVO 4)

O QUÊ?	POR QUÊ?	COMO?	ONDE?	QUEM?	QUANDO?
Efetuar levantamento da viabilidade da abertura dos cursos.	Implantar novos cursos de graduação.	Efetuando estudos de viabilidade financeira e necessidade para Cruzeiro e região.	Cruzeiro e região.	Setor de Marketing e Secretaria Geral.	Até o final de 2026
Fazer a solicitação junto ao MEC.	Implantar novos cursos de graduação.	Elaborando PPC. Definindo necessidades de laboratórios e outros. Convidando docentes.	FACIC.	Secretaria Geral, Diretoria Financeira e Procurador Institucional.	Até o final de 2026

OBJETIVOS	METAS	AÇÕES	PRAZO
OBJETIVO 5: (Sendo realizado) Operacionalizar políticas afirmativas de inclusão social.	**META**: Ampliar o número de parceiros em 20%, anualmente, oportunizando a oferta de ensino na graduação e pós-graduação às classes sociais menos favorecidas.	Ampliar as parcerias junto às organizações civis e públicas; Ampliar Programa de Bolsas e descontos progressivos para alunos menos favorecidos economicamente.	Até 2026

PLANO DE AÇÃO – META 1 (OBJETIVO 5)

O QUÊ?	POR QUÊ?	COMO?	ONDE?	QUEM?	QUANDO?
Ampliar as parcerias junto às organizações civis e públicas.	Ampliar o número de parceiros em 20%, anualmente, oportunizando a oferta de ensino na graduação e pós-graduação às classes sociais menos favorecidas.	Efetuando parcerias com empresas e ONGs.	Cruzeiro e região.	Setor Comercial e Secretaria Geral.	Até 2026
Ampliar Programa de Bolsas e descontos progressivos para alunos menos favorecidos economicamente.	Ampliar o número de parceiros em 20%, anualmente, oportunizando a oferta de ensino na graduação e pós-graduação às classes sociais menos favorecidas.	Realizando estudos financeiros. Efetuando parcerias com empresas e ONGs.	Cruzeiro e região.	Diretoria Financeira e Secretaria Geral.	Até 2026

OBJETIVOS	METAS	AÇÕES	PRAZO
OBJETIVO 6: (Sendo realizado) Garantir a contínua informação/divulgação dos cursos de graduação e pós-graduação.	**META 1**: Elaborar cartilhas educativas de informação e divulgação de cada curso oferecido pela FACIC.	Criar livretos para divulgação dos cursos da FACIC.	Até 2026
	META 2: Realizar dois seminários anuais, divulgando as profissões vinculadas aos cursos da FACIC, visando aumentar em 10% a demanda pelos cursos.	Promover eventos junto às escolas privadas e públicas de ensino médio; Intensificar programa de parcerias com as escolas; Promover eventos regulares na FACIC para divulgação dos cursos.	A partir de 2022

PLANO DE AÇÃO – META 1 (OBJETIVO 6)

O QUÊ?	POR QUÊ?	COMO?	ONDE?	QUEM?	QUANDO?
Criar livretos para divulgação dos cursos da FACIC.	Elaborar cartilhas educativas de informação e divulgação de cada curso oferecido pela FACIC.	Elaborando os layouts. Realizando orçamento das peças.	FACIC.	Setor de Marketing e Diretoria Financeira.	Até 2026

PLANO DE AÇÃO – META 2 (OBJETIVO 6)

O QUÊ?	POR QUÊ?	COMO?	ONDE?	QUEM?	QUANDO?
Promover eventos junto às escolas privadas e públicas de ensino médio.	Realizar dois seminários anuais, divulgando as profissões vinculadas aos cursos da FACIC, visando aumentar em 10% a demanda pelos cursos.	Efetuando parcerias com as escolas. Realizando previsão orçamentária.	Escolas Públicas e Privadas de Cruzeiro e região.	Setor de Marketing, Setor Comercial e Diretoria Financeira.	A partir de 2022
Intensificar programa de parcerias com as escolas.	Realizar dois seminários anuais, divulgando as profissões vinculadas aos cursos da FACIC, visando aumentar em 10% a demanda pelos cursos.	Ampliar número de visitas.	Escolas Públicas e Privadas de Cruzeiro e região.	Setor Comercial.	A partir de 2022
Promover eventos regulares na FACIC para divulgação dos cursos.	Realizar dois seminários anuais, divulgando as profissões vinculadas aos cursos da FACIC, visando aumentar em 10% a demanda pelos cursos.	Realizando previsão orçamentária.	FACIC.	Diretoria Financeira	A partir de 2022

OBJETIVOS	METAS	AÇÕES	PRAZO
OBJETIVO 7: (Sendo realizado) Ampliar os projetos sociais da FACIC para contribuir na construção e divulgação da cultura local, regional e melhoria da qualidade de vida da população.	**META**: Manter continuamente o levantamento de perfil da população e a realização de seminários com discentes e docentes, estabelecendo e consolidando pelo menos 3 projetos sociais.	Acompanhar por meio de estudos de mercado as mudanças no perfil da população de Cruzeiro e região; Promover seminários e projetos sociais em parceria com organizações não governamentais, governamentais e empresas privadas; Incentivar programas de cunho social.	Até 2026

PLANO DE AÇÃO – META 1 (OBJETIVO 7)

O QUÊ?	POR QUÊ?	COMO?	ONDE?	QUEM?	QUANDO?
Acompanhar por meio de estudos de mercado as mudanças no perfil da população de Cruzeiro e região.	Manter continuamente o levantamento de perfil da população e a realização de seminários com discentes e docentes, estabelecendo e consolidando pelo menos 3 projetos.	Realizar previsão orçamentária. Contratar empresa de pesquisa de mercado.	Cruzeiro e região.	Diretoria Financeira.	Até 2026
Promover seminários e projetos sociais em parceria com organizações não governamentais, governamentais e empresas privadas.	Manter continuamente o levantamento de perfil da população e a realização de seminários com discentes e docentes, estabelecendo e consolidando pelo menos 3 projetos sociais.	Visitar empresas e organizações para propor parcerias.	Cruzeiro e região.	Setor Comercial.	Até 2026
Incentivar programas de cunho social.	Manter continuamente o levantamento de perfil da população e a realização de seminários com discentes e docentes, estabelecendo e consolidando pelo menos 3 projetos sociais.	Realizar previsão orçamentária. Identificar programas sociais de Cruzeiro e região.	Cruzeiro e região.	Setor de Marketing.	Até 2026

OBJETIVOS	METAS	AÇÕES	PRAZO
OBJETIVO 8: (Sendo realizado de forma progressiva) Promover uma política de comunicação para informar a sociedade, sobre o papel da FACIC e da importância das atividades de ensino, pesquisa e extensão.	**META**: Manter e ampliar o projeto de comunicação institucional como instrumento de promoção e valorização da FACIC como Instituição de Ensino Superior voltada para a humanização e formação profissional.	Acompanhar o desenvolvimento do Projeto de Comunicação Institucional; Avaliar a imagem do projeto em termos de percepção dos envolvidos; Mensurar resultados.	Até 2026

PLANO DE AÇÃO – META 1 (OBJETIVO 8)

O QUÊ?	POR QUÊ?	COMO?	ONDE?	QUEM?	QUANDO?
Acompanhar o desenvolvimento do Projeto de Comunicação Institucional.	Manter e ampliar o projeto de comunicação institucional como instrumento de promoção e valorização da FACIC como Instituição de Ensino Superior voltada para a humanização e formação profissional.	Realizando pesquisas interna e externa. Promovendo discussões sobre o tema.	FACIC.	Diretoria Geral.	Até final de 2026
Avaliar a imagem do projeto em termos de percepção dos envolvidos.	Manter e ampliar o projeto de comunicação institucional como instrumento de promoção e valorização da FACIC como Instituição de Ensino Superior voltada para a humanização e formação profissional.	Realizando pesquisas interna e externa. Promovendo discussões sobre o tema.	FACIC.	Diretoria Geral.	Até final de 2026
Mensurar resultados.	Manter e ampliar o projeto de comunicação institucional como instrumento de promoção e valorização da FACIC como Instituição de Ensino Superior voltada para a humanização e formação profissional.	Realizando pesquisas interna e externa. Promovendo discussões sobre o tema.	FACIC.	Diretoria Geral.	Até final de 2026

OBJETIVOS	METAS	AÇÕES	PRAZO
OBJETIVO 9: (Sendo realizado) Garantir a qualificação do corpo técnico-administrativo.	**META**: Realizar semestralmente seminários, cursos e eventos que garantam a formação continuada de todo corpo técnico-administrativo.	Promover cursos, treinamentos e outros para ampliar a formação do corpo técnico; Incentivar a participação dos funcionários no programa de educação continuada.	Até 2026

PLANO DE AÇÃO – META 1 (OBJETIVO 9)

O QUÊ?	POR QUÊ?	COMO?	ONDE?	QUEM?	QUANDO?
Promover cursos, treinamentos e outros para ampliar a formação do corpo técnico.	Realizar semestralmente seminários, cursos e eventos que garantam a formação continuada de todo corpo técnico-administrativo, até 2026.	Verificando necessidades de cursos e treinamentos. Realizando previsão orçamentária.	FACIC.	Diretoria Administrativa.	Até final de 2026
Incentivar a participação dos funcionários no programa de educação continuada.	Realizar semestralmente seminários, cursos e eventos que garantam a formação continuada de todo corpo técnico-administrativo.	Realizando trabalho de conscientização e sensibilização junto aos colaboradores.	FACIC.	Diretoria Administrativa.	Até final de 2026

OBJETIVOS	METAS	AÇÕES	PRAZO
OBJETIVO 10: (Sendo realizado) Garantir a contínua melhoria dos procedimentos acadêmicos e administrativos.	**META 1**: Transformar o sistema de registro acadêmico 100% digital, a partir de 2026.	Adquirir programa compatível para a realização da meta; Treinar funcionários da Secretaria Acadêmica; Alocar recursos financeiros.	Até 2026
	META 2: Aumentar em 50% o atendimento da demanda pelos serviços administrativos via portal web.	Incentivar o uso do Portal FACIC junto aos docentes/discentes; Divulgar os serviços disponíveis no Portal FACIC.	Até 2026

PLANO DE AÇÃO – META 1 (OBJETIVO 10)

O QUÊ?	POR QUÊ?	COMO?	ONDE?	QUEM?	QUANDO?
Adquirir programa compatível para a realização da meta.	Transformar o sistema de registro acadêmico 100% digital.	Fazendo levantamento de empresas e programas. Realizando previsão orçamentária.	FACIC.	Diretoria Financeira.	Até 2026
Treinar funcionários da Secretaria Acadêmica.	Transformar o sistema de registro acadêmico 100% digital.	Realizar treinamento apropriado. Disponibilizar local e materiais necessários.	FACIC.	Diretoria Financeira e empresa contratada.	Até 2026
Alocar recursos financeiros.	Transformar o sistema de registro acadêmico 100% digital.	Realizando previsão orçamentária.	FACIC.	Diretoria Financeira.	Até 2026

PLANO DE AÇÃO – META 2 (OBJETIVO 10)

O QUÊ?	POR QUÊ?	COMO?	ONDE?	QUEM?	QUANDO?
Incentivar o uso do Portal FACIC junto aos docentes/discentes.	Aumentar em 50% o atendimento da demanda pelos serviços administrativos via portal web.	Realizando treinamento junto aos docentes e discentes sobre os recursos do Portal FACIC. Criando normas que visem o uso do Portal.	FACIC.	Secretaria Geral.	Até 2026
Divulgar os serviços disponíveis no Portal FACIC.	Aumentar em 50% o atendimento da demanda pelos serviços administrativos via portal web.	Realizar treinamento apropriado.	FACIC.	Secretaria Geral.	Até 2026

OBJETIVOS	METAS	AÇÕES	PRAZO
OBJETIVO 11: (Sendo realizado de forma progressiva) Contribuir para a melhoria da qualidade de vida da comunidade acadêmica da FACIC.	**META 1**: Dar continuidade ao projeto "Saúde na Família e no Trabalho", envolvendo 100% dos colaboradores.	Discutir com os envolvidos formas eficazes para implantação e manutenção do Projeto; Sensibilizar público alvo para o projeto.	Até 2026
	META 2: Realizar dois eventos anuais sobre "Riscos para a Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho".	Efetuar planejamento e estabelecer cronograma para a realização do evento; Alocar recursos.	Até 2026
	META 3: Continuar com a campanha de divulgação do Programa e Ações de Qualidade de Vida no Trabalho.	Criar e veicular as campanhas; Disponibilizar recursos financeiros para a mídia; Sensibilizar envolvidos sobre o projeto.	Até 2026
	META 4: Continuar apoiando em 100% os projetos socio-educativos que objetivem a melhoria qualitativa de vida e permanência da equipe de colaboradores da FACIC.	Disponibilizar recursos financeiros; Levantar projetos de interesse dos colaboradores da FACIC.	Até 2026

PLANO DE AÇÃO – META 1 (OBJETIVO 11)

O QUÊ?	POR QUÊ?	COMO?	ONDE?	QUEM?	QUANDO?
Discutir com os envolvidos formas eficazes para implantação e manutenção do Projeto.	Implantar o projeto "Saúde na Família e no Trabalho", envolvendo 100% dos colaboradores.	Promovendo reuniões para discussões e debates.	FACIC.	Diretoria Administrativa.	A partir de 2022 até 2026
Sensibilizar público alvo para o projeto.	Implantar o projeto "Saúde na Família e no Trabalho", envolvendo 100% dos colaboradores.	Realizando campanhas informativas sobre o projeto.	FACIC.	Setor de Marketing.	A partir de 2022 até 2026

PLANO DE AÇÃO – META 2 (OBJETIVO 11)

O QUÊ?	POR QUÊ?	COMO?	ONDE?	QUEM?	QUANDO?
Efetuar planejamento e estabelecer cronograma para a realização do evento.	Realizar dois eventos anuais sobre "Riscos para a Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho.	Promovendo reuniões para discussões e debates.	FACIC.	Diretoria Administrativa.	A partir de 2022 até 2026
Alocar recursos.	Realizar dois eventos anuais sobre "Riscos para a Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho".	Realizar previsão orçamentária.	FACIC.	Diretoria Financeira.	A partir de 2022 até 2026

PLANO DE AÇÃO – META 3 (OBJETIVO 11)

O QUÊ?	POR QUÊ?	COMO?	ONDE?	QUEM?	QUANDO?
Criar e veicular as campanhas.	Produzir campanha de divulgação do Programa e Ações de Qualidade de Vida no Trabalho.	Efetuar briefing da campanha. Definir mídias a serem utilizadas. Fazer previsão orçamentária.	FACIC.	Setor de Marketing e Diretoria Financeira.	Até 2026
Disponibilizar recursos financeiros para a mídia.	Produzir campanha de divulgação do Programa e Ações de Qualidade de Vida no Trabalho.	Definir mídias a serem utilizadas. Fazer previsão orçamentária.	FACIC.	Setor de Marketing e Diretoria Financeira.	Até 2026
Sensibilizar envolvidos sobre o projeto.	Produzir campanha de divulgação do Programa e Ações de Qualidade de Vida no Trabalho.	Realizar reuniões para apresentação da campanha. Realizar trabalho de endomarketing.	FACIC.	Setor de Marketing e Diretoria Administrativa.	Até 2026

PLANO DE AÇÃO – META 4 (OBJETIVO 11)

O QUÊ?	POR QUÊ?	COMO?	ONDE?	QUEM?	QUANDO?
Disponibilizar recursos financeiros.	Apoiar em 100% os projetos socioeducativos que objetivem a melhoria qualitativa de vida e permanência da equipe de colaboradores da FACIC.	Definir projetos prioritários. Fazer previsão orçamentária.	FACIC.	Setor de Marketing e Diretoria Financeira.	Até 2026
Levantar projetos de interesse dos colaboradores da FACIC.	Apoiar em 100% os projetos socioeducativos que objetivem a melhoria qualitativa de vida e permanência da equipe de colaboradores da FACIC.	Realizar levantamento dos projetos. Definir projetos prioritários. Fazer previsão orçamentária.	FACIC.	Setor de Marketing e Diretoria Financeira.	Até 2026

2.2 PDI, PLANEJAMENTO DIDÁTICO-INSTRUCIONAL E POLÍTICA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO E DE PÓS-GRADUAÇÃO

A Faculdade de Ciências Humanas do Estado de São Paulo - FACIC tem presente que uma Instituição de Ensino Superior deve ser um espaço permanente de inovação, onde a aprendizagem, o ensino, a atualização dos Projetos Pedagógicos dos Cursos, o perfil do profissional, as competências e habilidades, os conteúdos, as disciplinas, as matrizes curriculares, as metodologias de ensino, as atividades de aprendizagem, o processo de avaliação, a extensão, a Educação das Relações Étnico-raciais, Educação em Direitos Humanos, a Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno de Espectro Autista, o ensino da História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena, encontrem espaços para as discussões e, consequentemente, a revisão de paradigmas, mudança de modelos mentais, de hábitos e culturas.

Ao mesmo tempo em que as mudanças são necessárias, a resistência surge naturalmente no contexto.

Pessoas, grupos, organizações, sobretudo instituições, precisam encontrar um equilíbrio entre a estabilidade e as transformações, aprendendo a reconhecê-las e aceitá-las, fazendo-as conviver adequadamente em diferentes situações.

Nessa perspectiva de transformação, a FACIC busca atingir os objetivos propostos, uma vez que vêm oportunizando esse equilíbrio, em momentos de reflexão conjunta e nas ações recíprocas. A sociedade do nosso tempo é complexa, caracterizada pelo heterogêneo, múltiplo e diverso. Uma Instituição de Ensino Superior consubstancia-se em um ambiente ideal para o debate pluralista no campo das ideias. Este é o desafio proposto para a FACIC.

No trabalho de reflexão realizado durante os encontros, seminários e grupos de estudo, para elaboração do presente documento, percebeu-se que o debate instigado pela diversidade proporcionou ao grupo conhecimento, autoconfiança, transformação e, portanto, a busca de uma identidade.

O Projeto Pedagógico Institucional da FACIC assume um caráter dinâmico, interagindo com a comunidade regional e a sociedade como um todo, possibilitando o desenvolvimento de ações concretas, que vão se refazendo e se transformando num processo de revisão permanente, permitindo o seu fortalecimento como Instituição de Ensino Superior.

Em um mundo em rápida mutação como o que vivemos, a educação deve ser compreendida como uma prática social que pode dinamizar outros processos sociais importantes e pertinentes, na busca de uma sociedade inclusiva.

As Instituições de Ensino Superior para a realização de suas finalidades educativas, devem reforçar seu papel de instituições comprometidas com o social, buscando implementações que contribuam para a formação de um cidadão com competências e habilidades, capaz de atuar no contexto social.

Assim tendo clareza dessa nova visão de mundo, expressa nesse novo paradigma de sociedade, de educação, a IES deve garantir uma formação global e crítica para os envolvidos no processo como

forma de capacitá-los para os exercícios da cidadania. (FORGRAD, 1999, p. 7).

Nesse contexto, a FACIC quando da elaboração/reelaboração do PDI, teve a preocupação sobe a necessidade de repensar a construção de sua identidade, suscitando discussões sobre o conceito de educação que a Instituição defende em relação à sociedade que está inserida. Sua filosofia norteadora de todo o processo educacional está comprometida com o vir-a-ser.

Assim comprometida, a FACIC em suas discussões em torno do PDI pensou o tipo de individuo que se quer formar para a sociedade.

O PDI exigiu análise cuidadosa sobre as finalidades institucionais, explicitação do seu papel social e clara definição de caminhos, formas operacionais e ações a serem empreendidas por todos os envolvidos com a ação educativa e com a Instituição como um todo.

Sendo o PDI um instrumento classificador da ação educativa da Instituição, a construção do mesmo não deve ser imposta em sua elaboração, mas sim, uma conquista, e que segundo Veiga (1988, p.14), “a legitimidade do Projeto Pedagógico está devidamente ligada ao grau e ao tipo de participação de todos envolvidos com o processo educativo”.

Nessa perspectiva, as ciências e o conhecimento desenvolvidos através do ensino e da extensão assumem a função de mediação dentro e fora da Faculdade, como meio e instrumento crítico, dinamizador e fortalecedor dos indivíduos e das instituições sociais.

Desta forma, o PDI da FACIC está comprometido com um ensino de qualidade, com o saber siste- matizado, onde o trabalho universitário dará uma formação crítica da sociedade e, a compreensão do papel que lhe é inerente, contribuindo para o avanço da ciência e da sociedade, com o desenvolvimento cultural e político, intervindo na sociedade de forma a potencializar sua capacidade criativa e gerar estratégias que contribuam na superação das dificuldades do presente e construção de um futuro digno de ser vivido, conforme os postulados da justiça social.

A base do PDI está na função educadora que permeia todo o Projeto da FACIC, funcionando como meio e instrumento para o cumprimento das suas finalidades sócio-políticas-educacionais.

- Ser uma instituição aglutinadora, aberta a todo saber, crítica, criativa e competente com vistas a contribuir como desenvolvimento regional;
- Contribuir ativamente como mediadora do processo de desenvolvimento e crescimento regional nas áreas de conhecimento em que atua;
- Oferecer uma educação integral e permanente, visando a formação de profissionais qualificados para o mercado de trabalho e conscientes da problemática social e de sua inter-relação com o meio e seu papel de agente de mudanças;
- Exercer compromisso com a democracia, expressa através de ações coletivas e participativas em todos os níveis;
- Acompanhar às necessidades regionais, direcionando suas ações de maneira a contribuir para

o desenvolvimento social, político, econômico, cultural e educacional da região;

- Praticar a extensão em seus diferentes ângulos como forma de contribuir para a melhoria da qualidade de ensino;
- Promover e preservar a cultura como forma de emergir a identidade regional, seus valores étnicos, artísticos, espirituais, sociais e econômicos pelas manifestações e criação de comunidades;
- Ser uma Instituição aberta e crítica, canal de manifestação livre de todas as correntes de pensamentos, em clima de liberdade, responsabilidade, respeito aos direitos individuais e coletivos.

Essas ações traduzem o momento atual vivido na FACIC e é alvo de contínuas revisões de forma coletiva e participativa oportunizando o aperfeiçoamento Institucional permanente.

2.2.1. PRINCÍPIOS PEDAGÓGICOS E FILOSÓFICOS QUE NORTEIAM A AÇÃO EDUCATIVA

A FACIC explicita em sua proposição de filosofia, a vinculação do seu Projeto global da Instituição à um Projeto de sociedade que busca constantemente uma identificação com a região detectando problemas do meio geográfico, social, político, econômico, cultural e que são determinantes dos objetivos e da identidade da Instituição.

O Projeto Pedagógico Institucional tem como elemento central seu caráter de permanente construção, de processo contínuo de reflexão da comunidade acadêmica, de debates entre aspectos, objetivos e subjetivos, sua transitoriedade, flexibilidade e permeabilidade, para que possa incorporar demandas sociais.

Neste sentido, este PDI oferece o direcionamento para os Projetos Pedagógicos de cada um dos cursos da FACIC, assegurando pontos em comum: a concepção de formação e competências profissionais de ensino de graduação; a linha didático-metodológico; as definições dos órgãos colegiados; e as Diretrizes Curriculares Nacionais do Conselho Nacional de Educação - CNE. As transformações sociais, econômicas, políticas e culturais em sua dinamicidade, atingem todos os setores da sociedade, com forte impacto no mundo do trabalho. Isto resulta num processo de reestruturação produtiva, que se materializa por intermédio da introdução de modernos recursos tecnológicos, racionalização organizacional e novos modelos de gestão.

Essas transformações determinam também, novas exigências para a inserção no mercado de trabalho. As possibilidades de empregabilidade são determinadas por princípios cada vez mais distantes dos que vigoraram até alguns anos atrás, e que se baseavam apenas em conhecimento técnico e habilidades específicas para o desempenho de determinadas atividades relacionadas às atribuições da profissão ou cargo.

Hoje, lida-se com transformações aceleradas no campo tecnológico e cientifico e com um mercado dinâmico e competitivo, no qual profissões e postos de trabalho são criados e extintos em curto espaço de tempo. Por isso, o perfil do trabalhador que as empresas buscam é aquele do profissional com competências necessárias para assumir responsabilidades frente a situações complexas, capaz de

antecipar problemas e propor soluções e de desenvolver um processo sistemático de (re) flexibilidade no trabalho.

Esse processo de mudança na sociedade tem introduzido nas instituições de ensino a necessidade de repensar a formação dos educandos. Não é mais possível a permanência da tradicional distância entre os saberes e as atividades sociais, ou seja, a existência de um lugar e um tempo específico para ensinar e aprender, desconectados do campo de atuação para o qual o estudante está sendo formado.

As considerações acima demonstram o momento coletivo na construção do Projeto, vivenciado pela etapa em que os envolvidos pensaram sobre o que queriam alcançar em suas políticas, metas, objetivos e assim buscar um posicionamento em relação à visão de sociedade, do ser pensante e sobre a ação educativa e sua caracterização como planejadora. Fez-se necessário delinear a filosofia institucional.

Nessa perspectiva, a concepção filosófica do Projeto tem como finalidade demonstrar o caráter transformador e compromissado, não só com a formação de um educando competente, mas também com habilidades na solução de problemas imediatos da sociedade. O marco filosófico da Instituição indica o pano de fundo, a realidade desejada. É a proposta assumida pela FACIC em relação ao tipo de sociedade, de homem, de educação, que foram adequados aos objetivos estabelecidos. É o agir do grupo na discussão e no pensar para definir a filosofia institucional.

A proposta filosófica em sua relação teoria/prática deixa claro que qualquer prática pedagógica está assentada em uma teoria filosófica da educação, que possibilita ao educador a análise dos determinantes sociais, com a finalidade de proporcionar ao ser humano a sua formação o mais globalmente possível, sempre inserido num mundo real.

A concepção referenciada pela FACIC encontra-se alicerçada em pressupostos filosóficos, epistemológicos que orientam o compromisso com a sociedade, com o homem, portanto, uma filosofia que irá fornecer elementos necessários à organização teórica e sistematização das práticas acadêmicas. Este ponto de referência é a Filosofia Dialética, com suas leis, seus métodos, sua lógica, que contribuirá para a construção de uma prática educativa crítico-libertadora do homem e libertadora da sociedade.

Os princípios filosóficos da dialética contradição, totalidade, lógica do conflito, da relação, do movimento e da finalidade foram na proposta considerados essenciais e norteadores das ações da Faculdade. Esses princípios na dialogicidade da prática educativa contribuem para a superação das visões tradicionais da educação como um fim em si mesma, como seleção e classificação de resultados, buscando uma educação que seja processual, libertadora, emancipatória, onde o aluno seja conside- rado como um sujeito ativo no interior de uma realidade concreta, como sujeito e objeto em transfor- mação com a realidade.

A filosofia, portanto, tem caráter transformador, pois tem compromisso, não só com o profissional competente e crítico, mas com o indivíduo profissional cidadão, pois além da dimensão humana, o cidadão intelectual, capaz de criar formas de compreensão, de equacionar e resolver problemas no âmbito

social, pessoal e profissional.

Além da preparação de indivíduos para o mercado de trabalho, A FACIC tem a preocupação de preparar indivíduos que busquem reflexivamente e, através de ações, a solução de problemas imediatos da sociedade. A IES é um locus privilegiado de transformação e conservação do saber, onde exercita-se a reflexão, o debate e a crítica.

2.2.2. PERFIL DO EGRESSO

Nesse contexto, ao pensar a realidade desejada norteada pela filosofia progressista, a FACIC traçou como PERFIL DO SEU EGRESSO:

Formar cidadãos críticos, criativos, sujeitos do processo de aprendizagem e capazes de transformar a realidade, através do ensino de qualidade, da pesquisa e extensão, com estreita articulação das dimensões epistemológica, pedagógica e política.

Tendo como referencial filosófico a Concepção Dialética, a FACIC assume o compromisso com a educação numa linha crítica, na medida em que busca ultrapassar o discurso moderno, incorporando uma teoria que dê conta de orientar a prática dos sujeitos envolvidos na ação educativa, no contexto da Instituição.

No processo ensino e aprendizagem que se projetou para a Instituição, tem-se como objetivo uma ação transformadora pela ação–reflexão–ação. É preciso buscar uma teoria que fundamente a prática e, sobretudo, que sirva de guia para a ação concreta, uma teoria que corresponda ao movimento conceitual assumido institucionalmente.

Um dos grandes desafios da Instituição é construir uma ação educativa eficaz, inovadora, um projeto de emancipação humana, uma ação qualificada, baseada na autonomia e na liberdade.

A metodologia Dialética torna-se mediadora na construção do saber, do fazer, do ser e do conviver.

Segundo UNESCO/MEC p. 89-102: A educação hoje deve transmitir de forma eficaz saberes e saber-fazer evolutivos, adaptados à civilização cognitiva, pois são as bases das competências do futuro. Simultaneamente, compete-lhe encontrar e assinalar as referências que impeçam as pessoas de ficarem submergidas nas ondas de informações, mais ou menos efêmeras, que invadem os espaços públicos e privados e as levem a orientar- se para projetos de desenvolvimento individuais e coletivos. À educação cabe fornecer, de algum modo, os mapas de um mundo complexo e constantemente agitado e, ao mesmo tempo, a bússola que permita navegar através dele.

No relatório da UNESCO fica evidenciado que a educação para atender às suas missões deve organizar-se em torno de quatro aprendizagens que, ao longo de toda vida, serão de algum modo para cada indivíduo, os pilares do conhecimento: aprender a conhecer, Isto é adquirir os instrumentos da compreensão; aprender a fazer, para poder agir sobre o meio envolvente; aprender a viver juntos, a fim de

participar e cooperar com os outros em todas as atividades humanas; finalmente aprender a ser, via essencial que integra as três precedentes. Elas se entrelaçam no processo de ensino aprendizagem possibilitando uma formação com perspectivas de competências e habilidades para mover-se e agir num mundo em constante mudança.

Nesse contexto, entende-se, portanto, a opção metodológica como uma postura diante da realidade, que implica tarefas indissociáveis, reflexão, conhecimento, interpretação da realidade e sua transformação. A prática docente orienta-se por momentos em que o professor em seu planejamento, não poderá antecipar todas as etapas, pois dependerá da interação e participação dos alunos nas mesmas, já que o ponto de partida e chegada é a prática social.

É relevante no trabalho pedagógico distinguir opção metodológica de metodologia de ensino. A opção/postura metodológica tem relação com a filosofia assumida pela Instituição, sendo que esta pode ter caráter tradicional ou progressista. Assumir uma ou outra postura permite ter clareza do tipo de sociedade, de educação e de homem que se quer formar. Desta forma, a metodologia de ensino que o professor irá adotar deverá estar relacionada com a postura filosófica institucional.

2.2.3. METODOLOGIA

A metodologia a ser adotada institucionalmente para os cursos é a Dialética que perpassa um movimento de realidade chegando a sua transformação pela síncrise, que se baseia no senso comum (a prática); análise que é o conhecimento científico (teoria) onde essa é confrontada com o senso comum; e a síntese que é o conhecimento elaborado (é o momento de sistematização). É a volta à realidade para transformá-la. É o momento de sair da realidade/prática e voltar a mesma realidade com novas informações ou reformuladas, para melhorar a situação dos envolvidos no processo inicial. Tem como fundamento didático uma prática onde o educando partilha dos seus conhecimentos espontâneos com os colegas e professores.

O docente partindo desses conhecimentos teoriza cientificamente sobre eles, num processo coletivo de construção do saber, e desta maneira, o aluno incorporado do conhecimento historicamente sistematizado agirá como agente transformador da realidade. É o momento prático de agir em sua comunidade propondo alternativas de solução, de acordo com a diversidade de situações. Este percurso permitirá o desenvolvimento de habilidades conceituais, procedimentais e atitudinais, isto é, competências necessárias para a transformação de um profissional-cidadão competente e ético. Superar o conhecimento concebido historicamente, na qual a formação dos alunos se reduz a transmissão de conhecimentos e ao desenvolvimento de habilidades técnicas. Exige a construção de um trabalho pedagógico no qual o professor busque um caminho na aproximação com a comunidade, podendo assumir papéis de transformação de situações que envolvem o seu entorno.

Ao assumir essa perspectiva, o professor compreende o aluno como parceiro no interior do processo educativo, intervindo no mesmo com suas dúvidas, no enfrentamento da leitura da realidade e extensão com o conhecimento posto. Assim, a prática não fica reduzida à comprovação da teoria ou à sua execução normativa, a prática faz a sustentação da teoria.

Essa interação prática/teoria/prática, possibilita questionar o conhecimento sistematizado e institucionalizado no enfrentamento com a leitura da realidade, na superação da extensão como atividade assistencial e lócus isolado do ensino.

A FACIC pretende, assim, que a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, se transforme no campo sociocultural, onde professores e alunos se inserem para aprender e ensinar, fazendo das salas de aula, aulas vivas, onde de fato se discuta e transforme o conhecimento, para que esse tenha ressonância prática no meio onde o acadêmico se insere.

Para que a metodologia se efetive os professores são orientados para a utilização de estratégias de ensino que permitam esse movimento dialético de ir e vir, na busca de interpretações, diálogos que possibilitem ao acadêmico um saber teórico-prático na resolução dos problemas cotidianos. Ela parte das competências e habilidades definidas no curso para a escolha da postura metodológica dos professores, onde a interdisciplinaridade será elemento integrador das disciplinas curriculares na construção do conhecimento. É um processo que vem sendo muito utilizado na busca da reconciliação da fragmentação dos conhecimentos, tão negativo para o processo de ensino-aprendizagem e necessita de muito exercício conjunto para que se efetive esse trabalho na prática.

A interdisciplinaridade busca conciliar conceitos pertencentes as diversas áreas do conhecimento, a fim de promover avanços na produção de novos saberes. Constitui um diálogo entre diferentes disciplinas. O trabalho interdisciplinar é de fundamental importância, pois, há um crescente reconhecimento de que um olhar uni disciplinar seja insuficiente para melhor compreensão de processos, fenômenos e acontecimentos nos conteúdos estudados. Ela ocorre por meio de integração de diálogos e contrapontos entre disciplinas, e compreende: proximidade, convergência, contato e interação.

As estratégias didático-pedagógicas para os cursos no processo de ensino e aprendizagem devem proporcionar uma visão do todo, privilegiando conteúdos relacionados com as áreas específicas da profissão para dar sustentação à prática profissional, com o desenvolvimento de projetos de intervenção na realidade.

Quanto às atividades de inserção na vida profissional, deverão contemplar um aprendizado contínuo que extrapole os conhecimentos adquiridos no programa das disciplinas, com atividades desenvolvidas ao longo do curso, envolvendo problemas da realidade, com análise e encaminhamento de soluções.

A relação do processo de ensino e aprendizagem será direcionada tanto para a transferência de conhecimentos quanto para despertar o interesse do aluno, de forma a oportunizar o progresso individual, dentro de um ritmo próprio, desenvolver a iniciativa e permitir a participação ativa, sem perder de vista a interação grupal.

Nesse contexto, haverá oportunidade de ampliação na interação interpessoal e habilidades para agir de maneira unificadora. Assim, a metodologia ativa de ensino/aprendizagem deve privilegiar estratégias de ensino diversificadas. Exige que as atividades de aprendizagem sejam orientadas por ações

múltiplas, tanto individuais como grupais, com o auxílio de recursos tecnológicos, buscando formas mais dinâmicas para tornar o ensino mais real possível.

A diferença fundamental que caracteriza o ambiente de aprendizagem ativa é a atitude ativa da inteligência, em contraposição à atitude passiva, muitas vezes associada aos métodos tradicionais de ensino. Exige tarefas mentais que os alunos devem realizar onde fazem uso de suas funções mentais de analisar, sintetizar, avaliar, pensar, raciocinar, observar, refletir, entender, combinar, etc.

A aprendizagem ativa ocorre quando o aluno interage com o assunto em estudo ouvindo, falando, perguntando, discutindo, fazendo, sendo estimulado a construir o conhecimento, ao invés de recebê-lo de forma passiva. Segundo Bonwell e Elson (1991) existem algumas estratégias que podem ser utilizadas para conseguir aprendizagem ativa em sala de aula:

- Discussão de temas e tópicos de interesse para formação profissional;
- Trabalho em equipe com tarefas que exigem colaboração de todos;
- Estudo de casos relacionados com áreas de formação profissional específica;
- Debates sobre temas da atualidade;
- Geração de ideias (brainstorming) para buscar solução de um problema;
- Produção de mapas conceituais para esclarecer e aprofundar conceitos e ideias;
- Modelagem e simulação de processos e sistemas típicos da área de formação;
- Criação de sites ou redes sociais visando aprendizagem cooperativa;
- Elaboração de questões de pesquisa na área científica e tecnológica;
- Metodologia da problematização.

2.2.4. FLEXIBILIZAÇÃO CURRICULAR

O Fórum Nacional dos Pró-Reitores de Graduação das Universidades Brasileiras/FORGRAD, realizado em 2003 discutiu as “Concepções e Implementação da Flexibilização Curricular” cuja operacionalização deve ocorrer de conformidade com as diretrizes e orientações constantes desse documento norteador, mas em estreita observação às características e especificidades de cada IES.

A flexibilização curricular é algo que se impõe nas reformas curriculares dos cursos de graduação face às exigências das rápidas transformações socioeconômicas, políticas, culturais e tecnológicas que vêm ocorrendo na sociedade, com seus desdobramentos gerais e particulares na educação, em especial, no ensino superior.

Aceitar essas exigências e transformá-las em realidade no interior do ensino superior requer buscar significados e sentidos para mesmas, definindo eixos e princípios, para que não ocorram à revelia de modismos ou apenas para cumprimento de exigências legais. Assim, a proposta de flexibilização curricular deve estar sintonizada com o contexto de busca pelo novo, e ao reordenamento da sociedade, da universidade e do ensino superior como um todo, caracterizando-se como expressão de um Projeto Pedagógico Institucional e de curso, sempre em construção, e que considera o global e o local.

Nessa perspectiva, a flexibilização curricular insere-se num sentido maior que se refere ao combate aos efeitos desintegradores, antidemocráticos e anti-solidários presentes na sociedade contemporânea.

Esse combate, no contexto de crise da modernidade, coloca como desafio para as instituições educativas a necessidade da superação da lógica da racionalidade técnico- científica instrumental, que tanto tem dividido o espaço/tempo pedagógico, os sujeitos, os conhecimentos e as práticas institucionais, tornando o ensino engessado.

A flexibilização curricular ao ser entendida no seu sentido político implica, por um lado, numa ação coletiva de contraposição e por outro lado, implica também em construir uma cultura pedagógica em que a cultura avaliativa tem espaço garantido no interior da instituição, que promova permanentemente crítica à própria instituição e à sociedade, a fim, de que a instituição possa acompanhar as constantes transformações da realidade; assegurar a criação de novas alternativas e a construção de novos atores comprometidos com o processo de ruptura com a lógica que preside, ainda hoje, as práticas pedagógicas academicistas, cientificistas, rígidas, lineares, em geral desvinculadas das realidades internacionais, nacionais e locais.

Nesse quadro de rupturas, a flexibilização curricular aliada ao respeito à diversidade de sujeitos e práticas, é decorrente do exercício concreto da autonomia universitária e da cidadania no seu interior, da flexibilização do seu espaço/tempo físico e pedagógico, da organização/gestão administrativa e pedagógica/docente, da produção do conhecimento, da melhoria da sua infraestrutura e das condições de trabalho e da valorização da categoria docente.

A flexibilização insere-se enquanto promotora de qualidade social para a prática pedagógica, em oposição à qualidade de resultados, e deve, de fato, contribuir para fortalecer o bem comum e o espaço público no interior e exterior da universidade, fortalecendo e legitimando-a socialmente.

A flexibilização curricular tem que ser entendida claramente nos seus porquês, nos seus conteúdos científico-culturais, nos seus modos/caminhos de concretização, nas subjetividades dos sujeitos que fazem parte dos processos pedagógicos nas mais diversas instâncias do currículo e na sua perspectiva de materializar o princípio da indissociabilidade entre o ensino, pesquisa e extensão.

Pretende-se, pois, construir nos cursos da FACIC propostas curriculares que evitem frear as possibilidades de ação, mas que sejam entendidas como ações integradoras no conjunto do espaço/tempo de formação acadêmica de um sujeito que adentra as portas da educação superior.

Nesse sentido, os princípios apresentados a seguir pretendem contribuir para a elaboração de Projetos Pedagógicos que reafirmem o compromisso social e a responsabilidade ético/política das Instituições de Ensino Superiores com a sociedade brasileira. Esses princípios devem nortear toda e qualquer ação pedagógica de flexibilização curricular, respeitadas as distinções das organizações institucionais.

2.2.4.1. FLEXIBILIZAÇÃO E GESTÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO

- A composição do currículo será resultado da discussão coletiva do Projeto pedagógico e deverá contemplar um núcleo que caracterize a identidade do curso e que aproveite todas as possibilidades e todos os espaços de aprendizado possíveis;
- A especificidade de cada curso deve definir a flexibilização pretendida. Logo, o Projeto Pedagó- gico é o orientador para a flexibilização do currículo de cada curso e não deve se resumir a mera reorganização de um conjunto de disciplinas;
- Antes de qualquer ação concreta no âmbito da flexibilização é preciso definir qual a orientação que vai reger esse processo curricular.
- As atividades complementares devem contribuir para viabilizar a flexibilização curricular, mas não devem ser consideradas o único meio de realizá-la;
- O conteúdo das disciplinas deve refletir a flexibilização, mas as disciplinas não devem ser, assim como as atividades complementares, o único caminho para realizá-la;
- Disciplinas e atividades complementares devem expressar a articulação das concepções político-pedagógicas que orientam a flexibilização curricular, não se limitando ao simples aumento de carga horária;
- As IES têm autonomia para definir a distribuição das disciplinas e as atividades complementares, bem como a carga horária e a forma de operacionalizar o registro acadêmico das mesmas. Entretanto, é recomendável que se construa um consenso em torno da nomenclatura a ser utilizada;
- O desafio a ser enfrentado pelas IES, para realizar a flexibilização dos currículos, reside na promoção de ações continuadas de conscientização e motivação da comunidade acadêmica;
- Desenvolver ações pedagógicas ao longo do curso que permitam interface real entre ensino, pesquisa e extensão, a fim de que se possam produzir novos conhecimentos, a partir de processos investigativos demandados pelas necessidades sociais;
- Ampliar as interfaces entre as diversas áreas do conhecimento nos níveis de ensino, pesquisa e extensão que compõem um determinado processo de formação de curso;
- Atribuir procedimentos à mobilidade acadêmica para aproximar os sujeitos e experiências provenientes de diferentes trajetórias intra e interinstitucionais;
- Criar condições para que as diferentes demandas na IES possam conduzir a uma formação social e profissional diversificada, superando, inclusive, as limitações impostas aos acadêmicos que frequentam os cursos noturnos.

2.2.4.2. FLEXIBILIZAÇÃO E OS PROCESSOS DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

- A instância colegiada responsável pelo curso é o fórum privilegiado de discussão e implementação da flexibilização;
- A Administração Superior da Instituição deve acompanhar os trabalhos realizados no âmbito das instâncias colegiadas responsáveis pelo curso, de forma que estas apresentem propostas que sejam exequíveis, pois as condições necessárias para a implementação da flexibilização compreendem desde a estrutura do sistema de controle acadêmico até a necessidade de investimento em recursos humanos;
- Para garantir a flexibilização, é necessária a revisão da legislação acadêmica, considerando que

esta resulta das concepções que norteiam e definem o perfil da Instituição.

2.2.4.3. FLEXIBILIZAÇÃO E AVALIAÇÃO

- A avaliação institucional é imprescindível para o planejamento de ações concretas e consequentes no âmbito da flexibilização;
- A avaliação da aprendizagem deve contemplar mecanismos capazes de verificar a concretização do perfil acadêmico pretendido;
- A verificação da qualidade do ensino supõe uma avaliação com critérios e parâmetros previamente estabelecidos que façam referência às mudanças pretendidas com a flexibilização e que contribuam com a construção permanente do projeto político pedagógico de cada curso;
- É importante definir e regulamentar formas de avaliação de saberes prévios adquiridos em outros espaços de aprendizagem, além do espaço da academia, conforme os princípios da flexibilização;
- Os resultados da flexibilização no ensino superior brasileiro devem ser objeto de avaliação.

2.2.5. OPORTUNIDADES DIFERENCIADAS DE INTEGRALIZAÇÃO DOS CURSOS

Os currículos dos cursos serão organizados em blocos modulares com indicações de disciplinas teórico-práticas, prática pedagógica e atividades de flexibilização incluindo as atividades complementares.

As atividades curriculares são flexibilizadas e o estudante, de forma autônoma, enriquecerá o seu currículo com atividades complementares, participando de eventos como: seminários, congressos, mesas redondas, fóruns, dentre outros, os quais serão computados à carga horária curricular, após análise criteriosa de uma comissão previamente formada pela coordenação pedagógica.

Como forma de melhor atender às necessidades individuais de aprendizagem do educando, a FACIC colocará à disposição do mesmo, em horários previamente estabelecidos e divulgados na comunidade, os horários de atendimentos aos discentes, nos quais, os professores e monitores estão disponíveis, em locais específicos, para os esclarecimentos de dúvidas sobre os conteúdos e habilidades trabalhados em sala de aula.

As atividades propostas para a integralização dos currículos dos cursos da FACIC se constituem em atividades complementares e elementos integradores do currículo, bem como em espaço institucional e pedagógico para a atualização e flexibilização do processo de formação dos profissionais oriundos dos diversos cursos.

2.2.6. APROVEITAMENTO DE ESTUDOS

O aproveitamento de estudos é contemplado pela legislação educacional brasileira.

A Lei 9.394/96 dispõe:

Art. 47 [...]

§ 2º Os alunos que tenham extraordinário aproveitamento nos estudos, demonstrado por meio de provas e outros instrumentos de avaliação específicos, aplicados por banca examinadora especial, poderão ter abreviada a duração dos seus cursos, de acordo com as normas dos sistemas de ensino.

E mais,
O parágrafo transcrito abrange quatro aspectos: a) concepção sobre "aluno de extraordinário aproveitamento nos estudos"; b) instrumentos de avaliação específicos a serem aplicados por Bancas Examinadoras constituídas pelas instituições de ensino superior, com a consequente computação das cargas horárias, por disciplina avaliada, na integralização curricular, assegurado o padrão de qualidade no produto final do curso; c) limites a serem estabelecidos quanto à redução da duração de cursos, para efeito de integralização curricular, considerando-se os regimes de oferta pelo sistema de créditos com matrícula por disciplina, por sistema seriado anual com matrícula por série, e sistema seriado semestral com matrícula por série/semestre; e d) competência dos sistemas de ensino para a edição de normas aplicáveis aos três aspectos precedentes. (PARECER Nº: CNE/CES 0210/2002)

O Parecer CNE/CES nº 19/2008, do Conselheiro Milton Linhares, aponta que:

[...] o aproveitamento de estudos [...], para fins de abreviação ou dispensa ou, ainda, de continuidade de estudos em cursos superiores de graduação tecnológicos, depende da criteriosa avaliação individual do aluno, em cada caso, à luz do perfil profissional de conclusão do curso no qual se pleiteia o devido aproveitamento de estudos, segundo o que estabelece o art. 41 da LDB.

E mais, recomenda,

[...] a todas as IES que ministrem cursos superiores de tecnologia a não adoção de procedimentos de aproveitamento amplo e irrestrito de estudos ou competências profissionais [...] excetuando-se, por óbvio, os casos em que a qualidade da formação obtida por esses estudantes possa ser, comprovadamente, assegurada por meio de aferição individual de conhecimentos profissionais exigidos tanto pelo mercado de trabalho quanto pelas próprias instituições em seus projetos pedagógicos.

[...] recomenda-se o não aproveitamento genérico de competências profissionais obtidas no trabalho, exceto se essas forem compatíveis com as atividades de planejar serviços, projetar e executar projetos específicos da respectiva área profissional, administrar e gerenciar recursos e promover mudanças tecnológicas – o que deverá ser aferido, também, pela própria instituição proponente do curso superior de graduação tecnológica. No caso da avaliação criteriosa da IES atestar essas habilidades e competências do estudante/ candidato a cursos superiores de graduação tecnológica, poderá o aproveitamento ser adotado, também, para o estágio supervisionado.

Os entendimentos aqui expostos visam garantir a autonomia pedagógica de cada IES em sua proposta de oferta de curso superior de graduação tecnológica, que deve ser vista como sua marca registrada e lhe confere identidade educacional.

O exercício dessa autonomia na formulação e na execução de seu projeto pedagógico é indispensável e deve abranger a liberdade para decidir sobre a duração efetiva do curso superior de graduação tecnológica e os possíveis aproveitamentos de competências profissionais já adquiridas em outros cursos técnicos ou já desenvolvidas no próprio mercado de trabalho.

Desta forma, considerando o Parecer exarado pelo CES, para o aproveitamento de estudos e/ou aproveitamento de competências do mundo do trabalho, cada Projeto de Curso deverá determinar exatamente as competências e habilidades relacionadas à profissão, que poderão submeter os estudantes requerentes de tal ato, para obterem a dispensa através de avaliações estabelecidas pelo NDE.

2.2.7. DIRETRIZES E PRINCÍPIOS PEDAGÓGICOS PARA CONCEPÇÃO DOS PPC DOS CURSOS

As diretrizes pedagógicas da FACIC orientam os esforços da Instituição para a busca da excelência no ensino, na pesquisa e na extensão, atividades essas entendidas como indissociáveis, às quais se deve conferir eficiência e a eficácia em atendimento às demandas da sociedade contemporânea e também do mercado de trabalho que, acompanhando a escalada no acesso generalizado à informação, tem exigido princípios éticos cada vez mais sólidos na atuação dos profissionais de todas as áreas.

Na definição destas diretrizes estão presentes os resultados de extensas discussões e de atento acompanhamento das mais recentes tendências educacionais e sociais, de forma que a adequação dos produtos educacionais oferecidos possa estar sempre em sintonia com as necessidades e tecnologias que a cada dia surgem, se alteram e renovam.

Como centro de produção e difusão de saber é crucial que a instituição configure-se em espaço de discussão de ideias e concepções de mundo múltiplas e até mesmo contraditórias, em reflexo direto dos aspectos múltiplos e muitas vezes controversos da realidade.

São encorajadas as diferentes visões geradas pelas naturezas específicas de cada curso oferecido, na expectativa de que seu confronto e intercâmbio gerem novos pontos de vista sobre questões antigas e novas, levando à gênese de novas possibilidades e conhecimentos. Todo empreendimento é político em maior ou menor grau, diferenciado, contudo, pelo seu grau de comprometimento com os princípios éticos que levam a sociedade ao seu real desenvolvimento, por meio do aprimoramento moral de seus membros.

É justamente por este compromisso com a ética que se pretende diferenciar o ensino oferecido pela FACIC. São princípios éticos a valorização dos direitos e deveres fundamentais da pessoa, respeito pela liberdade de expressão, iniciativa e associação, cumprimento da legislação educacional e trabalhista, defesa da ética nas relações e a preocupação com a preservação ambiental, que em última instância uniformizam as diferentes linhas de pensamento oriundas das diferentes áreas do conhecimento exploradas pelos cursos da Instituição.

Nessa perspectiva, os conteúdos curriculares, as competências e as habilidades a serem assimilados e adquiridos por meio das atividades desenvolvidas pela Instituição em seus cursos, devem conferir ao

estudante terminalidade e capacidade acadêmica e profissional, considerando as demandas e as necessidades prevalentes e prioritárias da região em que a FACIC está inserida.

Esse conjunto de competências deve promover no aluno a capacidade de desenvolver- se intelectual e profissionalmente de forma autônoma e permanente.

A FACIC desenvolve, para tanto, ações que asseguram:

- A formação ética e humanística do sujeito voltada para a autonomia, cooperação, solidariedade, respeito à diversidade, tolerância e equidade social;
- A sólida formação técnico-científica, que possibilite ao sujeito compreensão e ação críticas em um mundo em incessante transformação;
- A interação produtiva das instâncias superiores de planejamento, desenvolvimento e avaliação das atividades de ensino;
- O aprimoramento da instituição, visando sua crescente relevância na produção e difusão de conhecimentos;
- O estabelecimento e funcionamento de mecanismos que harmonizem as relações internas;
- Os meios necessários para a realização do projeto de avaliação institucional;
- A integração das áreas de ensino e extensão com uma administração comprometida com uma educação pedagogicamente atualizada e coerente com os princípios defendidos pela Instituição;
- O estímulo à comunidade acadêmica na busca por capacitação em áreas acadêmicas e técnico-administrativas.

As Diretrizes Pedagógicas da FACIC constituem orientações estratégicas da organização institucional para o planejamento e a condução das atividades acadêmicas, de modo a definir e implementar direções a serem agregadas aos PPC. Oferecem, ainda, condições para a integração e a efetivação no contexto institucional, de todos os projetos pedagógicos com base em parâmetros bem definidos, referenciados pela missão da Instituição, por sua vocação e objetivos, pela norma legal e pelo contexto social, político, econômico e cultural no qual está inserida.

Essas condições são garantidas pelo Acompanhamento e a Autoavaliação Institucional.

Reúnem os indicadores para a tomada de decisões, a preservação e a reavaliação necessárias à adequação constante do planejamento institucional com as necessidades das dez dimensões que contemplam o Projeto de Autoavaliação, e com as Diretrizes preconizadas pelo MEC.

Nesse contexto, a organização da FACIC busca integrar e articular os PPC oferecidos e estimular as práticas multidisciplinares e interdisciplinares da extensão e das demais atividades extracurriculares, correlacionando-as e vinculando-as ao ensino.

As transformações sociais e o desenvolvimento científico-tecnológico acelerado, aliados à expansão das bases de conhecimento em todos os campos do saber, tornam imperiosa a definição de orientações

compatíveis com o estado de desenvolvimento do conhecimento e da realidade social. Deverão, assim, contemplar a mudança de foco do processo ensino/aprendizagem, cuja ênfase vem se deslocando do predomínio da aquisição de conhecimentos para privilegiar a capacidade de aprender a aprender, realçada pelas Diretrizes Curriculares Nacionais, envolvendo o desenvolvimento das capacidades de integração e de crítica das informações e das competências atuais, bem como de busca de novos conhecimentos e incorporação de novas tecnologias, desenvolvendo a habilidade de avaliá-las e selecionar, criticamente, as mais pertinentes.

Pretende-se, assim, centrar o processo educativo na construção, na produção e na apropriação dos conhecimentos técnico-científicos e socioculturais, em uma visão integradora e crítica da realidade, mediante modelos de ensino-aprendizagem modernos e uso de apropriadas tecnologias.

Linhas mestras para a ação pedagógica da Instituição:

- Busca da qualidade e da excelência da formação, comprometida com os padrões atuais das transformações socioculturais e do desenvolvimento científico e tecnológico;
- Formação do profissional, com ampla e sólida base teórica, capacidade de análise do social e domínio dos procedimentos técnicos necessários ao exercício profissional;
- Valorização da dimensão sociopolítica e cultural, desenvolvendo a capacidade de leitura crítica de problemas e seus impactos locais, regionais e nacionais, que subsidiará a inserção do egresso no mundo do trabalho, como sujeito partícipe de sua construção, assumindo, portanto, o exercício profissional na direção da resolução de problemas e da cidadania, referenciado por sólidos padrões éticos.

O caminhar na direção desse projeto pressupõe estabelecer um conjunto de princípios e procedi- mentos pedagógicos orientadores prioritários à ação, entre os quais cabe destacar:

- Interdisciplinaridade, entendida como esforço que busca a visão global como superação do pensar simplificador e fragmentador da realidade, como forma de administrar a ótica pluralista das concepções de ensino, do saber e da prática;
- Articulação entre o ensino, pesquisa e as atividades de extensão e de prestação de serviços à sociedade, em diferentes níveis de complexidade;
- Fornecimento de sólida formação geral, em estreita interação com os conhecimentos, competências e habilidades necessários à formação do profissional;
- Integração nos contextos reais de vida da comunidade, na rede de serviços e com profissionais em exercício, como espaços privilegiados do processo de ensino-aprendizagem, de forma contínua;
- Desenvolvimento da capacidade de aprender a aprender, que engloba o aprender a ser, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a conhecer, conforme caracterização das diretrizes curriculares nacionais para os cursos de graduação;
- Diversificação dos contextos de ensino e dos cenários de prática profissional, que englobam diferentes modalidades de trabalho pedagógico e inserção do aluno em campos de prática com graus crescentes de complexidade;

- Desenvolvimento de mecanismos de integração entre os diferentes cursos e dos cursos com a rede de serviços;
- Desenvolvimento de modelos pedagógicos capazes de articular a competência científico-tecnológica e a relevância social;
- Estruturação de matrizes curriculares flexíveis que, à diversidade de situações de ensino-aprendizagem, associem a possibilidade de construção própria dos caminhos de produção do conhecimento pelo estudante, bem como a de crescimento autônomo;
- Utilização apropriada de tecnologias diversificadas;
- A dialogicidade;
- Relação teoria e prática.

A educação superior desempenha papel inquestionável na preparação das novas gerações para o enfrentamento das exigências da sociedade moderna. As novas tecnologias do mundo atual, as novas formas organizacionais do trabalho e a rápida evolução do conhecimento científico, associadas às necessidades de melhor qualificação profissional, exigem uma nova concepção para os cursos superiores, baseadas nas Diretrizes Curriculares Nacionais.

As Diretrizes contemplam o desenvolvimento de competências e de habilidades para a formação dos estudantes, permitindo maior capacidade para competição e sucesso no mercado de trabalho.

Assim, a FACIC promove:

- A preparação de seu aluno para o mundo do trabalho, no atendimento às demandas econômicas e de emprego, adaptando-o às complexas condições de exercício profissional no mercado de trabalho;
- A formação para a cidadania crítica, formando o aluno-cidadão, capaz de interferir construtivamente na sociedade para transformá-la;
- A preparação para a participação social em termos de fortalecimento ao atendimento das demandas da comunidade, com o desenvolvimento de competências sociais, processos democráticos e eficazes de tomada de decisões, capacidade sócio comunicativa de liderança, de iniciativa, de solução de problemas;
- A formação para o alcance de objetivos comprometidos com o desenvolvimento harmônico do estado e em particular da região onde está inserido;
- A preparação para entender o ensino como prioridade fundamentada em princípios éticos, filosóficos, culturais e pedagógicos, que priorizem efetivamente a formação de pessoas, reconhecendo a educação como processo articulador/mediador indispensável a todas as propostas de desenvolvimento sustentável a médio e longo prazos;
- A formação ética, explicitando valores e atitudes, por meio de atividades que desenvolvam a vida coletiva, a solidariedade e o respeito às diferenças culturalmente contextualizadas;
- A formação de profissionais capazes de atuar em prol do desenvolvimento social, cultural e econômico sustentado, com a interação de conteúdos com aspectos inerentes às questões sociais, jurídicas e ambientais exigidas no mundo atual.

Ao escolher como foco principal na concepção dos cursos, uma visão interdisciplinar formativa do profissional para as novas demandas do mercado, objetivou-se o comprometimento com a qualificação ao mesmo tempo técnica e pluralista.

A Instituição apresenta proposta diferenciada, integrando formação teórica e prática, o que implica em definição clara do perfil do corpo docente, com qualificação e excelência para o magistério e a pesquisa interdisciplinar, com postura crítica e transformadora.

Para estabelecer as suas linhas de ação, a FACIC considerou que a formação do profissional representa um conjunto de aspectos internos, inerentes aos cursos, e externos, inerentes à relação sociedade/profissional, que se inter-relacionam, dialeticamente.

Partindo desse princípio, a Faculdade pautou-se nos fundamentos que a idealizaram, tendo sempre em vista que é necessário:

- Acompanhar as rápidas mudanças do mundo, a partir de política de graduação que contemple o caráter revolucionário da ciência como um imperativo;
- Entender a avaliação como processo e não como produto e, portanto, valorizar o sistema contínuo de avaliação em dois níveis: um pela sociedade e outro pela autoavaliação (professores, técnico-administrativos e alunos);
- Definir metodologias educacionais adequadas ao processo de aprendizagem cognitiva de caráter social, político e cultural nacional, respeitando-se as especificidades regionais, o que permitirá a revisão das matrizes curriculares, das práticas pedagógicas e das pesquisas desenvolvidas; e identificar as bases de sustentação de uma política de graduação, considerando o aluno como ser global.

A definição das competências (que incluem conhecimentos e atitudes) foi realizada de acordo com o Referencial para as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação, contido no Parecer CNE/CES nº 67/2003, ao qual se acrescentarão as competências próprias do profissional formado pelos respectivos cursos.

2.2.8. FORMAS DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO DO TRABALHO DOCENTE

A FACIC oferece todo o auxílio em estrutura física, equipamentos e materiais para o planejamento e execução do trabalho de seus docentes, pois acredita que numa instituição de Ensino Superior é de grande relevância o trabalho docente para garantir um ensino de qualidade, aliada aos diferentes setores institucionais. Segundo Pimenta (2002, p.36),

A centralidade colocada nos professores traduziu-se na valorização do seu pensar, do seu sentir, de suas crenças e seus valores como aspectos importantes para se compreender o seu fazer, não apenas de sala de aula, pois professores não se limitam apenas a executar currículos, se não que também, os elaboram, os defendem, os reinterpretam.

A Faculdade acompanha e avalia o planejamento e o desempenho acadêmico e profissional do docente por diversos meios, como por exemplo, através das avaliações semestrais.

Acompanha e avalia também por meio do trabalho dos Coordenadores de Curso, através dos registros acadêmicos, em relação ao cumprimento de programas, prazos e aos objetivos propostos pela Instituição, para verificar se estão em consonância com as propostas da avaliação institucional, considerando:

- O Plano de Atividades, onde o docente dimensiona sua carga horária no semestre, especificando disciplinas e turmas, cursos atendidos, bem como horário disponível para extensão, preparação de aulas, supervisão e outras atividades;
- A atualização do conteúdo programático e da bibliografia utilizada, tendo em vista a ementa e os objetivos propostos pela disciplina, desenvolvida pelo professor, no início de cada semestre;
- Metodologia a ser desenvolvida no Plano de Ensino;
- Reuniões sistemáticas sobre o Projeto Pedagógico do Curso, para avaliação, planejamento e correções necessárias;
- Acompanhamento por parte da Secretaria Geral, dos registros do professor, quanto ao programa, frequência e avaliação do aluno;
- Cronograma e relatórios de docentes e discentes, sobre as atividades complementares;
- Relatórios e avaliações de Estágios Curriculares;
- Contatos informais com professores e alunos, enfocando: relacionamento professor/aluno, engajamento nas atividades do curso, assiduidade, pontualidade, etc.;
- Avaliação discente em relação ao desempenho do professor e funcionamento do curso.

A Autoavaliação Institucional por meio do trabalho da Comissão Própria da Autoavaliação (CPA) também contempla a avaliação periódica do docente. Os resultados evidenciados são divulgados entre os professores e comunidade acadêmica.

Além disso, o trabalho periódico do Núcleo Docente Estruturante de cada Curso de Graduação também auxilia no processo de acompanhamento, avaliação e execução do trabalho docente e, o Conselho Superior (CONSUP) que promovem discussões, análises e deliberações importantes sobre o desempenho do trabalho docente.

Esse acompanhamento é importante pela maneira como a FACIC entende a valorização ao fazer docente, num processo que, ao mesmo tempo em que o distingue como particular e único, o caracteriza e o identifica como um processo universal. É preciso compreender o movimento histórico entre o universal e o particular que esta implicitamente relacionada à técnica e a ciência, teoria e a pratica, entre história e a filosofia e assim compreender a formação do professor, suas práticas, com base na história pensada e refletida. Os instrumentos utilizados para o acompanhamento do trabalho docente em relação ao seu desempenho abrangendo o processo ensino/ aprendizagem permitem coletar elementos para subsidiar a relação teoria/prática e assim entenderem melhor o seu fazer diário.

Em relação ao planejamento este possui um caráter cooperativo, onde são discutidos assuntos relacionados ao cotidiano da Faculdade incluindo-se currículos, conteúdos, avaliação, bibliografia, formas de

integração e busca constante da interdisciplinaridade. Essas ações devem aperfeiçoar gradativamente a atividade docente, através do desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras, que despertem no educando o prazer de aprender de forma ativa e crítica.

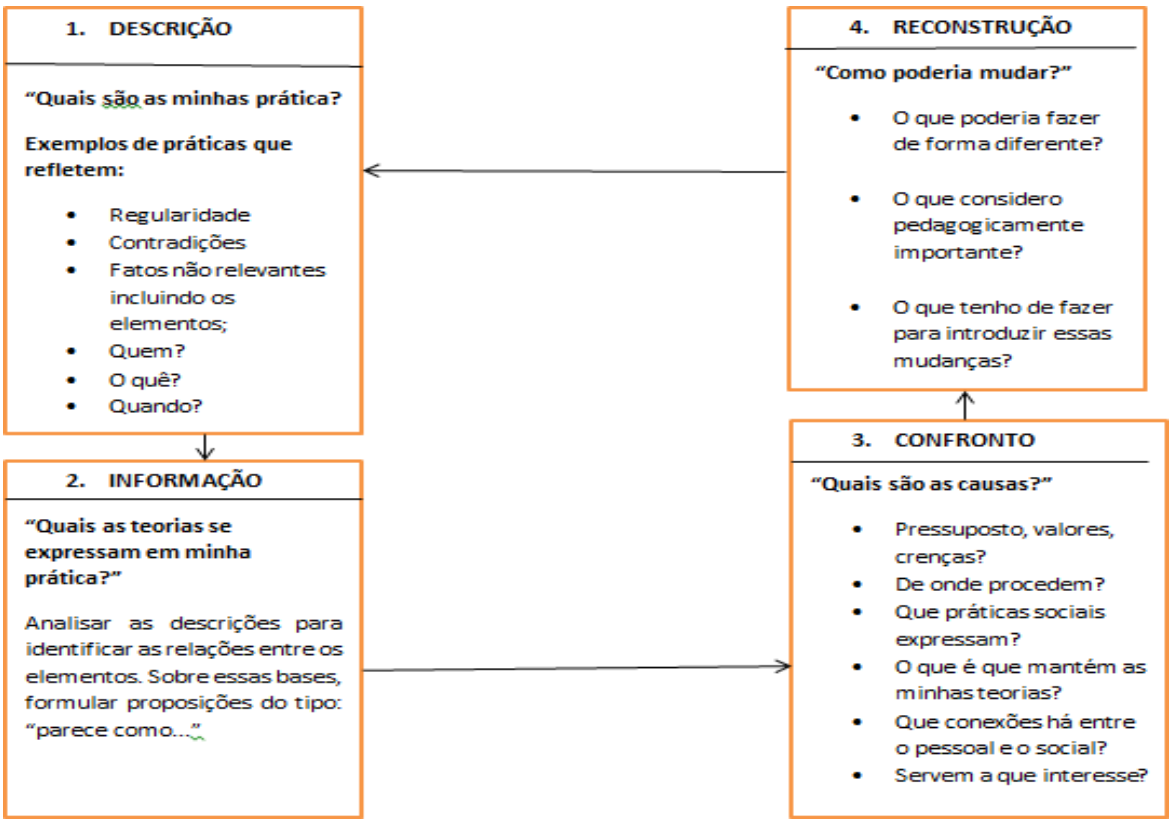
Esse trabalho de planejamento será sempre orientado pelo NDE e CPA, que em conjunto com a equipe docente e coordenação tem contribuído para a melhoria do professor e para a qualidade do ensino.

Considerando o planejamento e a preocupação com a formação permanente pretende que essa formação tenha característica de intervenção, buscando resposta às necessidades reais, partindo da problemática docente, sempre pela revisão e análise crítica da prática vivenciada. “É a reflexão conduzida de modo sistemático e finalizada, que permite transformar a experiência no saber utilizável” (CANÁRIO, 2000, P.82).

Reforçando a ideia Contreras (2002, P. 105) complementa:

Consequentemente um processo de reflexão critica permitirá aos professores avançarem para um processo de transformação da prática pedagógica, mediante sua própria transformação como intelectuais críticos e, isso requer, primeiramente a tomada de consciência dos valores e significados ideológicos nas atuações de ensino e nas instituições que sustentam e, em segundo lugar, uma ação transformadora dirigida a eliminar a irracionalidade e a injustiça existente em tais instituições. Para isso, é necessário promover entre os professores um tipo de questionamento daquilo que tinham como certo, de modo que hoje se transformam em algo problemático, abrindo-se a novas perspectivas e dados da realidade.

A FACIC, na perspectiva da melhoria qualitativa de seus docentes utilizará como referencial avaliativo o quadro de Smyth (1991 apud CONTRERAS, 2002).



Fonte: O processo de reflexão crítica de prática de ensino (SMYTH. 1991b, 122 apud CONTRERAS, 2002, p. 167).

Este quadro possibilita processos reflexivos que permitem reconstruir a origem das práticas dos docentes e também, sua natureza ideológica. Permite detectar as diferenças do que pode ser feito com sua ideia libertadora da educação e, assim, atuar com intenção transformadora em suas práticas.

É, portanto, o surgir de uma nova postura, é o saber fazer reflexivo, entendido como autoformação, na relação teoria prática, condição fundamental da construção de novos "conhecimentos e de novas práticas reflexivas, inovadoras e autônomas".

Esse trabalho permite ao docente o triplo movimento da prática: conhecimento na ação (saber-fazer); reflexão na ação (pensar sobre o fazer); reflexão sobre a ação e sobre a reflexão na ação (analisar criticamente o saber-fazer).

Esse movimento percorrerá quatro fases:

1ª Fase - Descrever: O que eu faço? Qual é a minha dúvida? Quais são minhas práticas?

2ª Fase - Informar: Qual o significado do que eu faço? Quais são as teorias implícitas que expressam o meu fazer?

3ª Fase – Confrontar: Como cheguei a ser dessa maneira? Quais são as causas?

4ª Fase – Reconstruir? Como poderia fazer as coisas de forma diferente? Como poderia mudar?

Os subsídios coletados através do quadro de Smyth constituem ponto de análise do processo de

reflexão crítica da prática de ensino dos docentes, permite à Instituição o acompanhamento e a avaliação do trabalho dos mesmos. É um processo de ação-reflexão-ação.

A FACIC considera que numa Instituição de ensino superior é relevante e fundamental o trabalho docente para garantir um ensino de qualidade.

A Instituição as atividades relacionadas a trajetória do trabalho docente no que se refere ao planejar, executar e avaliar uma linha orientadora foi proposta, em relação:

PLANEJAMENTO:

OBJETIVO

Ter unanimidade no trabalho docente em relação aos elementos do planejamento;
Ser um guia orientador para as ações didático-metodológicas do professor.

PARTICIPAÇÃO

Envolvimento de todos os docentes, Direção Acadêmica, Psicopedagoga, NDE.

REALIZAÇÃO

Semestralmente

PROCEDIMENTOS

Discussão sobre:

- Filosofia Institucional
- Metodologia orientadora
- Avanços tecnológicos
- Perfil dos diferentes cursos
- Integração curricular
- Currículo
- Avaliação
- Diferentes atividades pertinentes ao curso
- Conteúdos
- Analise de um roteiro para o planejamento das disciplinas que compõem o curso
- Analise e viabilidade de um plano de ensino para nortear as ações dos professores
- Instrumento analítico para orientar e rever a prática do professor durante o planejamento para que reconheçam em suas ações fatores que limitam sua atuação e oportunizam situações onde eles possam alterná-las percebendo, descobrindo, que se trabalhar de forma diferente, não como

técnico, reprodutor de ideias alheias, suas praticas terão resultados mais significativos.

ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES

O acompanhamento das ações é realizado pela Coordenação de Curso, com o apoio do NDE e com o subsidio da Direção Acadêmica.

Quando da realização do planejamento este será realizado sempre de forma coletiva, sendo que, no primeiro momento, acontece uma reflexão com todos os envolvidos na IES e no segundo momento, os cursos reúnem-se em suas individualidades para a elaboração dos planejamentos específicos.

EXECUÇÃO E ACOMPANHAMENTO.

OBJETIVOS

Colocar em prática o planejado
Avaliar a prática docente, acompanhando de forma sistemática o desenvolver de suas ações.

PARTICIPAÇÃO

Todos os docentes da Instituição

REALIZAÇÃO (PROCEDIMENTOS)

PORTAL:

Considerando os seguintes elementos para análise:

- Plano de ensino
- Plano de aula
- Conteúdos
- Metodologia
- Bibliografia
- Atividades de ensino aprendizagem
- Atividades complementares

2.2.9. AUTOAVALIAÇÃO DOS CURSOS.

2.2.9.1. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

A mesma será realizada por:

- Coordenação de curso NDE

- CPA
- Secretaria Geral
- Psicopedagoga

2.2.9.2. PARÂMETROS PARA A ELABORAÇÃO DE CURRÍCULOS E SELEÇÃO DE CONTEÚDOS

Em relação aos aspectos referentes aos parâmetros para elaboração de currículos e seleção de conteúdos, a FACIC vem utilizando alguns critérios referenciais, considerando-os como indicadores dessas ações.

Os parâmetros gerais para a elaboração dos currículos e a seleção dos respectivos conteúdos das disciplinas são orientados pelas Diretrizes Curriculares Nacionais e pelo Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia; pelas Diretrizes Pedagógicas Institucionais e a realidade que se insere.

Na proposta para selecionar conteúdos deve-se considerar a herança cultural a experiência da pratica social em que o aluno vive e a perspectiva de futuros, tendo em vista a construção de uma sociedade humanizada. A herança cultural é rica, complexa e cabe a Instituição selecionar o que deve ser objeto de estudo, isto é, o conteúdo a ser selecionado e ser trabalhado adequadamente pra a formação do educando.

Segundo Lafourcade (1974) na elaboração de currículos dos cursos deve-se considerar a razão de ser dos conteúdos de ensino, isto é, deve haver compatibilização entre às exigências socioculturais e econômicas detectadas e a ordenação de prioridades imediatas e delineamentos futuros. A seleção e o ordenamento de conteúdos não podem contradizer o previsto pelos aspectos políticos nacionais e regionais. Assim considerando os currículos de todos os cursos serão contemplados pelo menos, com uma disciplina que trabalhe os conteúdos regionais.

Na elaboração dos Projetos Pedagógicos dos cursos da FACIC, a matriz curricular deve considerar que é necessário partir das diretrizes que expressam a matriz epistêmica e metodológica para que o atendimento do perfil traçado se materialize na organização de disciplinas, conteúdos, metodologia, avaliação e outras atividades pertinentes ao curso.

O trabalho que o corpo docente realiza em relação à seleção e organização dos conteúdos dos cursos deve corresponder a uma seleção e organização também previstas nas decisões mais gerais assumidas pelos Órgãos Colegiados de cursos e delineados nos Projetos dos mesmos.

A proposta de organização curricular da FACIC tem o compromisso com currículo por competências e que segundo Ribeiro (2005): Mescla e integra conhecimentos gerais, profissionais, experiências de vida e de trabalho que normalmente são explorados de forma isolada, fragmentada e estanque. Com essa integração, o acadêmico será capaz de estar preparado para a mobilidade permanente que vem ocorrendo nos dias atuais com as atividades profissionais onde poderá exercer diferentes ocupações na mesma empresa, ou em outra, bem como, o trabalho autônomo.

A organização curricular terá como eixo norteador os seguintes princípios:

• Ética como tema transversal principal: considerar como eixo temático e norteador dos currículos dos cursos, estimulando o pensar, o refletir e o construir;

• Flexibilidade curricular: ter a concepção de currículo vivo, construído de forma coletiva e participativa, considerando os saberes, conteúdos e experiências dos sujeitos, no seu contexto de vida;

• Interdisciplinaridade como princípio didático: buscar sempre a integração das áreas e disciplinas, articulando os saberes, contribuindo para a formação do perfil do egresso que se quer formar;

• Respeito à pluralidade cultural: respeitar e compreender a diversidade cultural do homem, tendo como ponto de partida de aprendizagem, a sua multi dimensionalidade humana;

Compreender a graduação como primeira etapa do processo de formação continuada: empreender ações direcionadas ao ensino, à pesquisa e à extensão, de tal forma que preparem o educando ao desenvolvimento da habilidade em administrar a sua própria formação continuada.

É orientação Institucional que os currículos dos cursos sejam organizados em blocos semestrais com indicações de disciplinas teórico-práticas, prática pedagógica e atividades de flexibilização incluindo as atividades complementares.

Alguns caminhos são parâmetros de referência para a elaboração dos currículos e seus respectivos conteúdos:

Orientações no seu processo:

- As linhas orientadoras do MEC e outros órgãos de competência acadêmica no ensino superior;
- As Diretrizes Curriculares dos respectivos cursos que oriente as reflexões, análise de currículos e conteúdos;
- O processo de avaliação deve estar ligado ao programa de desenvolvimento e aperfeiçoamento do trabalho docente;
- Necessidade de se cultivar a confiança nos que emitem opinião, e isto se faz pela possibilidade de debater todos os aspectos que vão ser submetidos à análise;
- A mudança quando necessária depende do empenho dos que devem implementá-la. Diretores, coordenadores, professores devem envolver-se na avaliação que conduz a mudança;
- Na medida que estimula a participação dos envolvidos no processo, forma-se hábitos de escuta, de liberdade de análise, de direito ao erro e de procura de soluções conjuntas ou combinadas;
- Avaliação para elaboração do currículo deve ser negociada e não imposta;
- Levantamento das características da clientela do curso e das características socioeconômicas da região onde a instituição está inserida;
- Analisar o mercado de trabalho para verificar sua saturação ou áreas emergentes, novos enfoques;
- Um balanço do que se tem feito e do que merece alteração;

- Criar momento inicial de sensibilização é imprescindível;
- O respeito à identidade institucional deverá ser uma cultura.
- A elaboração curricular deve incidir:
- Os itens objetivos do currículo, perfil do profissional a formar, estrutura curricular, metodologia do ensino adotada, avaliação da aprendizagem devem ser bem definidos na busca da inter--relação entre eles.
- Os responsáveis pela elaboração deverão ter em mãos textos oficiais, o PDI, o PPC e Legislação disponível;
- A elaboração curricular demanda opção por organização curricular por disciplina, por competência ou outro;
- Ênfase na análise dos objetivos dos cursos e no perfil profissional delineado;
- Análise das áreas do currículo, quando se tratar de organização disciplinar;
- Ênfase na análise da função de cada disciplina no curso, na inter-relação com perfil e objetivos
- Estimular a integração horizontal da disciplina (interdisciplinaridade), por conteúdos que se aproximam, por projetos comuns, por atividades na comunidade, etc.;
- Garantir a integração vertical para que haja sequência e continuidade das disciplinas entre si de modo explícito.

A elaboração curricular deve cuidar:

- O desenvolvimento curricular é simultâneo ao desenvolvimento profissional do professor;
- Os professores não podem ser bem sucedidos e nem desenvolver novas práticas sem apoio didático pedagógico em nível institucionalizado e local;
- Não pode haver um desenvolvimento profissional do professor e consequentemente uma mudança curricular, sem uma mudança institucional;
- Pensar em criar comunidade educacional de profissionais trabalhando em conjunto, em espírito de responsabilidade mútua e partilhada;
- O desenvolvimento profissional do docente implica no aperfeiçoamento do saber acadêmico específico e no aperfeiçoamento do saber pedagógico;
- O saber pedagógico a ser buscado deve considerar conhecimento das ciências da educação, didática e do saber como ensinar, de como traduzir o conhecimento em algo acumulável pelo aluno (desenvolver recursos como produzir metáforas, exemplos, quadros, textos, etc., para melhor comunicação professor/aluno);
- O ensinar deve conter a preocupação em ajudar o aluno a adquirir, a procurar para si a estrutura (o que é principal na disciplina) da matéria ensinada.

Com essas considerações no que se refere ainda a elaboração da matriz curricular dos cursos é salutar utilizar também critérios que auxiliem a reflexão sobre organização curricular, que mesmo numa proposta de currículo por competências, norteiam a organização por disciplinas que enfatiza a globalidade dos cursos.

Nesse trabalho consideram-se os aspectos:

• Carga horária: não é o total de horas, sua amplitude que caracteriza um curso como excelente, mas como o conteúdo é distribuído e como é trabalhado, na perspectiva de formação do profissional que irá atuar numa sociedade complexa.

• A área político social garante uma visão humanística uma vez que atualmente, a visão do ser humano é influenciada pela Antropologia (homem todo, completo, não só intelecto, mas afetivo, empreendedor, criador de representações e símbolos referentes a si próprio e a sociedade circundante). A Sociologia e Antropologia busca compreender a sociedade globalizada, complexa, multicultural e entender o homem e sua cultura. Esses enfoques contribuem para provocar o compromisso com a população com o país e com a Instituição que enfatiza a relação Universidade, comunidade regional e nacional.

• Formação especifica orientada visa o aprofundamento e enriquecimento, e permitem a atualização do curso. Devem ser abordados temas ou áreas de formação, estudos emergentes, que possibilitem também enriquecimento curricular e aprofundamentos de conteúdos.

Em seus currículos e nas propostas de conteúdo, a Instituição tem compromisso com o profissional-cidadão com uma formação humanística, ética e cientifica com os conhecimentos e habilidades que permitam decidir e atuar com segurança e propriedade para atender as necessidades da população.

É fundamental na elaboração curricular que aspectos referentes às disciplinas básicas, profissionalizantes, atendimento as exigências gerais ou especificas, nacionais ou regionais, práticas ou teóricas, humanizantes ou tecnológicas, atuais ou clássicas atendam às orientações do MEC, quanto à proposta curricular.

2.2.10. POLÍTICAS E NORMATIZAÇÃO PARA O ESTÁGIO SUPERVISIONADO

O desafio da atualidade para os cursos de graduação é proporcionar a formação de profissionais habilidosos e competentes para atuarem em um mercado de trabalho cada vez mais competitivo e seletivo.

Nesse cenário, uma das principais preocupações é o desenvolvimento de uma mentalidade crítica, analítica e interpretativa das oportunidades e dos problemas que norteiam o processo ensino–aprendizagem, a sociedade e as organizações.

Entende-se o Estágio como o momento que viabiliza a reflexão e o desenvolvimento do futuro profissional, pois, é o momento da realização de uma síntese integradora das diferentes áreas e conteúdos de conhecimento.

As atividades de inserção na vida profissional constituem um aprendizado contínuo que extrapola os conhecimentos adquiridos no contexto dos conteúdos dos programas das disciplinas dos diferentes cursos.

O Estágio Supervisionado exige um movimento intelectual teórico-prático e compreende diferentes

etapas, abrangendo desde as atividades de observação até a realização do confronto dos aspectos teóricos pertinentes às diferentes áreas do conhecimento. Dessa forma, abre espaços para o desenvolvimento da interpretação e da reflexão do que foi aprendido, observado na esfera acadêmica e organizacional. É um processo de interação da técnica com o pedagógico, componente fundamental no processo educativo do acadêmico.

Realizado nas organizações, o Estágio Supervisionado caracteriza-se por ser prático e teórico, oportunizando ao estudante com conhecimentos adquiridos, conhecer a realidade das organizações, investigando, comparando ideias e práticas adotadas, reorganizando os conteúdos desenvolvidos em sala de aula, refletindo sobre conceitos e princípios fundamentais para a prática administrativa.

O Estágio Supervisionado para a FACIC consiste num trabalho de vivência, pesquisa e comparação, delimitado a uma área de concentração ou não. É uma forma de aprendizado que resulta da vivência e da pesquisa do próprio estudante, onde desenvolve, confronta, apresenta considerações, recomendações e propõe planos de ação.

Pelas suas características é um processo de (re) conhecimento gradativo da realidade da vida das organizações, bem como, a oportunidade para o estudante adquirir experiência. Sua trajetória proporciona o desenvolvimento de profissionais capazes de atuarem nas organizações com responsabilidade, senso de justiça social e dentro dos princípios éticos que orientam a conduta humana e profissional. O curso superior para que cumpra seu papel de formação de profissionais qualificados para o exercício da função necessita inserir em seu programa atividades de cunho teórico e prático. Nesse intuito, os cursos de graduação da FACIC foram planejados para promover a oferta, em diversos momentos, de atividades práticas aliadas às teorias estudadas e um destes é o estágio curricular supervisionado.

Nesse sentido, a FACIC entende que o estágio supervisionado, mediante a utilização de diferentes recursos é uma oportunidade de argumentar, confrontar, socializar as situações de práticas reais no ambiente da sala de aula, e, a partir dos saberes teóricos, interpretar, inferir, construir hipóteses sobre como resolver questões complexas ou incertas que emergem da realidade profissional em que o discente irá atuar. Em decorrência disso, para o discente, a situação de estágio retrata um ambiente de certa familiaridade, apesar de que ainda assim enfrentará novos e grandes desafios. Para que essa experiência gere um excelente contexto de aprendizagem ela deve exigir que os discentes resolvam problemas de diferentes naturezas com um bom nível de autonomia, possam discutir, levantar hi- póteses, argumentar, tomar decisões, rever concepções anteriores e, fundamentalmente, ter como ponto de referência nesse processo, as competências que se encontram subjacentes à prática dos bons profissionais. Considerando ainda a especificidade de cada profissão, o estágio supervisionado de cada curso da FACIC obedece a regulamento próprio.

2.2.10.1. NORMATIZAÇÃO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

O Estágio da FACIC foi estabelecido de acordo com a regulamentação da Lei 11.788, de 25/09/2008. Em relação à oferta de estágio considera-se o estabelecido no artigo Art. 2º. da referida lei que determina: o estágio poderá ser obrigatório ou não-obrigatório, conforme determinação das diretrizes curriculares

da etapa, modalidade e área de ensino e do projeto pedagógico do curso".

O Estágio obrigatório é aquele definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma. O Estágio não obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória.

Assim, a FACIC oferece estágio curricular obrigatório, contemplado na Matriz curricular do curso e o não obrigatório que é opcional ao discente. De acordo com o estabelecido no Art. 7° da Lei 11.788, de 25/09/2008 a FACIC designa docente orientador, como responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades do estagiário.

Cada docente é responsável pela orientação de, no máximo, 8 (oito) discentes por turma e deverá seguir as orientações estabelecidas no Manual de Estágio Curricular, bem como realizar os devidos registros das atividades.

O Manual de Estágio Curricular é aprovado pelo Conselho do Curso e pelo NDE e apresenta as orientações sobre estágio, processo de realização, atribuições dos envolvidos, critérios de avaliação, documentos e registros necessários.

O docente orientador de estágio está subordinado à Coordenação de Curso e tem como atribuições:

- Orientar e acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos dos alunos;
- Manter contato com o supervisor do estágio na empresa (de campo);
- Indicar bibliografia pertinente e outras fontes de consulta;
- Avaliar os relatórios parciais e final, entregues pelos alunos;
- Dar feedback aos alunos para que possam promover melhorias no trabalho.

O supervisor de estágio na empresa (de campo) tem como atribuições:

- Introduzir o aluno estagiário no contexto da empresa;
- Orientar, acompanhar e organizar as atividades práticas do estagiário na empresa;
- Oferecer os meios necessários à realização de seus trabalhos;
- Auxiliar o estagiário nas suas dificuldades e ambientação na empresa;
- Manter contato com a FACIC, quando necessário; e,
- Preencher e encaminhar à Coordenação do Curso o formulário referente às atividades e horas de estágio curricular realizadas pelo aluno na empresa.

O discente estagiário tem como atribuições:

- Preencher e assinar formulários inerentes a registros de Estágio Curricular, exigidos pela FACIC;
- Providenciar documentação necessária, dentro do prazo estabelecido, para regularização do Estágio Curricular, exigida pela FACIC;
- Identificar na organização o supervisor de estágio que acompanhará in loco o desenvolvimento

das atividades de estágio;

- Apresentar plano de estágio, relatórios parciais e relatório final ao docente orientador de estágio, conforme cronograma por ele estabelecido;
- Frequentar, assiduamente, o período do estágio supervisionado; e,
- Observar as normas internas da organização concedente e zelar pelo nome da FACIC em ambiente de estágio.

A carga horária do Estágio Supervisionado é lançada no histórico do aluno, sendo que a aprovação está condicionada à frequência mínima de acordo com o estabelecido no Regimento Geral da FACIC e a apresentação de documentos estabelecidos no Manual de Estágio Curricular.

Os instrumentos de acompanhamento e de avaliação periódica do estágio serão registrados no formulário próprio, onde constam as informações do discente em estágio.

O discente conta com orientação e supervisão para as atividades do Estágio Curricular, tanto por um docente orientador, a fim de acompanhar e avaliar as atividades de estágio sob a ótica da Academia (formação do profissional), como por um funcionário do quadro de pessoal da organização concedente, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, para orientá-lo e supervisioná-lo (relativo às atividades práticas), obedecendo-se, para isso, o rigor expresso na Legislação de Estágio.

As dúvidas relativas às atividades desenvolvidas no estágio deverão ser discutidas pelo discente sempre com o professor orientador da FACIC e com o supervisor de campo da empresa concedente, evitando, assim, percepções erradas e orientações distorcidas de pessoas que por estarem fora do processo e padrão de ensino-aprendizagem a ser seguido, podem prejudicar a realização das atividades e o desenvolvimento do estagiário. Assim, o estágio curricular faz parte do PPC - Projeto Pedagógico do Curso, além de integrar o itinerário formativo do educando.

O estagiário terá como atividade o Relatório de Estágio Supervisionado, obrigatório para aprovação na disciplina.

O Relatório do Estágio Supervisionado é constituído de:

- Relato completo das atividades de estágio, experiências vivificadas e observações técnicas;
- Apresentação, contexto empresarial, histórico da empresa, metodologia, considerações e ou recomendações. O trabalho não poderá constituir-se simplesmente de uma revisão de literatura especializada, relato ou dissertação sobre situações ou acontecimentos.

O Relatório de Estágio Supervisionado será avaliado pelo Supervisor na empresa e pelo Professor Orientador. Cada um deverá emitir um Parecer Avaliativo, devendo o professor utilizar o modelo fornecido pela Faculdade.

No decorrer da realização do Estágio Supervisionado o professor orientador solicitará aos estagiários

relatos eventuais das observações efetuadas na organização.

As atividades de Estágio e o relatório são de caráter individual, muito embora possa haver mais de um estagiário na mesma organização.

A área temática escolhida pelo estudante deverá relacionar-se às disciplinas estudadas durante o curso, o qual será submetida à apreciação do Coordenador de Estágio, por meio do formulário próprio.

O professor designado para orientação do Estágio Supervisionado será auxiliado por mais profes- sores do curso, quando necessário e/ou quando o número de orientados exceder a capacidade de atendimento no processo de orientação.

O orientador deve estabelecer o balanceamento entre aspectos teóricos e práticos, tendo por base a vocação do estagiário e a relevância da abordagem. O que deve ser demonstrado não é a quantidade de referencial teórico, mas a capacidade que o estagiário possui de realizar uma análise crítica e propor soluções técnicas criativas para os problemas diagnosticados nas organizações.

O Estágio Supervisionado possuirá Regulamento Próprio em cada curso, assim como, Manual de Estágio, que apresenta o detalhamento do programa em cada disciplina.

2.2.11. ATIVIDADES COMPLEMENTARES

As Atividades Complementares são componentes curriculares obrigatórias que possibilitam o reconhecimento por avaliação de habilidades, conhecimentos e competências do aluno, inclusive adquiridas fora do ambiente escolar, incluindo a prática de estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, de integração, especialmente nas relações com o mundo do trabalho e com as ações de extensão junto à comunidade.

As Atividades Complementares são enriquecedoras e implementadoras do próprio perfil do formando e tem por finalidade propiciar ao discente a oportunidade de realizar, em prolongamento às disciplinas dos diferentes cursos de graduação uma trajetória particular que lhe permita enriquecer os conhecimentos propiciados pela vida acadêmica. Não se caracteriza como atividade complementar, as atividades realizadas nas disciplinas do curso e o Estágio curricular.

Poderão ser credenciados como atividades complementares, entre outras, iniciação científica, está- gio extracurricular, participação em atividades de extensão, seminários, palestras, debates, simpósios, encontros e congressos, visitas programadas e outras atividades acadêmicas e culturais, cursos de língua estrangeira, publicação de artigo em jornal ou revista científica impressa ou eletrônica.

Compreendem-se ainda como Atividade Complementar atividades no âmbito técnico, cultural e de formação, pessoal e complementar. A atividade complementar que envolva estágio extracurricular deverá observar os requisitos legais, como convênios e seguros, estabelecidos pelo setor competente da Faculdade. As atividades complementares poderão/deverão interagir com as atividades propostas na

interação entre ensino, pesquisa e extensão da FACIC.

Especificamente, as atividades complementares consistem na participação dos alunos, individualmente ou em grupos, no desenvolvimento de projetos de desenvolvimento social e educacional, contemplando a Educação das Relações Étnico-raciais e o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena sempre sob a supervisão de um professor orientador.

Essas ações incluem a realização, dentre outras, de atividades como: planejamento, organização e realização de seminários gratuitos e abertos à comunidade, organizados pelos alunos e custeados pela FACIC, sobre temas de interesse coletivo, tais como prevenção do uso de drogas; prevenção de doenças sexualmente transmissíveis; ecologia e meio ambiente; responsabilidade social das empresas; ética, mecanismos de combate ao preconceito, história da formação do povo brasileiro, o papel do negro e do índio na formação da sociedade brasileira, valorização da cultura brasileira e nordestina, além da realização de cursos rápidos, workshops e consultoria empresarial coletiva voltada para o estímulo ao empreendedorismo e geração de renda junto a comunidades carentes. Participação em programas sociais ou afins, campanhas comunitárias, trote solidário e doação de sangue.

A atividade a ser realizada consiste na participação dos alunos individualmente ou em grupo, no desenvolvimento de projetos, incluindo as atividades. Esta ação inclui a realização, dentre outras, de atividades como:

- Realização de painéis integrados
- Realização de cursos rápidos, workshops e consultoria
- Estímulo ao empreendedorismo e geração de renda junto a comunidades carentes
- Participação em Programas sociais ou afins
- Participação ou trabalho na organização em campanhas comunitárias, trote solidário e doação de sangue.

Essas atividades serão realizadas gratuitamente pelos alunos, em espaços cedidos pela FACIC, que arcará com as despesas necessárias, a partir de orçamentos apresentados pelo corpo discente.

O tempo alocado para as atividades complementares na área social será destinado a um conjunto de estratégias didático-pedagógicas de natureza acadêmica, bem como de prestação de serviços de apoio social. Tais atividades, compreendendo um amplo espectro de ações, visam oferecer aos alunos, ao longo do curso, uma intensa vivência de integração da faculdade com o meio econômico e social, condição fundamental para articular saberes teórico, práticos e complementares a formação do indivíduo na condição de profissional e cidadão.

As atividades complementares contemplam ainda a participação dos alunos em:

- Iniciação Científica: as atividades de iniciação científica serão contempladas para efeito dos registros como atividades complementares;
- Atividades de Monitoria: as atividades de monitoria em disciplinas pertencentes ao currículo

pleno dos cursos serão contempladas para efeito dos registros como atividades complementares;

- Atividades de representação junto aos órgãos colegiados da FACIC e Liderança de sala serão contempladas para efeito dos registros como atividades complementares;
- Estágios não curriculares. Estágios extracurriculares serão contemplados para efeito dos registros como atividades complementares;
- Disciplinas extracurriculares oferecidas pela Faculdade: ficam excluídas as disciplinas que já tenham sido objeto de aproveitamento curricular pelo curso de graduação ou que integralizem o currículo;
- Disciplinas eletivas: quando excederem o número de créditos eletivos exigidos pelos Cursos;
- Disciplinas cursadas em outros cursos ou instituições na área do curso: disciplinas pertencentes a outros cursos superiores de graduação ou sequenciais, da própria Faculdade ou de outras instituições de ensino superior, pertencentes a área de concentração do curso ou à formação do profissional a ele concernente, nas quais o aluno tenha obtido aprovação final;
- Grupos de pesquisa e de estudo e publicação de trabalhos científicos;
- Trabalhos desenvolvidos com orientação de docente em organizações empresariais, organizações públicas e organizações não governamentais, de assistência social ou recuperação, cooperativas e similares, de trabalho comunitário ou junto à comunidade e de relevância social;
- Atividades de ESTUDOS DIRIGIDOS – visando a desenvolver as capacidades de refletir, analisar, sintetizar, avaliar, argumentar, buscar novas informações e construir novos conhecimentos de maneira autônoma; aos alunos do Curso de Graduação da FACIC, estimulando a autoaprendizagem, são propostos estudos de temas que, não apenas diversificam, flexibilizam e enriquecem seus currículos, mas também desenvolvem as competências e habilidades que são essenciais para a empregabilidade.

2.2.11.1. ESTUDOS DIRIGIDOS

Os Estudos Dirigidos (ED) foram instituídos como uma inovadora modalidade de Atividades Complementares Obrigatórias de ensino, respaldando-se no Parecer nº 67 do CNE/CES, que estabelece um Referencial para as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação, e na Resolução CNE/CES nº 2/2007, que dispõe sobre a carga horária e os procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação.

A proposta dos EDs é a concretização do desejo institucional de fazer da Educação, em todos os níveis, um instrumento de inclusão social, comprometida com a formação de atitudes, habilidades, interesses e valores que perpassam toda a realidade social, contribuindo, dessa forma, para mudanças de comportamento, a partir de uma formação acadêmica interdisciplinar.

A realização das atividades referentes aos Estudos Dirigidos ocorre por meio de ambiente virtual de aprendizagem que possibilita a interatividade, o acesso a materiais didáticos, a exercícios e avaliações, a fórum de discussão, à biblioteca digital, entre outros.

2.2.11.1.1. OBJETIVOS E ESTRUTURA DOS EDS

Os EDs apresentam-se como instrumento capaz de viabilizar as exigências de qualidade pedagógica requeridas por um processo educacional que objetiva propiciar meios para que o acadêmico possa desenvolver, entre outras habilidades, a capacidade de se comunicar e interpretar de forma eficaz, de raciocinar de forma crítica e analítica e de saber conviver com as pessoas.

Além disso, os Estudos Dirigidos objetivam incentivar a autoaprendizagem, produzir novos conhecimentos com a integração de informações acadêmicas, oportunizar uma nova forma de aprender e desenvolver a criatividade, contribuir para mudanças de comportamentos e atitudes e estimular a autonomia e o aprimoramento do pensamento crítico.

Considerando-se que o desenvolvimento científico e tecnológico tem provocado mudanças nas necessidades de formação profissional, as atividades centram-se no desenvolvimento de competências e habilidades, vinculando-se a um conceito mais abrangente e estrutural da inteligência humana.

Nesse sentido, essa formação, antes de valorizar o conteúdo, busca valorizar o desenvolvimento de habilidades cruciais para a atuação profissional em um mercado em constante mutação. Para nortear os estudos foi elaborada uma matriz pedagógica, definindo-se em duas etapas:

- Revisão de Conhecimentos Prévios faz parte da matriz curricular de cada curso e, como o próprio nome diz, no ED de Revisão de Conhecimentos Prévios o aluno realiza atividades que permitam rever os conteúdos de Ciências Biológicas, Matemática e Língua Portuguesa, para nivelamento, e oportu- nizar ao aluno um melhor desempenho nas disciplinas oferecidas.

- Formação Geral (Empregabilidade; Políticas Públicas; Democracia, ética e cidadania; Ciência, tecnologia e sociedade; Responsabilidade Social; Formação de Professores): tem como meta possibilitar aos alunos o desenvolvimento do raciocínio crítico e analítico, a partir de temas de grande relevância social, como políticas públicas, responsabilidade socioambiental, novas tecnologias, visando a formação de cidadãos preparados de forma adequada para o mercado profissional.

Os estudos de formação geral privilegiarão o desenvolvimento de habilidades, utilizando-se das seguintes estratégias:

I. Estudo de textos teóricos;
II. Pesquisas;
III. Sistematização e esquematização de informações;
IV. Resolução de questões discursivas e de múltipla escolha, com abordagens de situações-problema, estudos de caso;
V. Simulações e interpretação de textos, imagens, gráficos e tabelas;
VI. Produção escrita; e
VII. Discussão em fóruns.

A integralização da carga horária pelo aluno nos Estudos Dirigidos é validada mediante o cumprimento dos critérios mínimos definidos em regulamento próprio e a realização das atividades nos prazos determinados no calendário.

2.2.11.1.2. AVALIAÇÃO

A realização das atividades no Ambiente Virtual de Aprendizagem conta como integralização da carga horária prevista para o ED do semestre. A nota do aluno é resultante da realização da avaliação on-line. A aprovação do aluno e, consequentemente, o cômputo da carga horária relativa à atividade, estão condicionados à integralização igual ou acima de 75% da carga horária e nota igual ou acima de 7,0 (sete) na avaliação final.

Em caso de reprovação, acumula-se o respectivo ED para o próximo semestre, não acarretando encargos financeiros, nem implicando em retenção.

A FACIC possui Regulamento Próprio de Atividades Complementares, assim como, realiza atividades semestrais para os alunos dos cursos em andamento. Aos alunos cabe comparecer as atividades de acordo com calendário e solicitar o aproveitamento de atividades complementares externas junto a Secretaria Acadêmica.

2.2.12. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC

O TCC está previsto nos cursos, oportunizando aos acadêmicos um espaço para desenvolver procedimentos metodológicos e de pesquisa (iniciação científica) que propiciem sistematizar a prática das noções teóricas adquiridas. O TCC pode ser apresentado em forma de monografia, relatório, artigo, conforme as especificidades de cada curso. Depois de definida a natureza do trabalho científico, os alunos deverão seguir as normas para elaboração e apresentação gráfica e oral de trabalhos acadêmicos. Apresentação Gráfica de Trabalhos Acadêmico-científico: A apresentação gráfica deve seguir a ABNT associada às normas da IES disponibilizada no site da instituição. Estas orientações, ao focalizar os tipos de trabalhos acadêmicos presentes no cotidiano do ensino superior e os processos básicos para sua elaboração, tem o objetivo de favorecer e estimular a produção escrita dos alunos, desde os primeiros anos/períodos, em todas as disciplinas. Isto é importante para o desenvolvimento da disciplina, norteada pelas práticas de pesquisas. A aprendizagem e o desenvolvimento de trabalhos exigem conhecimento de ordem técnica, conceitual e lógica. Estas três dimensões estão intimamente relacionadas, pois um pensamento ou argumento apresentado pelo aluno ou pesquisador sem o apoio em processos lógicos pode não passar de uma ideia superficial. Assim, o domínio de conceitos reelaborados, sob critérios lógicos e com técnicas, é determinante para o alcance dos objetivos da formação acadêmica: aprender a pensar e a produzir conhecimentos. O domínio do saber e da cultura dos métodos e das técnicas de áreas específicas do conhecimento é uma exigência do ensino superior para vencer o superficialismo e a falta de rigor científico na produção e socialização do conhecimento.

2.2.13. POLÍTICAS PARA O ENSINO

Considerando a sua realidade e coerente com sua finalidade, a FACIC tem como diretrizes gerais:

- Assegurar condições necessárias para qualificação e educação continuada de todos os educadores (acadêmicos e administrativos);
- Assumir, em suas atividades, um caráter regional, intensificando a relação com a sociedade para diagnosticar a realidade social, e, ao mesmo tempo, propor alternativas de soluções através de projetos e/ou programas;
- Propiciar condições para o desenvolvimento do programa de avaliação institucional que garanta a eficiência da gestão de ensino-aprendizagem;
- Desencadear processos de liderança na busca constante de parcerias e colaborações tendo em vista o desenvolvimento regional integrado;
- Propiciar a integração entre órgãos, setores e atividades afins, através de atividades socioeconômicas, culturais, ambientais e esportivas que envolvam toda a comunidade acadêmica;
- Assegurar uma estrutura organizacional e administrativa funcional onde as propostas decisórias e encaminhamentos tenham caráter democrático/ participativo;
- Manter os cursos em constante processo de avaliação e autoavaliação, redefinição e reconstrução na busca da excelência do padrão de qualidade;
- Zelar pela manutenção e expansão de suas instalações físicas e equipamentos necessário são bom desempenho de ensino-aprendizagem;
- Estimular a prática democrática através da formação de indivíduos críticos com capacidade de analisar, refletir, planejar, contextualizar, desenvolver e avaliar com base em conhecimentos científicos/tecnológicos e práticos que lhes permitam atuar na realidade;
- Articular-se com a realidade regional através do processo de participação no seu desenvolvimento econômico, político, social, cultural e educacional;
- Estimular a articulação e integração das atividades dos cursos;
- Efetivar a avaliação nos diferentes segmentos, de forma aberta, participativa, promovendo a melhoria de suas atividades.

2.2.14. DIRETRIZES PARA O ENSINO

- Elaboração e execução de projeto para estimular a abordagem interdisciplinar, a convivência, com foco em resolução de problemas, inclusive de natureza regional, respeitando as diretrizes curriculares pertinentes;
- Preparação do contexto e das circunstâncias para implementação das novas metodologias de ensino-aprendizagem adotadas;
- Elaboração e execução de projeto que, com base na abordagem interdisciplinar, maximizem a integração entre a teoria e a prática, bem como entre a instituição e o seu entorno;
- Elaboração e execução de projeto de oferta de cursos baseados em currículos por competências e habilidades;
- Homogeneização da avaliação das competências a serem adquiridas dos conteúdos profissionalizantes e dos conhecimentos específicos.
- Elaboração de atividades provocadoras de aprendizagem que visam propiciar ao aluno o interesse pelo tema abordado nas atividades de aprendizagem.
- Revisão e atualização contínua dos Projetos Pedagógicos segundo escala de prioridades

baseado nas avaliações Institucional e nas Diretrizes Curriculares Nacionais;
- Promoção de eventos de difusão do conhecimento científico em áreas prioritárias, com envolvimento do corpo docente e discente, inclusive com efeitos multiplicativos de outros eventos de que professores e alunos tenham participado;
- Desenvolver ações que reduzam as taxas de evasão.

2.2.15. POLÍTICAS PARA O ENSINO DA GRADUAÇÃO

Visando a consolidação do seu Projeto Institucional, a formação científica e humana dos seus educandos, a FACIC sistematiza suas políticas, buscando o envolvimento dos estudantes, tendo em vista o aperfeiçoamento da ação educativa, envolvendo aspectos do processo de gestão e de aprendizagem, uma vez que se entende que são indissociáveis.

As políticas de ensino da FACIC têm em vista à formação do homem de forma holística, na sua multidimensionalidade. No desenvolvimento dos seus objetivos busca a integração de forma a contribuir para esta formação, através de um trabalho de equipe, entre os sujeitos que envolvem o processo educativo.

Sendo assim, a Instituição assume os seguintes compromissos:

- Estabelecer prioridades das ações educativas, voltadas para os problemas sociais.
- Incentivar a prática interdisciplinar, visando à formação do educando de forma holística.
- Desenvolver programas e projetos, voltados para a educação inclusiva.

2.2.16. POLÍTICAS DE ENSINO DA PÓS-GRADUAÇÃO

No que se refere ao ensino Lato Sensu, a Faculdade compreende que é seu papel contribuir para o desenvolvimento regional através da melhoria da qualificação profissional.

Assim, o ensino de pós-graduação é aberto aos candidatos diplomados em cursos de graduação, que desejam investir na qualificação acadêmica, bem como para o mercado de trabalho.

A política de pós-graduação objetiva a qualificação acadêmico-científica, buscando o estímulo à formação de especialistas, comprometidos com uma sociedade mais justa e igualitária e a continuidade da institucionalização dos programas lato sensu os cursos de Pós-Graduação serão implantados gradativamente com as necessidades do mercado e formação de grupos de pesquisas solidificados.

A proposta da Pós-Graduação se estabelece tomando por base os seguintes parâmetros:

- Levantamento da demanda local por programas de especialização;
- Acompanhamento de egressos para identificar demandas;
- Identificar demanda através de empresas parceiras para os cursos;
- Elaboração de programas a partir da demanda;

- Adequação da infraestrutura para oferta de programa de especialização;
- A pós-graduação está sistematizada através de regulamentação própria.

2.3 PDI, POLÍTICA E PRÁTICAS DE PESQUISA OU INICIAÇÃO CIENTÍFICA, DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA E DE DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO E CULTURAL

2.3.1 POLÍTICAS PARA A PESQUISA

A FACIC desenvolverá a pesquisa como iniciação científica, com o fim de ampliar o acervo de conhecimentos ministrados nos cursos pleiteados e nos demais cursos a serem implantados.

O estímulo às atividades de pesquisa consistirá, principalmente, em:

- Formar pessoal docente em curso de pós-graduação da FACIC e de outras instituições de Ensino Superior, nacionais ou estrangeiras;
- Conceder auxílio para projetos de pesquisa;
- Realizar convênios com instituições vinculadas à pesquisa;
- Manter intercâmbio com instituições científicas, visando ampliar contatos entre pesquisadores e o desenvolvimento de projetos comuns;
- Divulgar os resultados das pesquisas realizadas, em periódicos institucionais e em outros, nacionais ou estrangeiros;
- Realizar simpósios destinados ao debate de temas científicos;
- Adotar regime de trabalho especial para pesquisadores;
- Conceder bolsas de trabalho a pesquisadores;
- Implantar núcleos temáticos de estudos;
- Elaborar projeto de divulgação da pesquisa, apresentando as experiências realizadas aos diferentes cursos e à comunidade, utilizando eventos para difusão de conhecimento.

A responsabilidade da análise e deliberação dos projetos de pesquisa serão dos Colegiados de Cursos, observadas as condições e exigências existentes sobre a matéria e o disposto no Regimento da FACIC. É dada prioridade à pesquisa vinculada aos objetivos do ensino e inspirada em dados da realidade local, regional e nacional, sem detrimento da generalização dos fatos descobertos e de suas interpretações.

Os projetos de pesquisa serão gerenciados pelo Coordenador do Curso cuja área a ele pertencer, ou por Coordenador designado pela Diretora Geral, quando envolver atividades intercursos.

A fim de estimular a produção acadêmica, a FACIC irá:

- Estimular o desenvolvimento da pesquisa científica, por meio do aperfeiçoamento de docentes e pesquisadores;
- Criar condições favoráveis ao trabalho científico;
- Aprimorar a qualidade do ensino com a pesquisa;
- Criar adequadas condições de trabalho a pesquisadores de diferentes áreas;
- Integrar espaço físico e recursos humanos, racionalizando o trabalho e a produção científica;

- Oferecer planos integrados de ensino de pós-graduação lato sensu (aperfeiçoamento e especialização) e pós-graduação scricto sensu (mestrado e doutorado) para integrar profissionais das diferentes áreas;
- Prestar serviços à comunidade nas diferentes áreas de conhecimento;
- Promover intercâmbio cultural e científico com instituições congêneres e entidades governamentais.

As linhas de pesquisa serão construídas democraticamente entre o corpo docente e Coordenação de cada curso, razão pela qual, as formas de apresentação das mesmas, assumem perfis diferenciados.

Os projetos serão analisados tendo presente o conteúdo, a disponibilidade de professores nas áreas selecionadas, a relevância do tema, a adequação entre os trabalhos a serem desenvolvidos e os recursos disponíveis.

2.3.2 AVANÇOS TECNOLÓGICOS NA OFERTA EDUCACIONAL

A FACIC adota como práticas pedagógicas inovadoras a utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação para o desenvolvimento de competências de trabalho com autonomia, já que os alunos podem dispor de uma enorme variedade de ferramentas de investigação.

Se é verdade que nenhuma tecnologia poderá jamais transformar a realidade do sistema educativo, as tecnologias de informação e comunicação trazem dentro de si uma nova possibilidade: a de poder confiar realmente a todos os alunos a responsabilidade das suas aprendizagens. (Carrier, J.P.; 1998)

Os modelos de Tecnologias de Informação e Comunicação como práticas pedagógicas tendo como espaço o ambiente da Faculdade, podem produzir:

- Um acesso à informação com rapidez e facilidade;
- Uma prática de confrontação, verificação, organização, seleção e estruturação, já que as informações não estão apenas numa fonte. As inúmeras informações disponíveis não significarão nada se o utilizador não for capaz de verificá-las e de confrontá-las para depois realizar as suas escolhas. Acredita-se que a escolha de informações sem limite pode muito bem provocar apenas uma simples acumulação de saberes.
- O desenvolvimento das competências de análise e de reflexão.
- A abertura ao mundo e disponibilidade para conhecer e compreender outras culturas.
- A organização do seu pensamento.
- O trabalho em simultâneo com um ou mais indivíduos situados em diferentes pontos.

Além disso, a FACIC possui Sistema Acadêmico plenamente implantado que possibilita a comunicação entre docentes e discentes assim como entre coordenação e discentes.

Na relação entre docente/discente, onde a Faculdade possui um Portal Acadêmico, chamado FACIC Interativa, em que o professor pode realizar o lançamento das suas atividades, acompanhar e controlar

a vida acadêmica de seus alunos. O portal disponibiliza aos docentes o acesso as suas turmas para lançamento de notas, presenças, faltas, conteúdos, planos de ensino, etc. E o aluno efetua esse acompanhamento, tendo conhecimento com transparência de sua vida acadêmica na Faculdade. Na relação ensino/aprendizagem, o Portal Acadêmico permite a abertura de fóruns de discussão, distribuição de tarefa e trabalhos, recepção das tarefas e trabalhos, criação de enquetes, disponibilização de links significativos e relevantes, dos materiais específicos das aulas, entre outros.

A FACIC compreende que as Tecnologias de Informação e Comunicação para terem bom desempenho no processo acadêmico precisam ser propostas de modo claro, evidenciado através de um conjunto de ações que devem ser executadas para atingir os seus objetivos, considerando o contexto em que devem ser implementadas, porque são ações e atitudes interligadas devendo, dessa forma, serem planejadas em conjunto.

A primeira ação é relacionada à infraestrutura institucional, em especial a implantação dos laboratórios de informática conectados em banda larga; a segunda ação diz respeito ao Programa de Capacitação de Professores para uso das TICs na Educação, como o incentivo à produção de materiais didáticos relevantes para o processo de ensino/aprendizagem; o terceiro requisito está relacionado a oferta de conteúdos educacionais e de ferramentas de interação e comunicação aos professores e alunos em um ambiente de convergência entre as diversas mídias. Entende, também, que a elaboração de atividades provocadoras de aprendizagem deve incutir no aluno o interesse pelo tema abordado nas atividades de aprendizagem presenciais e/ou não presenciais. Para tanto, é preciso assegurar condições necessárias para qualificação e educação continuada de todos.

A Instituição considera também de relevância a utilização de recursos tecnológicos que se constituem em recursos multimídias, isto é, imagens, gráficos, animação, áudio, texto (áudio-book, vídeo-aula), simulação e ilustrações. Essas estratégias estão sendo introduzidas gradativamente na Instituição/ Cursos, pois exigem preparo dos professores para que as mesmas tenham em sua aplicação o cuidado com o desenvolver tarefas mentais que possam contribuir para que o estudante seja estimulado a utilizar suas funções intelectivas.

Em um mundo globalizado, onde a tecnologia é cada vez mais presente e necessária no dia a dia das pessoas, a FACIC irá dedicar uma atenção especial aos seus laboratórios de informática assim como à informatização dos seus processos acadêmicos, administrativos e financeiros, visando o desenvolvimento de materiais pedagógicos, tendo como fundamentação os constantes avanços tecnológicos existentes.

Hoje o desempenho competente em qualquer profissão reclama o conhecimento e a prática de instrumental tecnológico e de multimeios. O funcionamento de uma Instituição de Ensino Superior pressupõe a disponibilidade desses recursos e a presença de operadores capazes de propiciar uma gestão eficiente dos mesmos e de ensinar como utilizá-los, segundo os programas e objetivos propostos no projeto de cada curso.

Os recursos tecnológicos e de multimeios devem funcionar, também, como vias de integração da

Faculdade com a comunidade, mediante atividades complementares, de extensão e de serviços, de caráter interdisciplinar, inclusive como forma de conhecer melhor o mercado de trabalho.

A Faculdade FACIC pretende adquirir e atualizar os instrumentos tecnológicos e de multimeios objetivando ser um espaço ativo de produção de cultura e conhecimento, além de um polo de formação de profissionais qualificados. Os recursos tecnológicos disponibilizados pela Instituição têm por finalidade otimizar o ambiente tecnológico, reestruturando os recursos atualmente disponíveis e indicando novas formas de atuação. Os Coordenadores de Curso, os professores, os funcionários técnico-administrativos e os representantes do corpo discente avaliam a adequação dos equipamentos em número e modelo para atender às exigências de cada curso. Em caso de identificação de deficiências, a Faculdade atualiza os equipamentos disponíveis para que possa garantir o número e o modelo das máquinas às exigências dos cursos, às necessidades das disciplinas e às solicitações de docentes e discentes, além da aquisição de novas versões de Sistemas Operacionais, visando à melhoria do ensino das disciplinas constantes no currículo de cada curso.

A atualização dos equipamentos é feita a cada dois anos, ou tempo inferior, se necessário, por meio de upgrade. A atualização consiste na troca de um ou mais componentes do computador por componentes de melhor desempenho. Para o período de vigência deste PDI, a previsão é de que seja ampliado o laboratório, de acordo com a quantidade de estudantes matriculados nos cursos existentes e em cursos que sejam criados neste período. A utilização da Internet é gratuita e ilimitada para professores e todos os estudantes da FACIC, por meio de rede wi-fi.

2.3.3 POLÍTICAS PARA O DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO E CULTURAL

A FACIC compreende seu papel no fomento não só da pesquisa, mas também, no do desenvolvimento artístico e cultural. Dessa forma, adota os seguintes direcionamentos:

- Concepção da arte como elemento formativo, educativo e transformador;
- Importância da arte como estímulo ao desenvolvimento das competências socioemocionais, em especial a criatividade, o autoconhecimento, a empatia e a autonomia, cada vez mais importantes e requisitadas pelo mundo do trabalho;
- Linguagem artísticas como condição sine qua non para a expressão de indivíduos e grupos.

A partir dessa concepção, busca adotar ações que ajudem a desenvolver a sensibilidade e visão humanística, pois são fundamentais na formação dos alunos e de todo cidadão e realizar encontros culturais e reflexões sobre diversas formas de arte e expressões culturais, tanto para alunos quanto para a comunidade do entorno.

Todos os cursos de graduação possuem fronteiras acadêmicas, nas quais são ofertadas para professores, técnicos, alunos e comunidade externa diversas atividades, envolvendo palestras, oficinas e apresentações artísticas. Além disso, o desenvolvimento artístico e cultural é mais intensamente explorado no bojo da extensão, pela natureza extramuros das atividades extensionistas. A maior parte das atividades é aberta a toda a comunidade do entorno.

2.4 PDI, POLÍTICAS INSTITUCIONAIS VOLTADAS À VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE, DO MEIO AMBIENTE, DA MEMÓRIA CULTURAL, DA PRODUÇÃO ARTÍSTICA E DO PATRIMÔNIO CULTURAL, E AÇÕES AFIRMATIVAS DE DEFESA E PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E DA IGUALDADE ÉTNICO-RACIAL

As instituições de ensino superior desempenham um papel fundamental na formação acadêmica, intelectual e cidadã dos estudantes. Além disso, elas têm a responsabilidade de acompanhar as transformações sociais e os desafios contemporâneos, fomentando um ambiente acadêmico inclusivo, sustentável e que promova a equidade, reconhecendo a importância da diversidade cultural, étnico-racial e de gênero, bem como o impacto das ações humanas no meio ambiente.

Nesse contexto, a FACIC entende que é necessário destacar a relevância da valorização da diversidade, tanto no corpo discente quanto no corpo docente, fomentando o respeito às diferenças e estimulando a troca de experiências e conhecimentos. É fundamental que se adote políticas que promovam a preservação do meio ambiente, conscientizando a comunidade acadêmica sobre a importância da sustentabilidade e incentivando práticas e pesquisas que contribuam para um desenvolvimento mais responsável, é imprescindível que se valorize a memória cultural, resgatando e preservando as tradições, a história local e as expressões artísticas, proporcionando aos estudantes a oportunidade de conhecer e valorizar o patrimônio cultural do país.

Além disso, a promoção dos direitos humanos e da igualdade étnico-racial deve ser uma prioridade, com a implementação de ações afirmativas que combatam as desigualdades e promovam a inclusão, visando a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, destaca-se a importância de políticas institucionais voltadas à valorização da diversidade, do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural, assim como a promoção dos direitos humanos e da igualdade étnico-racial. Essas diretrizes têm o propósito de formar profissionais comprometidos com a transformação positiva da sociedade.

2.4.1 ATENDIMENTO DE PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS

POLÍTICAS E PLANOS DE ATENDIMENTO AOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS OU COM MOBILIDADE REDUZIDA

As condições de acesso aos portadores de necessidades especiais, no prédio onde funciona a FACIC são suficientes, pois possui elevador e sanitários adaptados.

Em atendimento as necessidades de acessibilidade a Faculdade estruturaram suas instalações de modo a disponibilizar maior conforto e comodidade as pessoas com necessidades especiais. Em relação às políticas voltadas para este público, a Faculdade pretende incentivar o desenvolvimento de projetos que envolvam a discussão de temas e tomadas de decisões, estendendo isto à comunidade, através de ações abrangendo a sua responsabilidade social.

Atento ao disposto na Portaria nº 3.284, de 7 de novembro de 2003, sobre os requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências físicas às dependências de IES, a FACIC determinou políticas que

reconhecem as necessidades diversas dos alunos, acomodando os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos, por meio de metodologias de ensino apropriadas, arranjos organizacionais, uso de recursos diversificados e parceria com as organizações especializadas.

A FACIC adota as seguintes políticas para os Portadores de Necessidades Especiais, conforme legislação em vigor.

2.4.1.1 ATENDIMENTO PRIORITÁRIO, IMEDIATO E DIFERENCIADO

A FACIC possui normas internas sobre o tratamento a ser dispensado a professores, alunos, funcionários portadores de deficiência, com o objetivo de coibir e reprimir qualquer tipo de discriminação, garantindo o atendimento prioritário, imediato e diferenciado aos alunos e docentes portadores de necessidades especiais ou com mobilidade reduzida.

Quaisquer falhas por parte do corpo técnico-administrativo ou docente em seguir estas normas podem ser comunicadas pelo aluno diretamente à Coordenação ou à Direção, que os mesmos tomarão as providências cabíveis, conforme instrui o Regimento, para que sejam respeitadas de fato a dignidade e a cidadania integral do indivíduo.

A Faculdade garante o atendimento prioritário e o tratamento diferenciado e atendimento imediato às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

A FACIC entende por imediato o atendimento prestado às pessoas, antes de qualquer outra, depois de concluído o atendimento que estiver em andamento, observado o disposto no inciso I do parágrafo único do art. 3º da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso).

2.4.1.2. PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA PESSOA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

A Faculdade de Ciências Humanas do Estado de São Paulo - FACIC, sempre que necessário, prevê a Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, em conformidade com o disposto na Lei 12.764 de 27 de dezembro de 2012.

2.4.2 POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A Faculdade de Ciências Humanas do Estado de São Paulo promove, conforme disposto na Lei N° 9.795/1999, no Decreto N° 4.281/2002 e na resolução CNE/CP N° 2/2012, na sua Matriz Curricular a integração da Educação Ambiental às disciplinas de modo transversal, contínuo e permanente, principalmente nas Atividades Complementares e Projetos de Extensão.

A Política Nacional de Meio Ambiente, Lei N° 6.938 de 31 de agosto de 1981, define o meio ambiente como “o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que

permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas".

2.4.3 DESENVOLVIMENTO NACIONAL SUSTENTÁVEL

Em atendimento ao disposto no Decreto N° 7.746, de 05/06/2012 e na Instrução Normativa N° 10, de 12/11/2012, a Faculdade incluiu nas ementas em algumas das disciplinas de seus cursos de graduação a abordagem do Desenvolvimento Nacional Sustentável às disciplinas de modo transversal, contínuo e permanente, principalmente nas Atividades Complementares e Projetos de Extensão.

Dessa forma, promove a divulgação e produção de conhecimentos, bem como de atitudes, posturas e valores que auxiliem na formação de cidadãos críticos e conscientes do seu papel para a preservação do meio ambiente e da importância da elaboração de projetos de Desenvolvimento Sustentável para o município, estado e país.

2.4.4 DIRETRIZES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

Em atendimento ao disposto no Parecer CNE/CP N° 8/2012, de 06/03/2012, que originou a Resolução CNE/CP N° 1, de 30/05/2012, a Faculdade incluiu nas ementas em algumas das disciplinas de seus cursos de graduação o tratamento das Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, de modo transversal, principalmente nas Atividades Complementares e Projetos de Extensão.

Dessa forma, promove os princípios da Educação em Direitos Humanos: a dignidade humana, igualdade de direitos, reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades, laicidade do estado, democracia na educação e sustentabilidade socioambiental.

2.4.5 DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E PARA O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA

Em atendimento à Lei N° 9.394/96, com a redação dada pelas Leis N° 10.639/2003 e N° 11.645/2008 e da Resolução CNE/CP n° 01, de 17 de Junho de 2004, fundamentada no Parecer CNE/CP N° 3/2004, a Faculdade incluiu nas ementas em algumas das disciplinas de seus cursos de graduação o tratamento das relações étnico-raciais, bem como o das questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes.

Dessa forma, promove a divulgação e produção de conhecimentos, bem como de atitudes, posturas e valores que eduquem os alunos quanto à pluralidade étnico-racial, tornando-os capazes de interagir e de negociar objetivos comuns que garantam a todos, o reconhecimento e igualdade de valorização das raízes africanas da nação brasileira, ao lado das indígenas, europeias e asiáticas, preservando dessa forma, o respeito aos direitos legais e valorização da identidade cultural, na busca da consolidação da democracia brasileira.

2.5 PDI E POLÍTICAS INSTITUCIONAIS VOLTADAS AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E À RESPONSABILIDADE SOCIAL

A FACIC em seu Projeto compromete-se a ser uma Instituição socialmente responsável. Assume em suas ações um novo papel social diante das crescentes demandas sociais, ouvindo todos aqueles que são responsáveis por sua existência, sua manutenção e continuidade: alunos, docentes, funcionários e as comunidades direta ou indiretamente envolvidas pela sua práxis pedagógica.

A lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004, (D.O.U. nº 72, 15/4/2004, seção1, p. 3-4), que institui os SINAES, considera que a Responsabilidade Social da Instituição, especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural, é um ato de coerência institucional frente aos desafios ambientais e sociais que a humanidade enfrenta hoje na contemporaneidade, e de respeito aos seus alunos. Trata-se de cumprir o seu compromisso de entregar o que foi prometido; de responder pelos efeitos provocados pelas ações que realiza; de manter coerência entre o que se está pensando, dizendo e fazendo; além de comprovar saber fazer a tarefa a que se propõe realizar.

Esse plano, em sua elaboração busca estratégias pedagógicas que valorizem na formação de seus alunos, atributos tais como autonomia, participação, solidariedade, empreendedorismo, responsabilidade com a vida comunitária, sensibilidade a demandas e necessidades de grupos específicos, capacidade de criação e adaptação a novas situações, desenvolvimento de habilidades de autoaprendizagem, utilização ética de tecnologias e possibilidade de colaboração na melhoria da qualidade de vida global da comunidade (MELASSO, 2005), na busca da construção de uma sociedade sustentável, na qual a cidadania é um pressuposto básico.

O compromisso com a formação e desenvolvimento do cidadão suscita espaços institucionais que respeitem os membros de sua comunidade interna, que saibam lidar positivamente com as diferenças existentes, aprendendo com a experiência plural. Implica a administração honesta e competente do pacto de qualidade negociado (BONDOLLI, 2004 apud DE SORDI, 2005).

Considerando os teóricos citados, o diferencial que a FACIC procura exercer em relação à Responsabilidade Social não está focado simplesmente nas estratégias que utiliza junto à comunidade do seu entorno, mas no conceito de educação assumido, nas premissas adotadas e nos pressupostos éticos evidenciados no seu projeto.

A gestão de um Projeto Institucional comprometido com a Responsabilidade Social exige o respeito aos princípios do coletivo, a liberdade comunicativa, o exercício corresponsável da vivência em comum, e isso impõe adequações, reconfigurações, redimensionamentos dos processos e das formas do trabalho pedagógico institucional.

Ao contemplar em sua proposta a Responsabilidade Social, a FACIC amplia o seu compromisso para além da instrução, o que significa levar os estudantes a serem leitores do seu tempo usando seus saberes para agir edificantemente (DE SORDI, 2005). Propõe-se a transformá-los em protagonistas da

sua história e construtores do seu tempo e detentores de atitude mais conscientes, vigilante e crítica para atuarem na sociedade que se insere, colaborando, modificando ou transformando-a.

Portanto, a inserção da Instituição no contexto da região onde está localizada, para ser significativo deve corresponder à realidade existente, atender às necessidades sociais que demandam a ação, visando a qualidade de vida, a formação de pessoas. É preciso que a Instituição se abra ao existente em uma atitude de coparticipação com entidades, organizações religiosas, governamentais e civis, setores produtivos, etc., para valer-se de informações, conhecerem a cultura da comunidade, nutrir-se de suas práticas, de suas histórias, da ciência, tecnologia e artes produzidas.

O trabalho de inserção no contexto da região é desenvolvido na FACIC, através das atividades de ensino, da participação da vida em comunidade e na relação com atividade de extensão e pesquisa.

No entanto, isto não significa que as ações sejam limitadas a atender ou responder as necessidades detectadas. Essas necessidades são evidentemente consideradas, mas, também, que as atividades desenvolvidas sejam tais que correspondam à meta de melhorar a qualidade de vida, colaborar com a formação das pessoas, disponibilizar conhecimentos e socializá-las na direção de efetuar aquela meta. Isto significa trocar informações e contribuições sempre na sintonia com a política explicitada pela FACIC em sua proposta, com a dos órgãos governamentais e sociedades civis e religiosas, com a das forças produtivas, em um trabalho contínuo e dialético de intervenção e de cooperação da construção da realidade.

Tendo em vista a Responsabilidade Social assumida pela Instituição no papel de formação de pessoas, e, ao mesmo tempo, buscando atender às exigências de expansão e diversificação do ensino nos dias atuais, a FACIC preocupa-se em realizar análise criteriosa da oferta de cursos a serem implantados oportunamente.

As ações desenvolvidas pela Faculdade voltadas para a Responsabilidade Social do ensino estão de acordo com as políticas institucionais. A coerência existente entre essas atividades e as políticas que as norteiam, expressam uma diretriz de ação acessível ao conhecimento da comunidade interna e externa.

Essas ações são desenvolvidas através dos seguintes meios:

- Organização e desenvolvimento de projetos voltados para portadores de necessidades especiais;
- Organização e desenvolvimento de projetos voltados para promover a inclusão digital;
- Responsabilidade quanto à qualidade da formação dos seus alunos e dos serviços prestados;
- Promoção de valores éticos;
- Estabelecimento de parcerias com organizações não governamentais e instituições públicas.
- Projetos juntos as comunidades carentes, com atendimentos específicos relacionados às competências e habilidades dos diferentes cursos.

Esses projetos consideram como foco a inclusão social, desenvolvimento social e econômico, defesa do

meio ambiente, da memória e patrimônio cultural. Essas ações também poderão surgir da prática em disciplinas específicas dos cursos de graduação, em atividades interdisciplinares ou não. As mesmas poderão ser gradativamente transformadas em programas institucionais.

Portanto, a Responsabilidade Social que a Instituição propõe é mais do que simplesmente formar profissionais para o mercado ou realizar projetos. Está centrada em colaborar na formação de pessoas que tenham consciência do seu papel no contexto social e utilizem o seu potencial criativo na transformação da realidade em que estão inseridos, na busca do bem comum. Nesse sentido, a Responsabilidade Social de uma Instituição é formar cidadãos socialmente responsáveis, capazes de encontrar sintonia com as demandas da coletividade em que vivem e atuam, "com dignidade com os demais seres vivos" (ITACARAMBY, 2006).

A responsabilidade Social da Instituição traduz-se pela busca da compreensão das reais necessidades e potencialidades da região, assim como dos caminhos para que seu desenvolvimento ocorra. A FACIC preocupa-se com a inclusão social de seus alunos e egressos, desenvolvendo atividades educacionais de nível superior condizentes com o que se espera de uma Instituição cujos princípios, embora sólidos, permitam responder aos muitos desafios de uma sociedade em constante transformação.

Em suas relações com a comunidade a FACIC tem como responsabilidade, entre outras: atuar junto a entidades de classe, construindo uma imagem favorável de si mesma; promover seminários e cursos de interesse da comunidade e da Instituição, seja por iniciativa própria ou em parceria e apoio com outras instituições; identificar na comunidade acadêmica e empresarial professores e outros profissionais que tenham potencial para prestar serviços relevantes à Instituição; identificar necessidades não satisfeitas no mercado e viabilizá-las em cursos de graduação, extensão e pós-graduação; atuar junto a escolas e entidades carentes, ministrando cursos sem qualquer remuneração financeira; e avaliar semestralmente seu próprio desempenho, principalmente dos seus cursos de graduação e pós-graduação, por meio do Plano de Autoavaliação Institucional.

Esse intercâmbio com a comunidade contribui para o desenvolvimento da região gerando mais empregos, capacitando profissionais para atender às necessidades das empresas e da comunidade em geral e formando cidadãos dotados de princípios éticos e responsabilidade social.

A Faculdade desenvolve também uma política de apoio aos alunos carentes, por meio do Programa de Bolsas de Estudo. Tem como objetivos: possibilitar, mediante recursos próprios, a concessão de Bolsas a alunos de comprovada carência socioeconômica, matriculados na Instituição, visando o incentivo aos estudos e possibilitando o ingresso na carreira profissional; e proporcionar ao aluno bolsista atividades que possibilitem o seu crescimento pessoal e profissional, estimulando o desenvolvimento de competências e habilidades voltadas para o mundo do trabalho e da pesquisa.

Procedendo desta forma a FACIC cumpre seu compromisso de estar contribuindo para a inclusão social e ao desenvolvimento econômico e social de Cruzeiro e região circunvizinha.

2.6 PDI E POLÍTICA INSTITUCIONAL PARA A MODALIDADE EAD

A FACIC acredita ser importante definir uma política de Educação a Distância, mesmo que ela ainda esteja em fase de projeto e aguardando implantação. E acredita que pensar a universidade é pensá-la no contexto da sociedade e nas relações com o país, considerado em sua totalidade. Nos dias atuais de crise e superação, é importante inovar, repensar e criar uma nova fórmula dos vínculos entre educação e sociedade, com possibilidades de fomentar o trabalho técnico e as decisões políticas. É necessário que a Instituição lance para si desafios permanentes.

Desta forma, a Educação à Distância, como proposta pedagógica a ser implantada como uma modalidade de organização e desenvolvimento de currículo educacional e, desta forma, não pode ser reduzida apensa as questões metodológicas ou a possibilidades de uso de novas tecnologias da informação e da comunicação (TIC). Em sua elaboração a EAD está sendo concebida como parte integrante do Projeto Pedagógico Institucional, que vincula a educação como luta por uma vida pública na qual o diálogo, a tolerância e o respeito à diferença estejam atentos aos direitos e condições que organizam a vida pública como uma forma social justa e democrática.

Neste contexto, a FACIC considera-se um espaço de educação e não um “lócus” de distribuição de saber-produto a clientes consumidores. (Silva, 2000)

O espaço de educação vai proporcionar a construção de práticas que possibilitem aos sujeitos da ação educativa compreender criticamente a realidade social em que se inserem, na perspectiva de participação ativa nessa realidade.

Nesse sentido, a Instituição compreende a EaD como um sistema aberto, onde os processos transformadores que decorrem da experiência de cada um dos sujeitos da ação educativa e a realidade, constituem um todo numa troca permanente.

O sistema aberto constitui um todo onde a troca educação/ensino/sociedade permite ao sujeito que seja estimulado a ser ativo no processo de construção do conhecimento.

No mundo contemporâneo o conhecimento evolui de forma inevitável, exigindo uma educação voltada para a autonomia do aprendiz, o que implica uma metodologia do aprender a aprender. A universidade e a sociedade, de acordo com Prigogine, são sistemas abertos que devem ser olhados em seu funcionamento como um todo, com propósitos que se comunicam entre si, de modo coerente e coletivo.

A Instituição de Ensino Superior deve constituir-se, portanto, numa comunidade pensante e, consequentemente desenvolver em seus acadêmicos o espírito crítico e o próprio julgamento. Nessa linha de pensamento a FACIC objetiva a preparação de alunos com competência e habilidades para pensar e criticar com independência, autonomia e que estabeleçam com a comunidade este espírito.

A EAD, por suas peculiaridades, sobretudo em relação à mediatização das mensagens pedagógicas, apresenta-se nessa proposta institucional como uma modalidade em potencial para o desenvolvi- mento

dessa autonomia que se deseja do aprendiz.

Segundo Preti (1996, p. 25), a EaD deve ser entendida como “um processo lógico de planejamento, como um modo de pensar os currículos, os métodos, os procedimentos, a avaliação, os meios, na busca de tornar possível o ato educativo”.

Na proposta da FACIC, a EAD assume duas dimensões em suas ações (Preti): “a social e a pedagógica. Na dimensão social, tem-se a possibilidade de se atender um público maior, especialmente aqueles que não teriam como cursar uma universidade pública. Permite também, uma educação continuada e atualização profissional constante”.

Na dimensão pedagógica, propõe-se uma ruptura com formas tradicionais de ensinar das universidades. O professor deixa de ser o centro da relação pedagógica e o estudante deixa de ser um ser passivo. Ele é convidado ao diálogo, a ser parceiro de um processo de interlocução, conduzindo sua própria formação. Há um movimento interativo e dialógico, uma comunicação do aluno com o autor dos textos, através da mediação do material didático produzido.

Para organização do seu sistema de EAD, a FACIC considera indispensável:

- Organização de um grupo composto por especialistas nessa área, especialistas em tecnologia educacional e multimídia, além de professores de diferentes áreas de conhecimento que se responsabilizarão pelos programas educativos;
- Formação de uma equipe de orientadores que auxiliarão no processo de interlocução pretendida;
- Elaboração e organização de material didático apropriado à proposta dos cursos e à modalidade da educação a distância;
- Organização de um sistema de acompanhamento e avaliação, que leve em conta todos os aspectos da relação pedagógica: o ensino, a aprendizagem, o serviço de orientação acadêmica, o material didático e a própria modalidade de educação a distância;
- Organização de rede de comunicação que permita estabelecer relações entre alunos, professores, ex-coordenadores do curso e orientadores pedagógicos;
- Organização de um sistema de gerenciamento acadêmico e administrativo que permita cuidar dos trâmites burocráticos como matrícula, registro de avaliações e outros;
- Desenvolvimento de pesquisas que oportunizem reflexões sobre o sistema de EAD.

Em sua proposta a FACIC tem a frente do processo uma orientação acadêmica compreendida como um dos elementos do processo educativo que possibilita a (res) significação da educação a distância, principalmente em termos de possibilitar, em razão de suas características, o rompimento da noção de tempo/espaço da escola tradicional. A orientação acadêmica traz a possibilidade de se garantir o tempo como o tempo de cada um, na perspectiva do respeito às diversidades e singularidades de grupos e/ou indivíduos.

Na Educação a Distância, a interlocução aluno/orientador é exclusiva. Professor ou orientador,

paradoxalmente ao sentido atribuído ao termo “distância”, devem estar permanentemente em contato com o aluno, através da manutenção de um processo dialógico, em que o entorno, o percurso, expectativas, realizações, dúvidas, dificuldades, etc., sejam elementos dinamizadores desse processo.

Por esta razão, essa dimensão da orientação exige uma relação em que o número de alunos por orientador não seja excessivo, para que o processo de interlocução permita não só o respeito às diversidades dos alunos, mas também às especificidades e particularidades de cada programa de formação. O orientador participará dos momentos da organização, acompanhamento e avaliação dos programas dos quais vai participar, constituindo-se também sujeito da construção do currículo do curso.

Na fase de planejamento, o orientador deve participar da discussão, com os professores responsáveis por áreas ou disciplinas, a respeito dos conteúdos a serem trabalhados, do material didático a ser utilizado, da proposta metodológica, do processo de acompanhamento e avaliação de aprendizagem.

A produção, seleção e organização de textos para a proposta EAD estará atrelada ao Projeto Pedagógico do Curso que se pretende desenvolver. Todo texto, concebido como material didático deve ser pensado e concebido no interior de uma proposta curricular, que, por sua vez, deve ser construído na perspectiva de objetivos delineados no Projeto Pedagógico Institucional.

O material didático do curso será consubstanciado através de textos, e deve configurar-se no âmbito da proposta curricular, como afirma Neder (1999), como um dos dinamizadores da construção curricular e também como um balizador metodológico. É, através do material didático, que serão feitos os recortes das áreas de conhecimento trabalhadas no curso, além do direcionamento metodológico pretendido. Dentre os materiais didáticos básicos dos cursos a utilizar-se-á: o impresso, o audiovisual e o multimídia. O material didático impresso tem como base a linguagem verbal escrita e pode ser organizado em textos de diferentes naturezas e veiculados em diferentes meios. Os textos escritos serão veiculados através de materiais impressos como livros, publicações periódicas, revistas e jornais.

O objetivo do texto-base pode ser não só o de garantir o desenvolvimento de conteúdos básicos indispensáveis ao desenvolvimento do curso, mas também o de oportunizar o processo de reflexão-ação-reflexão por parte dos alunos. Nesse sentido, o texto deve possibilitar, através de um processo dialógico, que o aluno vá construindo seus conhecimentos sobre a área de ou tema em foco.

O material audiovisual, ou textos audiovisuais, da mesma forma que os escritos, estarão vinculados ao Projeto Pedagógico e a um currículo específico. A forma como são produzidos e utilizados evidenciarão posicionamentos teórico-metodológicos de seus autores ou de professores que os utilizam.

Diferentemente dos textos escritos, que têm na linguagem verbal seu suporte e, por esse motivo, processa as informações de maneira linear, os textos audiovisuais processam a informação em paralelo, captando simultaneamente informações procedentes das fontes visuais e sonoras.

A produção de textos multimídia, a exemplo da produção de alguns textos audiovisuais, exige um trabalho de equipe. O professor ou a equipe de ensino estará apoiada por desenhistas, programadores,

técnicos em computação etc, que darão concretude às informações e ideias que o professor quer ver destacadas na abordagem de determinado tema. O papel do professor ou da equipe de ensino é fundamental na produção dos textos escritos, na indicação das imagens e dos sons que juntos comporão o texto multimídia.

Da mesma forma que o texto escrito e audiovisual, o texto multimídia deve ser produzido na perspectiva do Projeto Pedagógico do Curso para o qual está sendo idealizado. No caso de o professor estar utilizando um texto produzido por outros autores, deverá proceder à uma análise criteriosa dos conteúdos ali trabalhados e sua relevância e adequação teórico-metodológica para o curso onde será inserido.

A web tem um importante papel como ferramenta para auxiliar na produção de material multimídia, porque favorece a oportunidade de integração entre todas as mídias.

Na rede, existe uma infinidade de recursos que pode ser utilizado pelos professores, bastando, para tanto, que seja previamente feito um planejamento que pressupõe uma análise criteriosa dos textos serem indicados em função do projeto do curso.

Na realidade, com o fenômeno internet, abriu-se um mundo de possibilidades para projetos educativos, sobretudo para a educação aberta e a distância, não só em termos de produção e utilização de material multimídia para o ensino, mas, sobretudo, em razão das possibilidades da interação professor-aluno e da participação ativa do aluno na construção curricular.

Nesta proposta a EAD é vista como um processo que busca viabilizar um Projeto Pedagógico Insti- tucional, mediante a previsão de formas de organização e funcionamento, de relações de trabalho e de recursos físicos, materiais e financeiros necessários ao cumprimento das finalidades e objetivos definidos.

A organização é compreendida como um conjunto de pessoas e recursos articulados para a realização de um objetivo ou um conjunto de objetivos, mantendo interação com o meio. A proposta da EAD assenta-se em princípios e diretrizes que dão sustentação a proposta de ação, devendo o corpo administrativo referendar-se e agir em conformidade com esses princípios. A avaliação deve constituir-se um dos elementos indissociáveis do processo de gestão.

A avaliação como prática educativa, deve ser compreendida, segundo Neder (1996), como uma atividade política, cuja principal função é a de propiciar subsídios para tomadas de decisões quanto ao direcionamento das ações em determinado contexto educacional. A avaliação não pode ser vista, portanto, isolada de um projeto concreto, que traga em seu bojo determinada proposta de ação, que busque modificações de uma determinada situação. Mediante o processo de avaliação, os sujeitos da ação educativa devem ter uma compreensão crítica da realidade escolar em que estão inseridos, com vistas ao aprimoramento das ações propostas e vivenciadas no contexto do Projeto Pedagógico.

Como processo de reflexão crítica sobre a realidade, a avaliação deve buscar desvelar necessidades e problemas relativos ao trabalho educativo com o intuito de resolvê-los. Nesse sentido, a avaliação não

se limita apenas ao aspecto do rendimento escolar, devendo estar vinculada aos elementos definidores de determinada proposta educacional, tais como Finalidade, Estrutura Organizacional, Proposta Curricular, Tempo Escolar, Relações de Trabalho, Processo de Decisão e Avaliação.

A organização de um sistema de EAD, conforme Preti (1996) é mais complexo, às vezes, que um sistema tradicional presencial, visto que exige não só a preparação de material didático específico, mas também a integração de "multi-meios" e a presença de especialistas nesta modalidade. O sistema de acompanhamento e avaliação do aluno requer, também, um tratamento especial, com a participação não só dos professores e alunos, mas também de orientadores acadêmicos (tutores).

No processo de gestão e avaliação de seu Projeto de Educação a Distância a FACIC elenca duas dimensões que serão trabalhadas: Dimensão relativa à Proposta Pedagógica do Curso e a Dimensão relativa a Organização do Curso. Cada uma dessas dimensões será acompanhada e avaliada, a partir de seus elementos constitutivos, alicerçadas nas compreensões de Educação e de Educação a Distância que dão sustentação ao projeto do Curso.

2.6.1. ESTRUTURA DE OPERACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

2.6.2 A MODALIDADE EAD PARA O DESENVOLVIMENTO DOS CURSOS NA FACIC

Como ensinar na educação a distância, por meio de atividades assíncronas e/ou por meio de uma sincronia mediada por tecnologias de informação e comunicação? Uma resposta a esta pergunta passará ao largo do tradicional modelo "explicar a matéria-aplicar o exercício", já criticado no âmbito da educação presencial.

Na EaD, é possível – e preciso – pensar em metodologias que ultrapassem este modelo, sobretudo diante de uma realidade de alunos-trabalhadores, público que predomina nos cursos a distância. Os "estudos de caso", por exemplo, constituem uma excelente alternativa: dão o problema primeiro e exigem o estudo em sequência.

Nos encontros presenciais obrigatórios a diversificação das metodologias é incentivada, tais como seminários, trabalhos de campo, pesquisas em bibliotecas, seminários entre outros, de modo a se evitar o abuso da aula expositiva. Isso não significa dizer que a aula expositiva não seja necessária, mas de fomentar a aula expositiva dialogada que permite, com maior sucesso, a participação e envolvimento dos alunos.

Já na perspectiva das atividades à distância, o discente é informado sobre os processos acadêmicos previstos para a modalidade a distância, bem como dos mecanismos de comunicação e de interação disponibilizados.

Nesse sentido, além das capacitações e formações específicas para a EaD realizadas em disciplina específica no primeiro semestre e ao longo do curso nas Práticas como Componentes Curriculares (PCC), um Guia do Aluno/Disciplina é oferecido aos estudantes.

Nele, descrevem-se as metodologias empregadas com o uso das TIC's e as estratégias que possibilitam aos alunos construírem ativamente o conhecimento; descrevem também o ambiente virtual de aprendizagem Facic Interativa e os recursos disponíveis aos discentes; igualmente, informam as práticas pedagógicas que serão desenvolvidas pelos professores no decorrer do curso e sua coerência com a metodologia prevista/implantada.

Os recursos disponibilizados no Facic Interativa e sua escolha são orientados por um Designer Instrucional e buscarão atender aos diferentes perfis de aprendizagem, a saber:

Ativos: Tendem a reter e compreender melhor a informação participando ativamente de alguma atividade, discutindo, ou explicando para outros. Gostam do trabalho em grupo.

Reflexivos: Preferem refletir calmamente sobre a informação; podem ser mais lentos para iniciar uma atividade e gostam do trabalho individual ou em equipe.

Sensoriais: Gostam de resolver problemas através de procedimentos bem estabelecidos e não apreciam complicações e surpresas. Tendem a ser práticos e cuidadosos e não gostam de disciplinas que não têm uma conexão aparente com o mundo real.

Intuitivos: Preferem descobrir possibilidades e interrelações; gostam de inovação e não apreciam a repetição. São rápidos, criativos e apreciam a variedade.

Visuais: Lembram-se mais do que viram e preferem as representações visuais, como quadros, gráficos, vídeos e demonstrações.

Verbais: Tiram mais proveito das explanações escritas e faladas; gostam de ouvir e de tomar notas. Materiais de apoio impressos são úteis para eles; repetem as palavras, falando ou escrevendo; fazem a leitura de suas notas em silêncio e transformam diagramas em palavras.

Sequenciais: Constroem conhecimentos em passos lineares, com cada passo derivado do anterior. Tendem a seguir caminhos lógicos e graduais, enfatizando a análise e os detalhes.

Globais: Aprendem em grandes saltos, absorvendo o material sem enxergar conexões e repentinamente compreendem tudo. Precisam do contexto e têm facilidade para juntar elementos. O foco está na síntese e no pensamento sistêmico.

Para tanto, diferentes Tecnologias da Informação e Comunicação são utilizadas no processo de ensino-aprendizagem.

Tecnologias da informação e comunicação – TIC's no processo ensino aprendizagem são recursos didáticos constituídos por diferentes mídias e tecnologias, síncronas e assíncronas, com destaque para aquelas disponíveis no próprio ambiente virtual de aprendizagem.

As Tecnologias de Informação e Comunicação previstas no processo de ensino-aprendizagem permitem a execução do projeto pedagógico do curso. O Ambiente Virtual de Aprendizagem Facic Interativa se define para além de simples repositório de textos, imagens e vídeos, ou mero veículo de transmissão de conteúdos lineares, mas uma mídia composta de ferramentas síncronas e/ou assíncronas que oportunizam novas competências, habilidades, formas de ser e fazer discente e docente.

Nesse sentido, o Ambiente Virtual de Aprendizagem Facic Interativa e Sistema Acadêmico Minerva é construído atendendo aos princípios do Design Instrucional e da Aprendizagem e-Learning, permitindo a realização das seguintes atividades, a saber:

Atividades assíncronas (autoinstrucionais e colaborativas): atividades nas quais o discente desenvolve sem horário determinado e dirigido por recursos de ensino e aprendizagem (REAs), tais como efetuar leituras, assistir a vídeo aulas, percorrer objetos de estudos, efetuar pesquisas, participar de fóruns de discussão, dentre outras.

Atividades síncronas (interativas e supervisionadas): atividades nas quais os discentes participam, a partir de horários previamente agendados, tendo sua participação e interação supervisionadas pelo docente e/ou mediador (tutor), que podem ser virtuais (chat e webconferência) ou ainda presenciais (aulas e avaliações).

Para cumprir os objetivos mínimos previstos o Facic Interativa conta com recursos de atividades que os docentes utilizam diversificadamente para a oferta do curso.

Destacam-se, dentre outros:

- Trabalho: permite ao docente agendar /propor a realização de tarefas que envolvam a elaboração de algum produto em formato digital a ser submetido na plataforma em prazo definido. As tarefas mais comuns neste tipo de atividade incluem artigos, ensaios, projetos e relatórios. O docente dispõe de um campo para comentar cada trabalho.

- Questionário: permite ao docente criar testes objetivos com diferentes tipos de perguntas múltipla escolha; verdadeiro/falso; respostas curtas). Os questionários e as perguntas ficam registrados na base de dados para reutilização em diferentes cursos e contextos. Na construção de um questionário, o professor pode fazer algumas escolhas, como mostrar ou não os resultados no final do questionário.

- Fórum: forma de interação e comunicação assíncrona fundamental em ambiente de aprendizagem a distância. É nos fóruns que tem lugar o debate, a partilha de ideias e o esclarecimento de dúvidas. Um fórum pode ser configurado para que os alunos sejam automaticamente inscritos na discussão, o que significa que receberão cada mensagem colocada no fórum na sua caixa de e-mail.

- Chat: chat ou conversa síncrona permite aos participantes discutir um tema ou afinar estratégias a distância, mas em tempo real. A atividade de Chat pode ser agendada e associada apenas a determinada sessão com objetivos definidos ou constituir um espaço aberto, informal, sempre disponível. Um

aspecto importante para o docente é a possibilidade de manter em arquivo o conteúdo das conversas realizadas.

2.6.2.1. MECANISMOS DE INTERAÇÃO E TUTORIA

Não basta garantir as estruturas tecnológicas de TIC, ao contrário, elas devem ser efetivas na comunicação dos envolvidos. Portanto, para além da descrição do Facic Interativa, importa descrever os mecanismos de atendimento ao público e as estratégias utilizadas para motivar estudantes, tutores e professores a promoverem ensino-aprendizagens colaborativas no Facic Interativa.

A estratégia é a oferta de uma atividade específica de Ambientação, com o título de educação a distância, além da produção do Guia de Curso /Estudo aos alunos, já referenciados

Além disso, busca-se introduzir novas formas de interação capazes de realizar um acompanhamento efetivo dos estudantes, evitando sua evasão. Para tanto, os tutores são essenciais, pois tem o mérito de estabelecerem uma comunicação permanente e continuada em diferentes espaços geográficos e tempos, de modo a possibilitar ao discente a aquisição de conhecimentos e habilidades, bem como desenvolver a sociabilidade, por meio de atividades da comunicação, interação e troca de experiências.

O tutor, no exercício da função auxiliar docente participa ativamente da prática pedagógica. Os tutores são responsáveis pela mediação do processo pedagógico com estudantes geograficamente distantes ou presente no pólo de apoio presencial. São atribuições do tutor a distância, a saber: esclarecer dúvidas; promover espaços de construção coletiva de conhecimentos; selecionar material de apoio e sustentar teoricamente os conteúdos.

Os tutores são também devidamente capacitados para utilização das TICs, atuando por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem.

2.6.3. PAPEL DO PROFESSOR E PAPEL DO TUTOR

Sobre a relação do professor com o tutor, o Núcleo Docente Estruturante - NDE do Curso de Graduação definiu que o professor deverá fazer uma apresentação da disciplina para o tutor que acompanhará o seu trabalho, pois acredita-se na importância de ter a figura do tutor como co-formador. O NDE, quanto ao papel do tutor e do professor, definiu algumas questões: o tutor deverá ser responsável pelos lançamentos de notas no Sistema Acadêmico Minerva; o tutor deverá corrigir questões online, apesar de existir alguns questionários que já são fechados e o próprio sistema corrige.

O tutor precisa participar de fóruns que são online, portanto, para que o tutor realize correções nos fóruns são necessários alguns esclarecimentos por parte dos professores; o tutor também deverá realizar correções de provas escritas desde que tenha um roteiro elaborado pelo professor para que fique claro o que deve ser considerado na correção; todos os professores de cada semestre deverão realizar uma reunião com o tutor; o professor é responsável pela elaboração da apostila e do guia da disciplina; o professor é responsável em elaborar as questões da prova presencial bem como do gabarito e encaminhar ao tutor para aplicação; o professor deverá elaborar três provas, sendo uma para aplicar normalmente,

uma segunda prova que seria uma forma de “segunda chance” para quem não atingiu a nota e uma terceira prova para aqueles alunos que faltaram no dia da avaliação presencial.

2.6.4. OS ENCONTROS PRESENCIAIS DE EXPOSIÇÃO TEMÁTICA E TUTORIA

Os encontros presenciais ocorrem a cada 15 (quinze) dias na sede do Pólo de Apoio Presencial – Cruzeiro e Pindamonhangaba. Os tópicos, conteúdos e planos de aula presencial desenvolvidos são definidos pelo NDE, a cada semestre letivo, nos meses de julho e janeiro.

2.6.5. DEMAIS ENCONTROS PRESENCIAIS OBRIGATÓRIOS

Para cada disciplina deverá ocorrer, no mínimo, dois encontros presenciais para a realização de provas, pelo tutor. Há plantão semanal de tutoria presencial na sede pólo e atendimento virtual e eletrônico diariamente - de segunda a sábado.

2.6.6. ATIVIDADES DE TUTORIA

Não basta garantir as estruturas tecnológicas de TIC, ao contrário, elas devem ser efetivas na comunicação dos envolvidos. Portanto, para além da descrição do Facic Interativa, importa descrever os mecanismos de atendimento ao público e as estratégias utilizadas para motivar estudantes, tutores e professores a promoverem ensino-aprendizagens colaborativas no Facic Interativa.

O tutor, no exercício da função auxiliar docente participa ativamente da prática pedagógica. Os tutores são responsáveis pela mediação do processo pedagógico com estudantes geograficamente distantes ou presente no pólo de apoio presencial. São atribuições do tutor a distância, a saber: esclarecer dúvidas; promover espaços de construção coletiva de conhecimentos; selecionar material de apoio e sustentar teoricamente os conteúdos; assistir ou auxiliar o professor nos processos avaliativos de ensino-aprendizagem.

Os tutores são também devidamente capacitados para utilização das TICs, atuando por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem.

2.6.7. CONHECIMENTOS, HABILIDADES E ATITUDES NECESSÁRIAS ÀS ATIVIDADES DE TUTORIA

As atividades de tutoria implantadas no Curso de Graduação buscam atender com qualidade às demandas didático-pedagógicas da estrutura curricular.

O tutor estabelece a conexão entre alunos, estando diretamente em contato com eles, pois são parceiros nessa construção do conhecimento. Seu papel é muito importante, pois tem a tarefa de dialogar diretamente com os estudantes, compartilhando ideias e conhecimentos, levando às reflexões em torno

do conteúdo proposto.

Os tutores das disciplinas semipresenciais (Disciplinas Interativas) são responsáveis por realizar atividades de mediação do processo de ensino-aprendizagem, tendo como principais atribuições:

I. Conhecer a estrutura e o funcionamento das disciplinas interativas;
II. Participar das capacitações e treinamentos organizados pela Coordenação de Área;
III. Participar das reuniões periódicas com o Coordenador de área responsável pela disciplina para orientações acerca do conteúdo da disciplina, e dos critérios de avaliação do trabalho semestral;
IV. Participar das web aulas, com a finalidade de conhecer os conteúdos programáticos para a devida orientação e acompanhamento dos alunos, interagindo com os mesmos em cada atividade a ser realizada;
V. Orientar os alunos nas atividades do curso, acompanhando e prestando as orientações necessárias à sua realização;
VI. Receber do Coordenador de área as orientações sobre os temas dos trabalhos, bem como sobre os parâmetros de avaliação a serem adotados para a conceituação dos mesmos;
VII. Avaliar e conceituar os trabalhos em grupo, de acordo com as orientações recebidas, oferecendo ao aluno o devido retorno sobre seu desempenho;
VIII. Participar diariamente do fórum de discussão, incentivando a reflexão dos alunos, tirando dúvidas e fazendo orientações acadêmicas e de conteúdo;
IX. Manter a coordenação da área informada sobre o andamento das atividades e sobre o desempenho dos alunos;
X. Organizar e encaminhar dúvidas mais frequentes para o Coordenador de área;
XI. Elaborar, em conjunto com o coordenador de área, o cronograma de acompanhamento das atividades a serem realizadas no período letivo;
XII. Acompanhar sistematicamente a planilha com o resumo da situação de cada aluno referente às atividades das disciplinas;
XIII. Motivar os alunos para a necessidade de estabelecer rotinas de estudo independentes para a aprendizagem em colaboração, para a responsabilidade da autoavaliação, entre outras, com vistas a assumir com competência o controle de seu aprendizado.

2.6.8. PROCEDIMENTOS DE ACOMPANHAMENTO E DE AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO-APRENDIZAGEM

2.6.8.1. AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM DE FORMA PRESENCIAL

a) Serão realizadas de forma presencial as Provas Presenciais (N1, N3 e N4), a Reavaliação e a Segunda Oportunidade;

b) O docente da disciplina deverá elaborar cinco (05) provas, sendo:

- três Provas Presenciais (N1, N3 e N4);

- uma segunda prova como Reavaliação, para aqueles alunos que faltaram no dia marcado para a aplicação da Prova Presencial;

- uma terceira prova, como Segunda Oportunidade, para os alunos que não atingiram 70% dos pontos nas Provas Presenciais ou na Reavaliação.

c) O valor das avaliações elencadas na letra "a" será de oitenta por cento (80%) do valor da nota total da disciplina;

d) Nas avaliações elencadas na letra "a", cinquenta por cento (50%) das questões deverão ser dissertativas e os demais cinquenta por cento (50%) das questões deverão ser objetivas, tais como: múltipla escolha, V ou F, etc.;

e) As avaliações elencadas na letra "a" deverão ser formuladas com 10 questões cada uma;

f) Excepciona-se à regra contida na letra "d" a disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso – TCC;

g) O docente da disciplina é o responsável pela elaboração das questões das avaliações elencadas na letra "a" bem como dos gabaritos;

h) O tutor será responsável pela aplicação das avaliações elencadas na letra "a";

i) Em todas as disciplinas deverá ser planejada uma webconferência referente a uma revisão do conteúdo para a Prova Presencial, até uma semana antes da mesma ocorrer.

2.6.8.2. AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM ATRAVÉS DO AMBIENTE VIRTUAL - FACIC INTERATIVA

O valor total das avaliações no ambiente virtual será de vinte por cento (20%) do valor total da nota da disciplina, com notas atribuídas de 0 a 2;

As atividades no ambiente virtual deverão ser planejadas utilizando-se recursos distintos do Facic Interativa;

O docente poderá solicitar ainda, como atividades avaliativas, trabalhos, fichas de observações, relatórios e autoavaliação.

2.6.8.3. ATRIBUIÇÕES DO DOCENTE EM RELAÇÃO ÀS AVALIAÇÕES

O docente deve elaborar um texto ou gravar um vídeo apresentando a si mesmo e à sua disciplina – com esclarecimentos e orientações sobre os encontros presenciais, divisão da carga horária da disciplina,

formas de avaliação da aprendizagem, unidades trabalhadas, etc. – que é postado no ambiente virtual.

O docente deverá elaborar um roteiro, claro e conciso – para a correção das questões dissertativas – ou gabarito – para a correção das questões objetivas – contendo o que deve ser considerado na correção das Provas Presenciais, Reavaliação, Segunda Oportunidade e das atividades avaliativas realizadas no ambiente virtual.

2.6.8.4. ATRIBUIÇÕES DO TUTOR EM RELAÇÃO ÀS AVALIAÇÕES

O tutor é o responsável pelo lançamento de todas as notas no Minerva, até duas semanas após a data de aplicação.

O tutor é o responsável pela correção das questões dissertativas de atividades avaliativas realizadas de forma presencial e através do ambiente virtual.

O tutor deve participar de todos os fóruns e, a atribuição de notas pela participação dos alunos nos fóruns, é de sua responsabilidade, desde que devidamente orientado pelo docente da disciplina, através de um roteiro claro e conciso do que deve ser considerado.

Será atribuída nota 0,0 (zero) à avaliação do estudante que deixar de comparecer às aulas nas datas das avaliações sem a justificativa legal.

O aproveitamento escolar é avaliado por meio do acompanhamento contínuo do aluno e dos resultados por ele obtidos em provas e trabalhos (nota expressa em grau de zero a dez). A avaliação do desempenho escolar é feita por disciplina, incidindo sobre a frequência (aferida) e o aproveitamento. Independentemente dos demais resultados obtidos, é considerado reprovado na disciplina o aluno que não obtenha frequência mínima de setenta e cinco por cento às aulas e demais atividades escolares (momentos presenciais e atividades virtuais) de cada disciplina.

É considerado aprovado na disciplina o aluno que obtiver nota de aproveitamento resultante de média das notas das avaliações não inferior a sete, e que atinja frequência mínima de setenta e cinco por cento às aulas e demais atividades escolares (momentos presenciais e atividades virtuais) daquela disciplina.

O critério de avaliação para as disciplinas do curso é composto pela soma de quatro notas:

N1 (P3) + N2 (P2) + N3 (P4) + N4 (P1).

Avaliação Interdisciplinar. As notas N1 e N3 são obtidas por meio das provas oficiais. Já a N2 resulta de um processo de avaliação continuada. Este é definido pelo professor, de acordo com as características próprias de cada disciplina. Já a avaliação integrada – N4 (P1) – constitui-se em uma prova, que objetiva trabalhar de forma global os conhecimentos obtidos não apenas no semestre especifico cursado pelo aluno, mas também conhecimentos acumulados ao longo de todo o curso.

A frequência às aulas e às demais atividades escolares, permitida apenas aos matriculados, é obrigatória, vedada o abono de faltas. Independentemente dos demais resultados obtidos, é considerado reprovado na disciplina o aluno que não obtenha frequência mínima de setenta e cinco por cento às aulas e demais atividades escolares de cada disciplina.

A verificação e o registro de frequência são de responsabilidade única do professor. Compete ao professor da disciplina elaborar os exercícios escolares, sob forma de provas e trabalhos, bem como julgar-lhes os resultados. Os exercícios escolares, em número mínimo de uma prova escrita, por período letivo, visam à avaliação progressivamente do aproveitamento do aluno.

A cada verificação de aproveitamento é atribuída uma nota, expressa em grau de zero a dez.

O aluno que deixar de comparecer a N1 ou N3 nas datas fixadas, poderá realizar uma segunda prova como reavaliação e uma terceira prova, como segunda oportunidade para os alunos que não atingiram 70% dos pontos na média, de acordo com o período definido no calendário escolar.

O número mínimo de provas, seminários e trabalhos e suas peculiaridades são discutidos e acompanhados pelo Núcleo Docente Estruturante e aprovados nos órgãos superiores. O NDE recolhe informações, constantemente, e analisa a eficácia dos procedimentos adotados, no sentido de fornecer dados para avaliação dos mesmos. O Coordenador de curso pode, a partir dessas análises, planejar e executar as alterações, caso necessário, para que o processo ensino-aprendizagem volte a ser adequado.

2.7 ESTUDO PARA IMPLANTAÇÃO DE POLOS EAD

A implantação de polos de Educação a Distância (EAD) na Educação Superior é uma área de estudos que envolve uma série de aspectos a serem considerados. Esses estudos são realizados com o objetivo de compreender e analisar os diversos elementos envolvidos na implementação bem-sucedida desses polos.

Os polos EAD são espaços físicos onde os estudantes têm acesso a recursos e suporte para realizar seus estudos a distância. Eles oferecem infraestrutura, como salas de aula, laboratórios, bibliotecas e acesso à internet, além de apoio técnico e pedagógico para os alunos.

Os estudos para implantação de polos EAD envolvem diferentes áreas de pesquisa, tais como:

- Demanda e perfil dos estudantes
- Infraestrutura e recursos tecnológicos
- Legislação e regulação
- Metodologias e recursos pedagógicos
- Avaliação e qualidade do ensino
- Acesso e inclusão

Esses são apenas alguns dos aspectos que podem ser abordados nos estudos para implantação de polos EAD. É importante ressaltar que cada contexto educacional apresenta características próprias, exigindo uma abordagem específica e adaptada à realidade local. Sendo assim a FACIC possui um planejamento de implantação de polos de apoio presencial para o PDI 2022-2026, com base em alguns desses aspectos, de acordo com a tabela a seguir:

PLANEJAMENTO DE IMPLANTAÇÃO DE POLOS DE APOIO PRESENCIAL - PDI 2022-2026

UF	CIDADE	POPULAÇÃO	PIB (PER CAPITA)	ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL	ALUNOS DO ENSINO MÉDIO
SP	Campos do Jordão	51.763	R$ 23.400,87	6.818	1.952
SP	Guaratinguetá	121.073	R$ 35.347,70	13.890	4.709
MG	Itanhandú	15.236	R$ 26.494,54	1.901	637
SP	Caçapava	95.752	R$ 42.875,69	12.153	3.047
SP	Ilhabela	36.194	R$ 428.020,22	5.139	1.350

3. POLÍTICAS ACADÊMICAS

3.1 POLÍTICAS DE ENSINO E AÇÕES ACADÊMICO-ADMINISTRATIVAS PARA OS CURSOS DE GRADUAÇÃO

A FACIC possui políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas que visam o envolvimento dos estudantes e o aperfeiçoamento da ação educativa. A instituição reconhece que a gestão e a aprendizagem são aspectos interligados e busca integrá-los em seus objetivos.

As políticas de ensino da FACIC têm como foco a formação integral do indivíduo, considerando sua multidimensionalidade. Para alcançar seus objetivos, a instituição busca a integração por meio do trabalho em equipe entre os participantes do processo educativo, conforme demonstrado no capítulo 2.2.

Nesse sentido, a instituição assume os seguintes compromissos:

Estabelecer prioridades nas ações educativas voltadas para os problemas sociais: A FACIC reconhece a importância de abordar questões sociais relevantes em suas práticas educativas. Dessa forma, prioriza ações que contribuam para a compreensão e solução dos problemas enfrentados pela sociedade.

Incentivar a prática interdisciplinar visando à formação holística do educando: A FACIC valoriza a interdisciplinaridade como meio de promover uma visão ampla e integrada do conhecimento. Por meio da interação entre diferentes áreas de estudo, busca-se formar estudantes capazes de compreender e lidar com a complexidade dos desafios contemporâneos.

Desenvolver programas e projetos voltados para a educação inclusiva: A FACIC se empenha em promover a inclusão educacional, buscando garantir o acesso e a participação de todos os estudantes, independentemente de suas diferenças e necessidades. A instituição desenvolve programas e projetos

que visam a criação de um ambiente acadêmico acolhedor e igualitário.

Em suma, as políticas de ensino da FACIC são direcionadas para uma formação integral do indivíduo, valorizando a interdisciplinaridade e a inclusão educacional. A instituição busca promover uma educação de qualidade que esteja alinhada com as demandas sociais e preparada para os desafios do mundo contemporâneo.

3.1.2. FORMAS DE OPERACIONALIZAÇÃO

Como forma de operacionalização dessas políticas, a FACIC em suas atividades acadêmicas realiza com os alunos ingressantes um programa de integração apresentando e explicitado os documentos institucionais: PDI, Regimento e Projetos Pedagógicos de cada curso, assim como, apresentação dos demais regulamentos elaborados para todos os setores da Faculdade e visitas às suas instalações.

Com a finalidade de ajudar seus alunos a concluírem os seus cursos, a FACIC prevê oferecer um programa de apoio financeiro ao estudante, através de bolsas de trabalho e financiamento através de recursos oficiais ou próprios, quando couber.

Continuamente a FACIC irá oferecer programas sistemáticos e permanentes, voltados para o acompanhamento dos discentes, bem como subsídios para melhoria de seu desempenho, de acordo com os seguintes elementos:

Composição da equipe com pessoal especializado, capaz de contribuir para o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem em geral, recuperando as motivações, promovendo a integridade psicológica dos alunos, realizando a orientação e os serviços de aconselhamento e assegurando sua adaptação, especialmente, os ingressantes;

- Mecanismos de oferta de orientação e encaminhamento profissional;
- Mecanismos de motivação capazes de produzir a interação efetiva entre aluno e professor, entre aluno e aluno;
- Mecanismos e ferramentas voltados para a melhoria da aprendizagem do discente;
- Condições de funcionamento adequadas e compatíveis com a realidade, para atendimento da população discente.

A FACIC se propõe desenvolver, ainda, uma política de acompanhamento dos seus egressos no sentido de dar suporte para a atualização e adequação dos seus cursos. Sendo assim, pretende elaborar, quando oportuno, um levantamento, para delinear o perfil do egresso, a fim de traçar linhas de ação, de acompanhamento e avaliação dos diversos cursos tecnológicos que se encontram no exercício de suas atividades profissionais, tomando as seguintes providências:

- Adquirir acervo para a biblioteca que venha atender aos programas das disciplinas, em quantidade suficiente, referentes aos títulos indicados na bibliografia básica e bibliografia complementar devidamente atualizado tombado junto ao patrimônio da FACIC;
- Realizar assinatura de periódicos especializados, indexados e correntes, sob a forma impressa

ou informatizada, abrangendo as principais áreas temáticas, distribuídos entre as principais áreas dos cursos;

- Disponibilizar para os alunos uma sala de multimídia, com serviços de DVD, CD e CD-ROMS e espaço físico para estudos e horário de funcionamento, com pessoal técnico administrativo para atendimento dos serviços oferecidos;
- Realizar os serviços da Biblioteca através de Bibliotecários devidamente contratados e com atendimento aos alunos diariamente no período de funcionamento dos cursos;
- Realizar convênios e parcerias com instituições congêneres para oferecer um acervo adequado e o melhor serviço educacional.

Tem como perspectiva, anualmente retirar 10% (dez por cento) da receita bruta da FACIC para atualização e ampliação do acervo da Biblioteca, para todas as referências dos cursos autorizados. Está previsto, ainda, a implantação de laboratórios de informática com acesso à internet, na proporção de um terminal para até vinte alunos, considerado o total de matrículas dos cursos autorizados.

3.2 POLÍTICAS DE ENSINO E AÇÕES ACADÊMICO-ADMINISTRATIVAS PARA OS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU

A faculdade reconhece que tem a responsabilidade de contribuir para o desenvolvimento regional por meio da melhoria da qualificação profissional, como já citado no subcapítulo 2.2.16. O ensino de pós-graduação Lato Sensu é direcionado a candidatos que já possuem diploma de graduação e desejam investir em uma qualificação acadêmica adicional, tanto para aprimorar seus conhecimentos quanto para atender às demandas do mercado de trabalho.

A política de pós-graduação da faculdade tem como objetivo principal promover a qualificação acadêmica e científica, estimulando a formação de especialistas comprometidos com uma sociedade mais justa e igualitária.

Para implementar a proposta da pós-graduação Lato Sensu, a faculdade considera os seguintes parâmetros:

- Levantamento da demanda local por programas de especialização: realiza-se uma pesquisa para identificar quais são as áreas de especialização mais solicitadas na região.
- Acompanhamento de egressos: realiza-se o acompanhamento dos alunos formados pela faculdade para identificar suas necessidades de atualização e aprimoramento profissional.
- Identificação de demandas por meio de empresas parceiras: estabelece-se parcerias com empresas para identificar as necessidades específicas de qualificação dos profissionais que atuam nesses setores.
- Elaboração de programas a partir da demanda: com base nas informações obtidas, desenvolvem-se programas de pós-graduação específicos que atendam às necessidades identificadas.
- Adequação da infraestrutura: a faculdade realiza os ajustes necessários em sua infraestrutura para oferecer os programas de especialização.
- Regulamentação própria: a pós-graduação *Lato Sensu* é sistematizada e regulamentada pela

faculdade, seguindo normas e diretrizes estabelecidas.

Dessa forma, a faculdade busca promover o ensino de pós-graduação *Lato Sensu* de maneira alinhada às demandas do mercado e às necessidades da comunidade local, visando o desenvolvimento regional e a formação de profissionais qualificados.

3.3 POLÍTICAS DE ENSINO E AÇÕES ACADÊMICO-ADMINISTRATIVAS PARA OS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU

NSA (Não se aplica)

3.4.POLÍTICAS INSTITUCIONAIS E AÇÕES ACADÊMICO-ADMINISTRATIVAS PARA A PESQUISA OU INICIAÇÃO CIENTÍFICA, A INOVAÇÃO TECNOLÓGICA E O DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO E CULTURAL

As políticas institucionais e ações acadêmico-administrativas desempenham um papel fundamental no estímulo à pesquisa e à iniciação científica, na promoção da inovação tecnológica e no desenvolvimento artístico e cultural. Para fomentar a pesquisa e a iniciação científica, conforme já citado no capítulo 2.3, a FACIC procura estabelecer diretrizes que incentivem a participação de estudantes em projetos de pesquisa. Além disso, é essencial promover a disseminação dos resultados das pesquisas, por meio da realização de eventos científicos contribuindo para o avanço do conhecimento em diferentes áreas.

No que diz respeito à inovação tecnológica, a FACIC busca parcerias com empresas e incentiva a transferência de tecnologia e conhecimento acadêmico para o setor produtivo. Essas parcerias podem resultar em projetos de pesquisa aplicada, desenvolvimento de patentes e incubadoras de empresas, estimulando a criação de novos produtos e serviços no mercado. Além disso, é importante promover o empreendedorismo entre os estudantes, oferecendo programas de capacitação e suporte para o desenvolvimento de startups e projetos inovadores.

A FACIC adota como práticas pedagógicas inovadoras a utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação para o desenvolvimento de competências de trabalho com autonomia, já que os alunos podem dispor de uma enorme variedade de ferramentas de investigação.

No âmbito do desenvolvimento artístico e cultural, a FACIC promove ações que estimulem a produção artística e o envolvimento dos estudantes com atividades culturais. Isso pode incluir a realização de exposições, apresentações musicais, teatrais e de dança. A FACIC estabelece parcerias com instituições culturais locais e regionais, visando ampliar as oportunidades de participação dos estudantes em projetos e eventos artísticos, fortalecendo a cultura e as expressões artísticas na comunidade acadêmica e na sociedade em geral.

A FACIC compreende a importância da arte como estímulo ao desenvolvimento das competências socioemocionais, em especial a criatividade, o autoconhecimento, a empatia e a autonomia, cada vez

mais im-portantes e requisitadas pelo mundo do trabalho, buscando adotar ações que ajudem a desenvolver a sensibilidade e visão humanística, pois são fundamentais na formação dos alunos e de todo cidadão e realizar encontros cul-turais e reflexões sobre diversas formas de arte e expressões culturais, tanto para alunos quanto para a comunidade do entorno.

Todos os cursos de graduação possuem fronteiras acadêmicas, nas quais são ofertadas para professores, técnicos, alunos e comunidade externa diversas atividades, envolvendo palestras, oficinas e apresentações artísticas. Além disso, o desenvolvimento artístico e cultural é mais intensamente explorado no bojo da extensão, pela natureza extramuros das atividades extensionistas. A maior parte das atividades é aberta a toda a comunidade do entorno.

3.5 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS E AÇÕES ACADÊMICO-ADMINISTRATIVAS PARA A EXTENSÃO

A extensão é um dos pilares indispensáveis à missão institucional da Faculdade e, como tal, deve constituir-se em um instrumento de articulação com os diversos segmentos sociais.

Como fator integrador e articulador do ensino, a extensão é concebida como um compromisso entre a faculdade e a comunidade.

Para tanto, objetiva:

- Servir como elementos retro alimentador do ensino, propiciando ao educando o Desenvolvimento das habilidades inerentes ao profissional que se quer formar;
- Implementar projetos que propiciem aos educandos um espaço de aprendizagem, contribuindo para as transformações sociais, econômicas e políticas;
- Minimizar a dicotomia entre teoria e prática através do desenvolvimento de atividades que envolvam o ensino e a extensão.
- Sendo assim, assume os seguintes compromissos:
- Implementar programas de extensão buscando a integração contínua com o seu entorno, tendo em vista a responsabilidade social e ambiental;
- Acompanhar e avaliar, de forma contínua e sistemática, as ações de extensão da faculdade;
- Incentivar a implantação de programas e projetos voltados para a educação continuada.

3.5.1. DIRETRIZES PARA A EXTENSÃO

- Aperfeiçoamento das atividades de extensão nos cursos, à luz da Autoavaliação Institucional e de cursos;
- Ampliação das atividades segundo áreas prioritárias, especialmente onde for considerado mais necessário o estreitamento das relações entre a teoria e prática;
- Oferecimento de cursos de extensão em áreas selecionadas, conforme as demandas da

comunidade, detectadas mediante sondagem;

- Estímulo à experimentação de novas metodologias de trabalho comunitário ou de ações social, evolvendo o aluno com diferentes possibilidades de atuação no sentido de reduzir as mazelas sociais e promover a disseminação do conhecimento do bem público;
- Estabelecimento de ações que aliem a projeção da imagem da Instituição a serviços específicos prestados à comunidade;
- Divulgação das extensões que gerem recursos financeiros para implementar novas ações.
- Estabelecimento de estratégias para parcerias na busca de recursos financeiros externos, governamentais ou não-governamentais, desde que compatíveis com as normas e políticas da instituição.

3.6 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS E AÇÕES DE ESTÍMULO E DIFUSÃO PARA A PRODUÇÃO ACADÊMICA DOCENTE

As diretrizes pedagógicas da FACIC orientam os esforços da Instituição para a busca da excelência no ensino, na pesquisa e na extensão, atividades essas entendidas como indissociáveis.

Na definição dos programas de apoio aos eventos internos e externos estão presentes os resultados de extensas discussões e de atento acompanhamento das mais recentes tendências educacionais e sociais, de forma que a adequação dos produtos educacionais oferecidos possa estar sempre em sintonia com as necessidades e tecnologias que a cada dia surgem, se alteram e renovam.

Como centro de produção e difusão de saber é crucial que a instituição configure-se em espaço de discussão de ideias e concepções de mundo múltiplas e até mesmo contraditórias, em reflexo direto dos aspectos múltiplos e muitas vezes controversos da realidade.

A FACIC encoraja as diferentes visões geradas pelas naturezas específicas de cada curso oferecido, na expectativa de que seu confronto e intercâmbio gerem novos pontos de vista sobre questões antigas e novas. Por essa razão, são incentivadas a realização e participação de estudantes em eventos, tais como: congressos, seminários, palestras, viagens de estudos e visitas técnicas.

Os professores em conjunto com à Coordenação dos Cursos avaliam os eventos que são do interesse pedagógico e profissional dos seus respectivos cursos e encaminham a solicitação para à Secretaria Geral/Coordenação Pedagógica. Os alunos e seus representantes (líderes de sala), também podem enviar solicitações à Coordenação de seu Curso sobre o interesse na participação/organização de eventos internos e/ou externos na FACIC.

A FACIC tem como objetivo o auxiliar o desenvolvimento da investigação cientifica, mas também as produções tecnológicas, culturais, técnicas e artísticas, no âmbito institucional e no cenário Regional e Nacional. Neste sentido as atividades de ensino deverão estar vinculadas à pesquisa científica e a extensão para estimular os alunos à atividade criadora, que serão desenvolvidas individual e coletivamente, dentro de uma determinada unidade curricular ou área, tornando-a veículo facilitador do despertar de vocações e aperfeiçoamento de habilidades.

Os trabalhos de Iniciação Científica, tecnológicos, culturais, técnicos e artísticos a serem realizados nos cursos de graduação da FACIC serão de natureza extracurricular e visam contribuir para o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo, da ciência e da tecnologia, para a criação e difusão da cultura e, portanto, para o entendimento do homem e do meio em que vive. Serão contemplados e priorizados nas produções científicas, tecnológicas, culturais, técnicas e artísticas a realização de levantamentos na área de Educação das Relações Étnico-raciais e de Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, as Políticas de Educação Ambiental, o Desenvolvimento Sustentável e Direitos Humanos. Participam do programa professores e alunos dos cursos.

3.6.1 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS E AÇÕES DE ESTÍMULO RELACIONADAS À DIFUSÃO DAS PRODUÇÕES ACADÊMICAS: CIENTÍFICA, DIDÁTICO-PEDAGÓGICA, TECNOLÓGICA, ARTÍSTICA E CULTURAL

A FACIC facilitará todas as ações que promovam a participação da população nas atividades acadêmicas, como objeto ou recurso de aprendizagem, objetivando o diálogo, a troca em busca de conquista e benefícios aferidos, a partir de procedimentos técnico-científicos que possam contribuir para o êxito das atividades acadêmicas e a melhoria do padrão de vida social, cultural, intelectual de todos os envolvidos.

Proporá, ainda, preparo permanente de docentes e discentes no sentido de identificar campos, sujeitos e estratégias para ações científicas, didático-pedagógicas, tecnológicas, artísticas e culturais que possam disseminar novos conhecimentos, novas interpretações e formas de intervenção nas realidades estudadas.

3.7 POLÍTICA INSTITUCIONAL DE ACOMPANHAMENTO DOS EGRESSOS

A FACIC está institucionalizando o Programa de Acompanhamento de Egressos, por meio do cadastro dos futuros ex-alunos, a fim de definir seu perfil profissiográfico e mantê-los informados sobre eventos científicos, como congressos, palestras e outros, promovendo a atualização de sua formação.

A Comissão Própria de Avaliação - CPA, atendendo à legislação vigente, por meio de instrumento adequado, colhe informações junto aos egressos, buscando estabelecer seu grau de empregabilidade e a satisfação do discente frente ao mercado de trabalho. Com essas informações, é redigido um relatório que fica à disposição da comunidade acadêmica.

A FACIC instituiu o programa “Para Sempre FACIC” para acompanhamento dos egressos, destinado a oferecer ao ex-discente oportunidades de educação continuada nos cursos e programas de extensão e de pós-graduação (atualização, aperfeiçoamento, especialização) e ainda, oferecer informações sobre oportunidades profissionais para a inserção no mercado de trabalho. O programa, também, colhe informações sobre a vida profissional desse ex-discente, para verificar a parcela de contribuição relevante que a IES desempenhou neste processo. A FACIC conta com o Serviço de Assistência ao Egresso,

coordenado por docente indicado pela Direção-Geral.

O “Pra Sempre FACIC” é composto, também, de um pacote de benefícios para os antigos discentes, tais como:

1. acesso ao acervo bibliográfico, para empréstimo de livros;
2. notícias de oportunidades de Emprego;
3. participação dos egressos como palestrantes/ouvintes nas semanas e jornadas acadêmicas, internas e externas;
4. estímulo na produção acadêmica, por meio de publicação de artigos científicos.

Ao mesmo tempo, os egressos poderão, por meio do Questionário de Autoavaliação Institucional, expressar as possíveis carências ou qualidades nos vários setores da infraestrutura da Instituição, o que muito contribuirá para a expansão de seu ensino. Os discentes egressos também serão contatados de tempos em tempos para responderem questões relacionadas às dificuldades do mercado de trabalho, condições salariais e outras informações que possam servir de parâmetros para as atividades desenvolvidas nos cursos.

O programa prevê também criar um cadastro de currículos dos egressos para serem encaminhados a empresas que costumam solicitar indicações para às Coordenações e Docentes da Instituição.

3.8 POLÍTICA INSTITUCIONAL PARA INTERNACIONALIZAÇÃO

NSA (Não se aplica)

3.9. COMUNICAÇÃO DA IES COM A COMUNIDADE EXTERNA

A FACIC tem o objetivo de melhorar a qualidade de sua oferta educacional e de prestar melhores serviços à sociedade.

Nesse sentido, a melhoria da qualidade da oferta está apoiada na ampliação de serviços. No que se refere à sociedade, a melhoria ocorre a partir do seu envolvimento com as empresas, com outras instituições de ensino, com o setor público e com o terceiro setor.

A formulação do planejamento de marketing ocorre a partir da análise das variáveis internas, adquiridas no processo contínuo de autoconhecimento, das variáveis de mercado, sobre as quais nem sempre se pode exercer influência direta (exógenas), conjugada com os objetivos e metas educacionais estabelecidas para um determinado período.

O processo cíclico do planejamento ocorre a partir de sua avaliação e reformulação constantes.

A FACIC como parte do planejamento de marketing, estabeleceu o processo de cooperação e parcerias

com instituições e empresas. Além disso, conta com a disponibilização de página na Internet que possibilita o acesso às principais informações institucionais.

Além dos meios tecnológicos que utiliza, a Faculdade desenvolve mecanismos de comunicação interna e externa por meio de:

- Quadro Mural exclusivo para informações das Direções Acadêmica e Administrativa;
- Quadro Mural das coordenações de cursos de graduação, pós-graduação e extensão;
- Banners e cartazes (conforme a necessidade);
- Site da IES (atualizado constantemente).

3.9.1. SERVIÇO DE OUVIDORIA

A FACIC possui um serviço específico de ouvidoria. Com funções semelhantes ao do ombudsman, a Ouvidoria FACIC, capta os sentimentos e manifestações dos estudantes, discutindo-os com os setores alvos.

A comunidade externa pode acessar o site da FACIC na internet e enviar suas sugestões, críticas e/ou reclamações, sendo um canal de comunicação direto com a comunidade e seu entorno.

3.9.2 RELAÇÃO DE MEIOS E CANAIS DE COMUNICAÇÃO EXTERNA, ESTRATÉGIAS E RECURSOS DE COMUNICAÇÃO

Em relação à comunicação externa, a IES utiliza os veículos de comunicação de massa para tornar público: programas, ações e atividades.

Esses veículos são utilizados como instrumento de comunicação mercadológica para divulgação de vestibular, divulgação dos cursos de graduação e pós-graduação, atividades de extensão, além de projetos de responsabilidade social e inclusivos.

A Faculdade se utiliza basicamente de mídia eletrônica (rádio e TV), mídia impressa regional (revistas e jornais), outdoors e as mídias sociais. Todas as informações relativas à FACIC podem ser acessadas no endereço: www.facicsp.com.br.

3.10. COMUNICAÇÃO DA IES COM A COMUNIDADE INTERNA

A Faculdade FACIC disponibiliza vários meios de comunicação para que a comunidade interna, seus colaboradores, sejam eles técnico-administrativos, docentes e demais educadores possam ter acesso a todas as informações relativas à resultados das avaliações de cursos, divulgação de avaliações realizadas pela CPA e outras, divulgação de cursos de graduação, pós-graduação, projetos de extensão e de iniciação científica, além, obviamente, de projetos e programas sociais, tais como descontos em mensalidades e outros.

A FACIC preza pela transparência das informações acadêmicas e administrativas em seu relacionamento com seus colaboradores e possui diversos canais para realizar essa integração: por meio de e-mail, sejam eles institucionais ou não, o serviço de ouvidoria que atende tanto o público externo quanto interno, cartazes, a página do Portal FACIC na internet e a Página do Facebook e Instagram da FACIC, todos esses canais de comunicação são utilizados para manter os colaboradores e discentes bem informados.

As coordenações de cursos e a coordenação de pós-graduação utilizam os meios e canais de comunicação acima descritos, conforme suas necessidades específicas.

A formação de grupos de Correio Eletrônico em cada coordenação também se constitui em meio facilitador da comunicação, além, dos grupos do whatsapp, inclusive com a participação efetiva da Direção Geral e Acadêmica.

3.11. PROCEDIMENTOS DE ATENDIMENTO AOS DICENTES

Há na FACIC programas sistemáticos e permanentes voltados para o acompanhamento dos discentes, bem como subsídios para melhoria de seu desempenho, de acordo com os seguintes elementos:

- Composição da equipe com pessoal especializado, capaz de contribuir para o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem em geral, recuperando as motivações, promovendo a integridade psicológica dos alunos, realizando a orientação e os serviços de aconselhamento e assegurando sua adaptação, especialmente, os ingressantes;
- Mecanismos de oferta de orientação e encaminhamento profissional;
- Mecanismos de motivação capazes de produzir a interação efetiva entre aluno e professor, entre aluno e aluno;
- Mecanismos e ferramentas voltados para a melhoria da aprendizagem do discente;
- Condições de funcionamento adequadas e compatíveis com a realidade, para atendimento da população discente.

O apoio didático-pedagógico aos discentes da Faculdade de Ciências Humanas do Estado de São Paulo - FACIC é realizado de diferentes maneiras:

A FACIC disponibiliza estrutura de suporte institucional aos estudantes a fim de possibilitar-lhes formação de qualidade nas dimensões técnico-científica, sócio-político-cultural e pedagógica.

Através do Apoio ao discente, procura identificar dificuldades de aprendizagem, relacionamento, profissionais e financeiras, além de situações de conflito em sala de aula entre discentes e destes com docentes, a fim de realizar ações para apoio e solução das mesmas.

Assim, o Apoio ao discente na FACIC, tem como objetivo promover e acompanhar o aluno com vistas a proporcionar melhores condições de aprendizagem e desenvolvimento acadêmico e profissional. A avaliação dos Programas de Apoio ao Discente será realizada pela CPA, visando diagnosticar sua

eficiência e eficácia.

3.11.1. APOIO PSICOPEDAGÓGICO

O Núcleo de Acompanhamento Psicopedagógico (NAP) objetiva colaborar positiva e efetivamente para o desenvolvimento das competências e habilidades dos estudantes, por meio da melhora do seu desempenho acadêmico e aquisição de bem estar pessoal e social.

Sua função caracteriza-se pela necessidade de orientar e acompanhamento psicopedagógico aos estudantes no processo de aprender a aprender, com vistas à diminuição de eventuais dificuldades emocionais e psicopedagógicas, sendo orientado por regulamento.

São objetivos do Programa de Acompanhamento Psicopedagógico:

- Realizar atendimento psicopedagógico visando à tomada de consciência por parte do estudante de suas potencialidades, escolhas e atitudes;
- Facilitar o processo de crescimento do estudante objetivando a superação de suas dificuldades afetivas e de aprendizagem;
- Realizar intervenções breves e focais fazendo os encaminhamentos necessários;
- Guardar sigilo dos acompanhamentos realizados;
- Manter permanentemente contato com o corpo docente e coordenação para garantir feedback do acompanhamento;
- Informar a coordenação do curso sobre alunos que necessitem maior tempo de acompanhamento, bem como sobre aqueles que não compareceram aos encontros programados;
- Veicular textos informativos que visem à compreensão sobre as questões afetivas ou psicopedagógicas objetivando uma ação preventiva;
- Ofertar serviço de orientação profissional que objetiva a identificação do perfil profissional dos alunos e o desenvolvimento de competências necessárias a sua atuação no mercado de trabalho;
- Desenvolver atividades que reforcem aspectos relacionados à cidadania, ética, profissionalismo, compromisso, motivação e autoestima;
- Divulgar o Programa de Acompanhamento Psicopedagógico por meios comunicativos, como: folders, cartazes e outros, como mais uma alternativa de crescimento pessoal e acadêmico ao estudante.

O Núcleo de Atendimento Psicopedagógico é apoiado pela Coordenação de curso, em conjunto com o corpo técnico-administrativo e corpo docente, e atua no sentido de identificar situações e propor soluções de problemas que possam interferir no desempenho dos alunos. Assim, através de sua estrutura administrativa-acadêmica a FACIC busca garantir o atendimento aos discentes no desenvolvimento de diversos programas articulados aos Projetos Pedagógicos, que visam o desenvolvimento acadêmico dos mesmos.

O programa realizará acompanhamento na forma de intervenções breves e sistematizadas, estando

disponível para atendimento psicopedagógico ao estudante que solicitá-lo espontaneamente ou por encaminhamento dos docentes ou da coordenação.

3.11.2. PROGRAMA DE BOLSAS

Com a finalidade de assegurar a permanência e o bom rendimento escolar de alunos com potencial, mas que apresentam dificuldades econômicas, a Mantenedora concede bolsas de estudo para seus alunos. A bolsa prevê a dispensa do pagamento das mensalidades, e cada caso será analisado por uma comissão a ser composta por professores e alunos. Este assunto é discutido com bastante cautela, para que nenhum aluno talentoso fique sem estudar por falta de recursos financeiros.

Esta experiência de concessão de bolsas de estudos para alunos carentes visa não somente responder ao compromisso social da FACIC. O programa de bolsa social para discentes carentes disponibiliza 10% das vagas de cada processo seletivo.

A concessão da bolsa obedece a critérios definidos no regimento geral de bolsas da IES. A FACIC oferece bolsas parciais e integrais.

Aos alunos não contemplados com Bolsa de Estudo, a FACIC oferece descontos que chegam a 50% para pagamentos até o quinto dia de cada mês. Após esta data, há uma perda gradual do desconto concedido.

3.11.3. BOLSAS-TRABALHO

A FACIC busca estabelecer outro programa, o qual visará a implementação da Bolsa-Trabalho, em convênios com instituições públicas e privadas do Estado de São Paulo e, em especial, no Município de Cruzeiro e região.

A Bolsa-Trabalho tem como principal objetivo promover a aproximação entre as empresas e instituições, que visem o repasse de suas experiências a estudantes que estão ingressando no mercado de trabalho, seja ele público ou privado. Cria-se assim, uma simbiose positiva entre as partes: do lado da empresa, a contratação de um profissional sem os vícios inerentes aos profissionais de carreira e por um custo menor; e, sob a ótica do estudante, o aprendizado e a utilização na prática dos conhecimentos adquiridos na instituição de ensino, com a possibilidade de, ao concluir o curso superior, já possuir seu posto de trabalho garantido.

3.11.4. PROGRAMA FIES

A FACIC está credenciada a ofertar o Financiamento Estudantil – FIES – que é um programa do Ministério da Educação destinado a financiar a graduação na educação superior de estudantes matriculados em instituições não gratuitas. Podem recorrer ao financiamento os estudantes matriculados em cursos superiores.

3.11.5. PROGRAMA BOLSA-UNIVERSIDADE

O Programa Bolsa-Universidade é um convênio que foi estabelecido entre o Governo do Estado de São Paulo e a Faculdade de Ciências Humanas do Estado de São Paulo (FACIC), por meio da Secretaria de Estado da Educação.

O estudante contemplado recebe bolsa integral de seu curso – a Secretaria de Estado da Educação arca com 50% do valor da mensalidade, com teto de R$ 500,00, e a instituição de ensino completa o restante do valor da mensalidade.

Em contrapartida, atua como educador universitário em uma escola participante do Programa Escola da Família, que abre unidades escolares aos sábados e domingos para a comunidade.

As atividades desenvolvidas nas escolas poderão ser organizadas nos quatro eixos de atuação do Programa Escola da Família: Esporte, Cultura, Saúde e Trabalho.

3.11.6. PROUNI - PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS

O ProUni (Programa Universidade para Todos) é um programa criado pelo Ministério da Educação em 2004 que oferece bolsas de estudo em instituições privadas de ensino superior. As bolsas concedidas - integrais (100%) ou parciais (50%) - são destinadas a estudantes brasileiros de baixa renda e sem diploma de nível superior. A Faculdade de Ciências Humanas do Estado de São Paulo – FACIC teve sua adesão ao Programa aprovada pelo Ministério da Educação – MEC.

3.11.7. MECANISMOS DE NIVELAMENTO

Os mecanismos de acompanhamento aos discentes emergem das reuniões pedagógicas entre o Corpo Docente, Coordenação de Cursos e Colegiados de Curso, os quais, em conjunto, definem estratégias de trabalho, como a autorização de aulas extras para nivelamento, após verificação das deficiências das turmas recém ingressas, com o objetivo de permitir melhor rendimento do corpo discente em relação ao cumprimento dos conteúdos técnicos, administrados ao longo do primeiro ano letivo dos cursos.

Também podem ser oferecidas disciplinas de ajustes e nivelamento, de conteúdo básico, relativas às áreas de interesse dos cursos, a fim de suprir algum tipo de deficiência ou carência em sua formação anterior. Tais disciplinas não possuirão caráter obrigatório nem contarão crédito, apenas terão o intuito de contribuir para a aprendizagem dos estudantes no escopo das disciplinas regulares.

3.11.8. ATENDIMENTO EXTRACLASSE

O atendimento extraclasse aos alunos será realizado pelos Coordenadores dos Cursos, pelos professores em regime de trabalho de tempo integral e tempo parcial, com jornada semanal específica para

essa finalidade.

3.11.9. PROGRAMA DE MONITORIA

A atividade de monitoria ou orientação acadêmica, no âmbito da educação, diz respeito ao acompanhamento próximo e à orientação sistemática de alunos e/ ou grupos de alunos realizados por pessoas experientes na área de formação. O tutor presencial tem um papel relevante, pois, é por meio dele que se garante a inter-relação personalizada e contínua do estudante no sistema e se realiza a articulação necessária entre os elementos do processo e à consecução dos objetivos.

A monitoria na modalidade presencial que será operacionalizada nos cursos de graduação da FACIC é de extrema importância para o êxito da proposta teórico/ metodológica da IES e o sucesso da formação profissional dos estudantes e, também, para ofertar suporte à proposta teórico/metodológica diferenciada da Faculdade, pautada na interdisciplinaridade/integração.

Esta atividade deve objetivar uma formação multidisciplinar que englobe o desenvolvimento de competências pessoais, profissionais e tecnológicas que vão além dos conhecimentos acadêmicos especializados. O tutor atua como mediador do processo de aprendizagem que ocorre entre os atores (professor-aluno e aluno-aluno), significando que “mais do que ensinar, trata-se de fazer aprender” (PERRENOUD, 2000).

Nesta perspectiva, o tutor precisa organizar e utilizar bem o seu tempo para oferecer atendimento e dar respostas aos problemas apresentados pelos alunos cuidando para que ele se integre ao curso, grupo de estudos, comunidade local por meio de atividades inserção, de extensão, pesquisa e à Faculdade como um todo.

É papel de um tutor estimular a interação entre os pares, ser o responsável pelas ferramentas de avaliação, dar feedback sobre as atividades e dúvidas dos alunos, monitorar seu desenvolvimento e participação no ambiente virtual de aprendizagem, indicar livros (de bibliotecas normais e virtuais) e sites da internet incentivando a pesquisa e produção do conhecimento científico. Promover discussões baseadas nos objetivos do curso para ensejar novos conhecimentos, auxiliando na resolução de problemas, administrando conflitos e, se necessário abordar o aluno por outros meios como telefone e e-mail.

O tutor deve envolver-se totalmente no processo de ensino/aprendizagem para que o aluno sinta-se à vontade para questionar, perguntar, propor, discordar, concordar e participar de atividades interdisciplinares e tangenciais objetivando aprender, relacionar e buscar o conhecimento holístico dos assuntos tratados. Os alunos que se destacarem no tocante aos conhecimentos, demonstrar habilidades e competências para trabalhar em disciplinas dos cursos da FACIC poderá exercer as funções de monitoria.

O tutor deverá possuir/desenvolver habilidades básicas como uma boa comunicação, clara concepção de aprendizagem, dominar bem o conteúdo, demonstrar segurança no domínio dos conteúdos, auxiliar a construção de conhecimentos por meio de discussões, reflexões, intercâmbio de experiências e informações e, sobretudo comungar com os objetivos, métodos e avaliações da FACIC.

No âmbito da FACIC os tutores deverão trabalhar em conjunto com outros profissionais que se fizerem necessários ao atendimento do estudante.

O Programa de Monitoria terá Regulamento Próprio.

3.12 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS E AÇÕES DE ESTÍMULO À PRODUÇÃO DISCENTE E À PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS (GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO)

As políticas institucionais e as ações de estímulo à produção discente e à participação em eventos são de extrema importância para o desenvolvimento acadêmico dos estudantes, tanto na graduação quanto na pós-graduação. Essas políticas visam promover a produção de conhecimento e incentivar a participação dos alunos em atividades acadêmicas, enriquecendo sua formação e contribuindo para sua inserção no meio científico.

No contexto da graduação, a FACIC estabelece diretrizes que incentivem os estudantes a realizar pesquisas e produzir trabalhos científicos, por meio da oferta de bolsas de iniciação científica e programas de apoio à pesquisa. Essas políticas podem incluir a disponibilização de recursos financeiros e materiais, bem como a orientação de professores e pesquisadores qualificados. Além disso, as instituições devem promover a participação dos alunos em eventos científicos, como congressos e simpósios, oferecendo apoio financeiro para a apresentação de trabalhos e estimulando a troca de conhecimentos e experiências com outros pesquisadores.

Já na pós-graduação, as políticas institucionais são direcionadas ao incentivo à produção de dissertações, teses e artigos científicos por parte dos estudantes. Isso pode ser realizado por meio da oferta de bolsas de pesquisa e auxílio financeiro para a participação em eventos científicos nacionais e internacionais, onde os alunos têm a oportunidade de apresentar suas pesquisas e estabelecer contatos com outros pesquisadores de sua área de estudo.

O estimulo ao desenvolvimento do trabalho de investigação interdisciplinar e da iniciação científica é uma forma de enriquecimento da qualidade do trabalho desenvolvido pela comunidade acadêmica. Aos docentes cabe o papel de estimular e de dar o exemplo com a produção de textos e projetos, priorizando a participação dos alunos.

4. POLÍTICAS DE GESTÃO

A gestão eficaz da instituição é fundamental para garantir a qualidade do ensino, a excelência acadêmica, a pesquisa e a contribuição para o desenvolvimento social. As políticas de gestão da FACIC envolve uma série de diretrizes, regulamentos e práticas que visam orientar o funcionamento da instituição e alcançar os objetivos educacionais estabelecidos.

Essas políticas abrangem diferentes áreas e aspectos da gestão, tais como Governança, Planejamento estratégico, Gestão acadêmica, Gestão de recursos humanos, Gestão financeira, Gestão da pesquisa e

Avaliação e garantia da qualidade.

Essas são apenas algumas das áreas abrangidas pelas políticas de gestão da FACIC, a implementação de políticas eficientes de gestão é fundamental para o sucesso e a relevância da IES no cenário educacional e social.

4.1 TITULAÇÃO DO CORPO DOCENTE

COMPOSIÇÃO ATUAL DO QUADRO DOCENTE - TITULAÇÃO

TITULAÇÃO	QUANTITATIVO
Especialista	9 (19,15%)
Mestre	30 (63,83%)
Doutor	8 (17,02%)
TOTAL	47 (100%)

COMPOSIÇÃO ATUAL DO QUADRO DOCENTE - REGIME DE TRABALHO

REGIME DE TRABALHO	QUANTITATIVO
Integral	8 (17,02%)
Parcial	39 (82,98%)
TOTAL	47 (100%)

CRONOGRAMA DE EXPANSÃO DO CORPO DOCENTE

Em relação ao Cronograma de Expansão do Corpo Docente considerando o período de validade do atual PDI da FACIC é o seguinte:

PREVISÃO DE DESENVOLVIMENTO E EXPANSÃO (2022-2026)

TITULAÇÃO	REGIME DE TRABALHO	2022-2026
Especialista	HORISTA	5
Mestre	PARCIAL	15
Doutor	PARCIAL	9
Doutor	INTEGRAL	2

4.1.1. REQUISITOS DE TITULAÇÃO E EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DO CORPO DOCENTE

A Faculdade FACIC está em conformidade com o disposto na Lei N° 9.394/96, onde todos os docentes contratados possuem, no mínimo, formação em pós-graduação lato sensu.

A FACIC define como parâmetro de atuação educacional a busca contínua da qualidade dos seus cursos, como condição indispensável à formação de profissionais competentes e comprometidos.

Assim tem especial cuidado e valorização que confere à composição do seu quadro docente, buscando sempre contar com profissionais bem formados e experientes, com adequação a área de atividade profissional e docente, com os cursos dos quais participa.

Os professores a serem selecionados a trabalhar na FACIC deverão ter experiência docente no magistério superior, de preferencialmente, pelo menos 3 (três) anos e, com experiência profissional considerável na área de atuação de seu curso.

A titulação mínima para a contratação de docentes para os cursos é de pós-graduação *lato sensu*, mas a prioridade é que a formação seja em programas de Pós-Graduação *stricto sensu*.

É importante a adequação da formação dos professores a serem contratados com as unidades curriculares que serão disponibilizadas aos mesmos nos cursos da Instituição.

As diretrizes básicas da política para o corpo docente são:

- Consolidação de um quadro docente titulado e altamente qualificado que responda em qualidade e quantidade o exercício das funções no ensino, pesquisa e extensão, procurando atender aos padrões e indicadores de qualidade estabelecidos pelo MEC;
- Selecionar, preferencialmente, profissionais já titulados e disponíveis no mercado;
- Estabelecer uma política interna de qualificação de docentes auxiliando os mesmos a identificar programas de Mestrado e/ou Doutorado para se qualificarem com os apoios e auxílios previstos no Plano de Carreira Docente;
- Aproveitar, nos treinamentos, cursos e/ou capacitação de pessoal, os docentes especializados em cada área.

Quanto à titulação, a FACIC tem buscado a composição superior a 2/3 de professores titulados, entre Mestres e Doutores, sendo este um dos fatores que contribui para a excelência do ensino oferecido.

4.1.1.1. EXPERIÊNCIA NO MAGISTÉRIO

A experiência no magistério ou na educação profissional é valorizada no momento da contratação dos docentes, pois possibilita ao docente uma atuação segura, com foco na aprendizagem dos alunos e integrada às propostas pedagógicas (tanto na dimensão do coletivo como na dimensão do profissional), essa experiência tanto dentro como fora do magistério possibilita uma abordagem que articule os conteúdos às necessidades da atuação profissional, o que resulta na contextualização do ensino.

4.1.1.2. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E CONTRATAÇÃO DE PROFESSORES

Para o processo de ingresso do docente, a FACIC se utiliza de procedimentos adequados às suas necessidades, sendo, além da análise do currículo lattes, no qual se inclui uma formação acadêmica mais avançada; da entrevista formal que vai além da simples abordagem do interesse do candidato e uma

aula didática sobre assunto relacionado com a área de conhecimento da unidade curricular a qual o mesmo se candidata.

A admissão de professor é realizada, mediante processo seletivo, a cargo do Coordenador do Curso e supervisionado pela Direção Acadêmica e/ou Direção Geral.

Consciente de que o compromisso do professor e consequentemente, a sua atuação plena e participativa no ensino, na pesquisa e na extensão são também diretamente proporcionais ao tipo de vínculo empregatício, cuida a Instituição de, paulatinamente, ampliar o sistema de contratação em regime de tempo parcial/integral.

Os critérios que norteiam a contratação de professores podem ser resumidos nos seguintes aspectos:

- Professores com titulação mínima de especialista;
- Professores com aderência para ministrar aulas nas disciplinas presentes na estrutura curricular dos cursos que a FACIC oferece;
- Professores com experiência docente e não docente;
- Professores com experiência docente em cursos superiores de, pelo menos, três anos;
- Professores capacitados para estabelecer boa relação com os discentes, com os seus pares e com as lideranças acadêmicas;
- Professores comprometidos com a educação permanente;
- Professores com potencial para somar as atividades de pesquisa e Extensão, às atividades docentes;
- Professores comprometidos com a aprendizagem dos discentes;
- Professores com elevada capacidade de comunicação oral e escrita; e
- Professores com boas relações sociais nas organizações locais.

4.1.1.3. REGIME DE TRABALHO EVENTUAL E SUBSTITUIÇÃO DE PROFESSORES

Os docentes da FACIC são contratados como Professores de Ensino, em um dos seguintes regimes de trabalho:

- Docente em tempo Integral - O regime de trabalho docente em tempo integral compreende a prestação de 40 horas semanais de trabalho, na instituição, nele reservado o tempo de, pelo menos, 20 horas semanais para estudos, trabalhos de extensão, planejamento e avaliação;

- Docente em tempo parcial - Docentes contratados com doze (12) ou mais horas semanais de trabalho, na mesma instituição, nelas, reservados, pelo menos, 25% do tempo para estudos, planejamento, avaliação e orientação de alunos;

- Docentes horistas - Docentes contratados pela instituição, exclusivamente, para ministrar horas-aula, independentemente da carga horária contratada, ou que não se enquadrem nos outros regimes de trabalho definidos acima.

Em caso de SUBSTITUIÇÃO de um docente, o mesmo, preferencialmente, deverá ser substituído por um professor do quadro permanente da FACIC, caso exista. Caso não exista um docente da FACIC que possa substituir com a mesma qualidade do anterior em suas respectivas disciplinas, o procedimento será o mesmo para contração/seleção, obviamente, considerando o aspecto temporário da situação.

Os professores das categorias especiais integram o corpo docente da Instituição, porém não fazem parte do Plano de Carreira.

As atividades, responsabilidades e remuneração dos professores das categorias especiais constam de documento contratual específico.

4.2. E 4.4. POLÍTICAS DE QUALIFICAÇÃO DOCENTE E FORMAÇÃO CONTINUADA

A política de qualificação docente tem por objetivo promover a melhoria da qualidade das funções de ensino, pesquisa e extensão da FACIC, por meio de cursos de pós-graduação e de Formação Continuada e atualização profissional, oportunizando aos professores condições de aprofundamento e/ou aperfeiçoamento de seus conhecimentos científicos, tecnológicos e profissionais.

A FACIC oferece aos seus professores e tutores os seguintes incentivos, além dos previstos no Plano de Carreira:

- Bolsas de estudos e/ou descontos para os cursos de doutorado, mestrado, especialização ou aperfeiçoamento, em instituições brasileiras;
- Concessão de bolsas e/ou descontos a recém-graduados para os cursos de pós-graduação lato sensu, como incentivo para o ingresso na carreira de magistério da Instituição, tendo preferência os ex-monitores;
- Concessão de auxílio para que participem de congressos, seminários, simpósios e eventos similares, em sua área de atuação ou em área afim;
- Oferta de cursos de Formação Continuada e atualização profissional, com bolsas;
- Desconto progressivo na mensalidade dos cursos para cônjuges e filhos de acordo com o tempo de serviço;
- Licença, sem perda do vencimento (integral ou parcial), para participação em programas, externos ou internos, de pós-graduação e/ ou de qualificação profissional, quando atender os requisitos previstos no regimento da Instituição.

Os professores poderão se inscrever, de acordo com os seguintes critérios:

- Nos programas de doutorado, terão prioridade os que possuem, no mínimo, o título de mestrado, em nível de pós-graduação *stricto sensu*;
- Nos programas de mestrado, terão prioridade os que sejam portadores de certificados de cursos de especialização, em nível de pós-graduação *lato sensu;*
- Nos cursos de qualificação ou de atualização profissional, os que estejam atuando na área do

curso ou que tenham pretensões de promoção para essa área.

Os programas de pós-graduação e de treinamento profissional serão financiados com recursos próprios da mantenedora, e por recursos alocados por terceiros, notadamente a CAPES.

Os orçamentos anuais ou plurianuais da FACIC destinam recursos suficientes para a execução do plano de qualificação docente.

A FACIC anualmente aprova as ações e metas para o plano de qualificação docente para o ano letivo seguinte, bem como sua articulação com os planos similares de instituições congêneres e de organismos de financiamento da extensão e da pós-graduação.

São pré-requisitos do docente candidato à seleção de bolsas do plano de qualificação docente:

- Ser do quadro permanente da FACIC há mais de dois anos;
- Estar participando do desenvolvimento de atividades de apoio técnico à docência;
- Ser aprovado a proposta de qualificação pelo colegiado do curso;
- Aos participantes serão concedidos os seguintes benefícios:
- Mensalidades de manutenção para os candidatos selecionados;
- Auxílio-tese;
- Auxílio-instalação/retorno (na modalidade de bolsa integral);
- Taxas Tese, quando o curso for realizado em instituições privadas.

4.3. POLÍTICA DE CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO CONTINUADA PARA O CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

- A política de formação e capacitação do Corpo Técnico-Administrativo tem por objetivo promover a melhoria da qualidade das funções exercidas pelos colaboradores a FACIC, por meio de cursos de Graduação, Pós-graduação, de Formação Continuada e Atualização Profissional, oportunizando aos mesmos condições de aprofundamento e/ou aperfeiçoamento de seus conhecimentos técnicos e profissionais.

A FACIC oferece aos seus colaboradores técnico-administrativos os seguintes incentivos, além dos previstos no Plano de Carreira:

- Bolsas de estudos e/ou descontos para cursos de graduação, pós-graduação (especialização) ofertados pela própria Faculdade;
- Bolsas de estudos e/ou descontos em cursos de pós-graduação (doutorado, mestrado, em instituições brasileiras);
- Concessão de bolsas a recém-graduados para os cursos de pós-graduação lato sensu;
- Concessão de auxílio para que participem de congressos, seminários, simpósios e eventos similares, em sua área de atuação ou em área afim;
- Oferta de cursos de Formação Continuada e atualização profissional, com bolsas;

- Desconto progressivo na mensalidade dos cursos para cônjuges e filhos de acordo com o tempo de serviço;
- Licença, sem perda do vencimento (integral ou parcial), para participação em programas, externos ou internos, de pós-graduação e/ ou de qualificação profissional, quando atender os requisitos previstos no regimento da Instituição.

Os colaboradores técnico-administrativos poderão se inscrever, de acordo com os seguintes critérios:

- Nos programas de doutorado, terão prioridade os que possuem, no mínimo, o título de mestrado;
- Nos programas de mestrado, terão prioridade os que sejam portadores de certificados de especialização, em nível de pós-graduação lato sensu;
- Nos cursos de qualificação ou de atualização profissional, os que estejam atuando na área do curso ou que tenham pretensões de promoção para essa área.
- Os programas de pós-graduação e de treinamento profissional serão financiados com recursos próprios da mantenedora.
- Os orçamentos anuais ou plurianuais da FACIC destinam recursos suficientes para a execução do plano de formação e capacitação dos colaboradores técnico-administrativos.

São pré-requisitos do colaborador candidato à seleção de bolsas do plano de formação e capacitação:

- Ser do quadro permanente da FACIC há mais de um ano;
- Ser aprovado a proposta de formação e capacitação pelo Conselho do Curso ou Órgão Similar que o mesmo esteja lotado.

4.3.1. CORPO TÉCNICO–ADMINISTRATIVO CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E CONTRATAÇÃO

A admissão dos profissionais do Corpo Técnico-Administrativo é condicionada à existência de vagas e, far-se-á pela Diretoria Geral, ouvida a Diretoria Administrativa e aprovada pela Mantenedora.

O corpo técnico-administrativo e de apoio é contratado de acordo com as normas da CLT, sendo constituído por todos os funcionários não-docentes da FACIC, a saber: agentes administrativos, auxiliares de serviços, secretarias e demais funcionários indispensáveis na forma do organograma estrutural da Instituição.

Para ser admitido, o pessoal técnico-administrativo e de apoio deve preencher algumas exigências de qualificação, tais como:

- Apresentar características de liderança;
- Ser inovador no desempenho de suas tarefas na área específica das funções que exerce e na área de informática;
- Ser empático e democrático em relação aos colegas;
- Demonstrar domínio de conhecimentos na sua área de trabalho;
- Estar predisposto à formação contínua;

- Experiência, quando de função técnica.

A seleção será realizada por meio de análise de currículo e entrevista pessoal com o responsável/coordenador do setor/departamento/área de trabalho. Também poderá ser utilizado o critério de promoção dos colaboradores/funcionários da FACIC interessados em exercerem novas funções dentro do organograma da Instituição.

4.3.2. CRONOGRAMA DE DESENVOLVIMENTO E EXPANSÃO DO CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

TITULAÇÃO	REGIME DE TRABALHO	ATÉ 2026
Nível Fundamental	Tempo Integral	10
Nível Médio	Tempo Integral	10
Graduado	Tempo Integral	5
Especialização	Tempo Integral	5

A FACIC possui uma política de qualificação técnica que tem por objetivo promover a melhoria da qualidade, por meio de treinamentos, cursos e atualização profissional, oportunizando condições de aperfeiçoamento dos conhecimentos científicos, tecnológicos e profissionais de seus colaboradores técnico-administrativos.

A Faculdade oferece os seguintes incentivos, além dos previstos no Plano de Carreira:

- Concessão de bolsas em cursos de pós-graduação lato sensu, como incentivo para o desenvolvimento na carreira de magistério da FACIC;
- Concessão de auxílio para que participem de congressos, seminários, simpósios e eventos similares, na área a fim de sua atividade;
- Oferta de cursos de formação continuada e atualização profissional, com bolsas;
- Desconto progressivo na mensalidade dos cursos para cônjuges e filhos de acordo com critérios a serem estabelecidos por planos de carreira, cargos e salários;
- Auxílio para participação em programas, externos ou internos, de pós-graduação e/ou de qualificação profissional.

Os técnico-administrativos da FACIC podem se inscrever, de acordo com os seguintes critérios:

- Nos cursos de qualificação ou de atualização profissional: os que estejam atuando na área do curso ou que tenham pretensões de promoção para essa área;
- Os programas de pós-graduação, graduação e de treinamento profissional, incluídos na política de qualificação técnica serão financiados com recursos próprios da Mantenedora, e por recursos alocados por terceiros.

Os orçamentos anuais da FACIC destinarão recursos suficientes para a execução da política de qualificação técnica.

A FACIC anualmente analisa para aprovação as ações e metas da política de qualificação técnica para o ano letivo seguinte, bem como sua articulação com os planos similares de instituições congêneres e de organismos de financiamento da pós-graduação.

O Corpo Técnico-Administrativo da FACIC é constituído pelas pessoas enquadradas nesta categoria e que prestem serviços de apoio técnico, administrativo e operacional, bem como de assessoramento a todos os órgãos e níveis hierárquicos da Instituição, que desempenhem as seguintes funções:

- Gerências, tais como: administração, controle, coordenação, supervisão e avaliação;
- Atividades técnicas de assessoria e suporte à administração superior ou intermediária, que demandem análises, pareceres, procedimentos e execução;
- Atividades de apoio administrativo;
- Atividades de apoio operacional em execução de serviços gerais, necessários ao bom desempenho institucional.

O Corpo Técnico-Administrativo da FACIC é constituído pelas seguintes categorias:

- Auxiliar de Serviços Gerais;
- Auxiliar Administrativo;
- Técnico Administrativo de Nível Médio;
- Técnico Administrativo de Nível Superior.

O regime de trabalho dos funcionários da Instituição é o previsto na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, pela qual se regem todos os respectivos contratos.

4.5 PROCESSOS DE GESTÃO INSTITUCIONAL

4.5.1. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DA INSTITUIÇÃO

4.5.2. POLÍTICAS DE GESTÃO

O modelo desenhado para a gestão acadêmica da FACIC dispõe de organização formal com estrutura simples, que visa propiciar à administração agilidade e flexibilidade para responder às exigências do mundo moderno.

As áreas de conhecimento em que estão situados os cursos de graduação contam com coordenações específicas e os cursos dispõem de coordenadores próprios que dão cumprimento às diretrizes curriculares, controle de frequência de professores e alunos, distribuição de cargas horárias, projetos pedagógicos e outras questões essenciais na vida dos cursos, consequentemente, da gestão acadêmica.

A estrutura organizacional caracteriza-se por níveis hierárquicos responsáveis pela formulação, deliberação e execução das atividades institucionais, que se interpenetram, objetivando a qualidade da

formação profissional e da gestão, possibilitando a implantação das medidas.

Os órgãos de deliberação e de execução são concebidos com poucos níveis hierárquicos, uma vez que a hierarquia menos extensa contribui para tornar mais fácil a comunicação, exige menor controle burocrático, facilita a gestão de processos e de rotinas e a delegação de competências, podendo-se obter, em consequência, maior envolvimento dos corpos docente e discente e técnico-administrativo.

Essa estrutura permite instaurar processos de decisão mais ágeis, com a participação dos diferentes segmentos que constituem a comunidade acadêmica, possibilitando aos setores autonomia e responsabilidade pelas decisões adotadas.

4.5.3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA FACULDADE

A estrutura organizacional da Faculdade é composta dos seguintes órgãos:

- Conselho Superior (CONSUP);
- Diretoria;
- Instituto Superior de Educação (ISE);
- Conselho de Curso de Graduação;
- Coordenadoria de Curso de Graduação;
- Núcleo Docente Estruturante (NDE);
- Comissão Própria de Avaliação (CPA); e
- Núcleo Multidisciplinar de Educação a Distância (NEAD)

Ao Conselho Superior e a cada Conselho de Curso de Graduação aplicam-se as seguintes normas:

- O Conselho funciona com a presença da maioria absoluta de seus membros e decide com maioria simples, salvo nos casos previstos neste Regimento;
- O Presidente do Conselho, além de seu voto, tem, nos casos de empate, o voto de qualidade;
- As reuniões que não se realizem em datas pré-fixadas no calendário acadêmico são convocadas com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, salvo em caso de urgência, constando da convocação a pauta dos assuntos;
- As reuniões de caráter solene são públicas e funcionam com qualquer número;
- Das reuniões é lavrada ata, lida e assinada na mesma reunião ou na seguinte;
- É obrigatório e tem preferência sobre qualquer outra atividade o comparecimento dos membros às reuniões dos colegiados.

São adotadas as seguintes normas nas votações:

- Nas decisões atinentes a pessoas, a votação é, sempre, secreta;
- Nos demais casos, a votação é simbólica, podendo, mediante requerimento aprovado, ser normal ou secreta;

- Não é admitido o voto por procuração;
- O membro de colegiado que acumule cargo ou função tem direito, apenas, a um voto.

As decisões do Conselho Superior podem, conforme a natureza, assumir a forma de resoluções, deliberações, portarias ou instruções normativas, a serem baixadas pela Diretora Geral.

O Conselho Superior reúne-se, ordinariamente, 2 (duas) vezes em cada semestre, e, extraordinariamente, quando convocados pela Diretora Geral ou a requerimento de 2/3 (dois terços) dos respectivos membros, com pauta definida.

A Diretora Geral pode pedir reexame de decisão do Conselho Superior até 15 (quinze) dias após a reunião em que tiver sido tomada, convocando o respectivo colegiado para conhecimento de suas razões e para deliberação final.

A rejeição ao pedido de reexame pode ocorrer somente pelo voto de, no mínimo, 2/3 (dois) terços dos membros componentes do respectivo colegiado.

Da rejeição ao pedido, em matéria que envolva assunto econômico-financeiro, há recurso ex officio para a Mantenedora, dentro de 10 (dez) dias, sendo a decisão desta considerada final sobre a matéria.

O Curso de Graduação é a unidade básica da Faculdade para todos os efeitos de organização administrativa e didático-científica, sendo integrado pelos professores das disciplinas que compõem o currículo do mesmo, pelos alunos nelas matriculados, e pelo pessoal técnico-administrativo, nele lotado.

O Curso de Graduação é integrado pelo Conselho de Curso, para as funções deliberativas e normativas, e pela Coordenadoria de Curso, para as tarefas executivas.

4.5.3.1. DO CONSELHO SUPERIOR

O Conselho Superior (CONSUP), órgão deliberativo e normativo da Faculdade é constituído pelos seguintes membros, todos indicados:

- Diretora Geral, seu Presidente nato;
- Secretário-Geral;
- Secretário Administrativo;
- Coordenador do ISE;
- Coordenadores de Cursos de Graduação;
- Coordenador de Cursos de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão;
- Um representante do corpo docente;
- Um representante do corpo discente;
- Um representante do corpo técnico-administrativo;
- Um representante da Mantenedora.

O mandato dos representantes é de um ano, permitida a recondução, exceto para o representante da Mantenedora, cuja permanência será constante, por indicação do titular da Mantenedora.

Compete ao Conselho Superior:

- Deliberar sobre o plano de desenvolvimento institucional (PDI) da Faculdade;
- Regulamentar o funcionamento dos cursos de graduação, de pós-graduação, de extensão e os programas de pesquisa da Faculdade, obedecida a legislação educacional;
- Deliberar sobre a criação, organização e extinção de graduação, de pós-graduação e de extensão da Faculdade, fixando-lhes as vagas anuais atendida a legislação vigente;
- Fixar os currículos dos cursos e programas da Faculdade, observadas as diretrizes curriculares nacionais, fixadas pelo MEC;
- Regulamentar o desenvolvimento de estágios supervisionados, trabalhos de conclusão de curso e atividades complementares, de acordo com as diretrizes curriculares nacionais;
- Deliberar sobre normas ou instruções para avaliação institucional e pedagógica da Faculdade e de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- Disciplinar a realização do processo seletivo para ingresso nos cursos de graduação e em outros cursos;
- Regulamentar as atividades de apoio à pesquisa e ao desenvolvimento da extensão e deliberar sobre projetos e programas que lhe forem submetidos pela Diretora Geral;
- Fixar normas complementares a este Regimento, relativas ao ingresso do aluno, ao seu desenvolvimento e diplomação, transferências, trancamento de matrículas, matrícula de graduados, avaliação da aprendizagem, aproveitamento de estudos e de conhecimentos adquiridos na educação profissional, inclusive no trabalho, aceleração de estudos para alunos com extraordinário aproveitamento e regime especial com exercícios domiciliares, dependência e adaptação, além de normas e procedimentos para o ensino de graduação e pós-graduação, pesquisa e a extensão, obedecida a legislação educacional e correlata;
- Elaborar e reformar o seu regulamento, em consonância com as normas gerais atinentes;
- Regulamentar as atividades de todos os setores da Faculdade;
- Emitir parecer sobre contratos, acordos, convênios e outras matérias que lhe forem submetidos pela Diretora Geral;
- Aprovar o orçamento e o plano anual de atividades da Faculdade;
- Decidir sobre os recursos interpostos de decisões dos demais órgãos;
- Deliberar sobre o relatório anual da Diretoria;
- Aprovar medidas que visem ao aperfeiçoamento e desenvolvimento das atividades da Faculdade;
- Decidir sobre a concessão de dignidades acadêmicas;
- Exercer as demais atribuições que lhe sejam previstas em lei, neste Regimento e demais normas aplicáveis.

4.5.3.2. DA DIRETORIA

A Diretoria, integrada pela Diretora Geral, pelo Secretário-Geral e pelo Secretário Administrativo, que são órgãos executivos superior de planejamento e gestão de todas as atividades da Faculdade.

A Diretora Geral é designado pela Mantenedora, com mandato de 02 (dois anos), podendo haver recondução, sendo substituído, em suas faltas e impedimentos eventuais, pelo o Secretário-Geral.

Cabe a Diretora Geral designar, Secretário-Geral e o Secretário Administrativo, que também terão mandato de 2 (dois) anos, podendo também haver recondução.

4.5.3.2.1. DA DIRETORA GERAL

São atribuições do Diretora Geral:

- Superintender todas as funções e serviços da Faculdade;
- Representar a Faculdade perante as autoridades e as instituições de ensino;
- Propor a criação de cursos de graduação, pós-graduação e extensão, e as vagas respectivas, assim como linhas ou projetos de pesquisa;
- Decidir sobre os pedidos de matrícula, trancamento de matrícula e transferência e similares, obedecendo à legislação educacional em vigor;
- Promover a avaliação institucional e pedagógica da Faculdade;
- Convocar e presidir as reuniões do CONSUP;
- Elaborar o plano anual de atividades e submetê-lo à aprovação do CONSUP;
- Elaborar a proposta orçamentária;
- Conferir graus e assinar diplomas, títulos e certificados escolares;
- Zelar pela manutenção da ordem e da disciplina, no âmbito da Faculdade, respondendo por abuso ou omissão;
- Propor à Mantenedora a contratação ou dispensa de pessoal docente e técnico-administrativo;
- Promover as ações necessárias à autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos, assim como as relativas ao recredenciamento da Faculdade;
- Designar os representantes junto aos órgãos colegiados, assim como os ocupantes de cargos ou funções de direção, chefia coordenadoria, assessoramento ou consultoria;
- Deliberar sobre publicações, sempre que estas envolvam responsabilidade da Faculdade;
- Cumprir e fazer cumprir as disposições deste Regimento e demais normas pertinentes;
- Homologar ou pedir reexame das decisões dos colegiados;
- Estabelecer normas complementares a este Regimento, para o funcionamento dos setores acadêmico, técnico e de apoio administrativo, obedecida a legislação pertinente;
- Fixar o regulamento dos setores que integram a Diretoria;
- Resolver os casos omissos neste Regimento, ad referendum do CONSUP;
- Exercer as demais atribuições que lhe sejam previstas em lei e neste Regimento.

4.5.3.2.2. DO SECRETÁRIO-GERAL

São atribuições do Secretário-Geral:

- Propor à Direção Geral as modificações concernentes ao processo ensino-aprendizagem da

Faculdade;

- Coordenar a elaboração do relatório geral de atividades de ensino da Faculdade;
- Indicar à Direção Geral a necessidade de contratação e dispensa de professores;
- Emitir parecer, quando necessário, sobre as ementas e planos de ensino das disciplinas dos currículos dos cursos da Faculdade;
- Avaliar e sugerir alterações nas atividades didáticas dos cursos;
- Acompanhar, avaliar e orientar o processo de avaliação do desempenho escolar;
- Planejar, avaliar e acompanhar a metodologia de ensino aplicada em salas de aula, laboratórios e demais ambientes acadêmicos;
- Propor medidas e atos que venham melhorar a qualidade do ensino;
- Supervisionar o corpo docente da Faculdade relativo à: apreciação de processos de admissão, nomeação e promoção;
- Organizar e manter cadastros e registros, dos programas e das atividades didático-pedagógicas;
- Promover a sistemática de avaliação do desempenho docente;
- Promover a coordenação das atividades de documentação e intercâmbio cultural, em especial no que concerne ao funcionamento da biblioteca;
- Elaborar os planos de intercâmbio de publicações e trabalhos didático-científicos;
- Supervisionar as atividades da Secretaria Acadêmica e demais órgãos de apoio e suplementares;
- Exercer o poder disciplinar no âmbito de sua competência;
- Planejar, orientar e coordenar as atividades de ensino de graduação;
- Pronunciar-se sobre propostas de convênios que interessem às atividades de ensino;
- Supervisionar o planejamento, coordenação e avaliação das atividades de ensino;
- Acompanhar as atividades de capacitação docente em nível de pós-graduação;
- Elaborar programa de extensão a ser desenvolvido pela Faculdade;
- Designar Coordenação Pedagógica para auxiliar à Direção Pedagógica em todas as atribuições descritas acima;
- Exercer outras atribuições previstas neste Regimento e demais atividades que lhes sejam delegadas pela Diretora Geral e que, por sua natureza, recaiam na esfera de sua competência.

4.5.3.2.3 DO SECRETÁRIO ADMINISTRATIVO

São atribuições do Secretário Administrativo:

- Planejar, orientar, coordenar e superintender todas as atividades relacionadas com os assuntos administrativos;
- Elaborar normas relativas a recursos humanos, financeiros e materiais;
- Elaborar e submeter à aprovação do Conselho Diretor a proposta orçamentária a ser encaminhada à Mantenedora;
- Superintender os serviços relativos aos setores de pessoal e de material, fazendo organizar, nas épocas próprias, os inventários e relatórios a serem remetidos aos órgãos competentes;
- Promover o treinamento e o aperfeiçoamento do pessoal administrativo;
- Exercer ação disciplinar, na esfera de sua competência;
- Exercer as demais atribuições delegadas pela Diretora Geral ou que, por sua natureza, recaiam na esfera de sua competência.

4.5.3.3. DO INSTITUTO SUPERIOR E EDUCAÇÃO (ISE)

O Instituto Superior de Educação (ISE), de caráter profissional, visa à formação inicial, continuada e complementar para o magistério da educação básica, podendo incluir os seguintes cursos e programas:

- Cursos de licenciatura destinados à formação de docentes da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio;
- Programas de formação continuada, destinados à atualização de profissionais da educação básica nos diversos níveis;
- Programas especiais de formação pedagógica, destinados a portadores de diploma de nível superior que desejem ensinar nos anos finais do ensino fundamental ou no ensino médio, em áreas de conhecimento ou disciplinas de sua especialidade, nos termos da Resolução CNE nº 2/97;
- Formação pós-graduada, de caráter profissional, voltada para a atuação na educação básica.
- O Instituto Superior de Educação é a unidade acadêmico-administrativa da Faculdade, diretamente ligada à Secretaria Geral.
- O ISE é administrado por um Coordenador, designado pelo Secretário-Geral, devendo ter titulação compatível com aquela prevista na legislação.
- O corpo docente do ISE participa, em seu conjunto, da elaboração, execução e avaliação dos projetos pedagógicos das licenciaturas e dos demais cursos e programas para a formação, especialização, aperfeiçoamento ou atualização de profissionais para a educação básica.
- Os cursos e programas do ISE observarão, na formação de seus alunos:
- A articulação entre teoria e prática, valorizando o exercício da docência;
- A articulação entre áreas do conhecimento ou disciplinas;
- O aproveitamento da formação e experiências anteriores em instituições de ensino e na prática profissional;
- A ampliação dos horizontes culturais e o desenvolvimento da sensibilidade para as transformações do mundo contemporâneo;
- Integram o ISE os cursos de licenciatura, com os respectivos colegiados e coordenadorias;
- Cabe ao CONSUP aprovar o Regulamento do ISE, mediante proposta do Secretário-Geral.

4.5.3.4. DO CONSELHO DE CURSO DE GRADUAÇÃO

O Conselho de Curso de Graduação é integrado pelos seguintes membros:

- O Coordenador do Curso de Graduação, que o preside;
- Os membros corpo docente do curso;
- Um representante do corpo discente, escolhido dentre os representantes de turma, com mandato de um ano, com direito a recondução;
- Um representante do corpo técnico-administrativo, escolhido dentre os representantes de turma, com mandato de um ano, com direito a recondução;

Compete ao Conselho de Curso de Graduação:

- Deliberar sobre o projeto pedagógico do curso;
- Deliberar sobre os programas e planos de ensino das disciplinas;
- Emitir parecer sobre os projetos de ensino que lhe forem apresentados, para decisão final do CONSUP;
- Opinar, quando consultado, sobre admissão, promoção e afastamento de seu pessoal docente;
- Aprovar o plano e o calendário anual de atividades do Curso de Graduação, elaborado pelo respectivo Coordenador;
- Promover a avaliação periódica do curso de graduação;
- Exercer as demais competências que lhe sejam previstas em lei e neste Regimento.

4.5.3.5. DA COORDENADORIA DE CURSO DE GRADUAÇÃO

O Coordenador de Curso é designado pela Diretora Geral, com titulação adequada às suas funções.

São atribuições do Coordenador de Curso de Graduação:

- Superintender todas as atividades da Coordenadoria, representando-a junto às autoridades e órgãos da Faculdade;
- Convocar e presidir as reuniões do Conselho de Curso de Graduação;
- Acompanhar a execução das atividades programadas, bem como a assiduidade dos professores e alunos;
- Apresentar, semestralmente, ao Conselho de Curso de Graduação e à Diretoria, relatório das atividades da Coordenadoria;
- Sugerir a contratação ou dispensa do pessoal docente, técnico-administrativo e monitores;
- Encaminhar, ao setor responsável pelo controle acadêmico, nos prazos fixados pela Diretora Geral, os relatórios e informações sobre avaliações e frequência de alunos;
- Promover, periodicamente, a avaliação das atividades e programas do Curso, assim como dos alunos e do pessoal docente e não docente nele lotado;
- Propor ou encaminhar proposta, na forma deste Regimento, para a criação de cursos sequenciais, de tecnologia, de pós-graduação e o desenvolvimento de eventos extracurriculares, culturais ou desportivos;
- Distribuir encargos de ensino, entre seus professores, respeitada as especialidades;
- Decidir, após pronunciamento do professor da disciplina, sobre aproveitamento de estudos e adaptações de alunos;
- Exercer as demais atribuições que lhe sejam previstas em lei e neste Regimento.

Ao CONSUP compete expedir normas complementares para a organização e o funcionamento da Coordenadoria de Curso de Graduação e sua articulação com os demais órgãos da Faculdade.

4.5.3.6. DA SECRETARIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO

O Coordenador de Curso de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão é designado pela Diretora Geral, com titulação adequada às suas funções.

São atribuições do Coordenador de Curso de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão:

- Superintender todas as atividades da Coordenadoria, representando-a junto às autoridades e órgãos da Faculdade;
- Acompanhar a execução das atividades programadas, bem como a assiduidade dos professores e alunos;
- Apresentar, semestralmente, à Diretoria, relatório das atividades da Coordenadoria;
- Sugerir a contratação ou dispensa do pessoal docente, técnico- administrativo e monitores;
- Encaminhar, ao setor responsável pelo controle acadêmico, nos prazos fixados pela Diretora Geral, os relatórios e informações sobre avaliações e freqüência de alunos;
- Promover, periodicamente, a avaliação das atividades e programas da Coordenadoria, assim como dos alunos e do pessoal docente e não docente nela lotado;
- Propor ou encaminhar proposta, na forma deste Regimento, para a criação de cursos de pós-graduação, programas de pesquisa e cursos de extensão;
- Decidir, após pronunciamento do professor da disciplina, sobre aproveitamento de estudos e adaptações de alunos;
- Exercer as demais atribuições que lhe sejam previstas em lei e neste Regimento.

Ao CONSUP compete expedir normas complementares para a organização e o funcionamento da Coordenadoria de Curso de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão e sua articulação com os demais órgãos da Faculdade.

Todos os órgãos acadêmicos citados possuem regimento próprio contendo uma especificação mais detalhada da sua função e representação.

4.5.3.7. DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE – NDE

O Núcleo Docente Estruturante NDE é o órgão consultivo responsável pela concepção dos Projetos Pedagógicos dos Cursos e tem por finalidade a implantação dos mesmos.

São atribuições do Núcleo Docente Estruturante dos Cursos de Graduação da FACIC:

Elaborar o Projeto Pedagógico dos Cursos, definindo sua concepção e fundamentos, bem como manter os mesmos sempre atualizados;

1. Contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;
2. Zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;
3. Indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de

necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;

4. Zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de graduação da FACIC;
5. Conduzir os trabalhos de reestruturação curricular, para aprovação nos respectivos Conselhos de Cursos e no Conselho Superior da Faculdade, sempre que necessário;

Promover a integração horizontal e vertical do curso, respeitando os eixos estabelecidos pelos projetos pedagógicos dos cursos de graduação;

Acompanhar as atividades do corpo docente, recomendando à Direção da Faculdade a indicação ou substituição de docentes, quando necessário.

O Núcleo Docente Estruturante de cada curso de graduação é constituído por, pelo menos, cinco membros do corpo docente dos seus respectivos cursos.

A indicação dos representantes docentes para o NDE de cada curso será feita pela Diretora da Faculdade para um mandato de 3 (três) anos, com possibilidade de recondução.

Os docentes que compõem o NDE devem ter, pelo menos, 60% de seus membros com titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação Stricto Sensu.

O percentual de docentes que compõem o NDE com formação acadêmica específica na área específica dos cursos deve ser de pelo menos 20% (vinte por cento).

Todos os componentes do NDE devem ser contratados em regime de trabalho de tempo integral ou parcial, e destes, pelo menos 20% em regime de tempo integral.

O NDE será gerido através de Regulamento aprovado pelo CONSUP.

4.5.3.8. NÚCLEO MULTIDISCIPLINAR DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA (NEAD)

O NEAD é o órgão de execução da política de educação a distância subordinado à Diretoria-Geral da FACIC, tendo seções vinculadas a cada curso de graduação da Instituição, tem por finalidade disseminar a cultura de EAD em todas as instâncias da FACIC, projetando, implementando e coordenando o uso dos recursos necessários ao processo de ensino-aprendizagem a distância.

O NEAD tem como atribuições:

I – planejar e promover a atualização contínua das tecnologias de informação e comunicação na FACIC;

II - desenvolver e propor projetos relacionados a EAD;

III - acompanhar e assessorar projetos e desenvolvimento de programas, cursos e disciplinas oferecidos na modalidade a distância;

IV - disseminar o uso das tecnologias de informação e comunicação para apoio às atividades didáticas;

V - gerenciar o uso do ambiente virtual de aprendizagem;

VI - oferecer formação para que professores possam atuar em atividades na modalidade a distância;

VII - apoiar e incentivar a produção do conhecimento em EAD;

VIII - propor parcerias com e entre universidades, instituições de ensino superior, nacionais e internacionais, públicas e/ou privadas e secretarias de educação;

IX - realizar avaliação contínua e abrangente de todos os programas, cursos e disciplinas oferecidos na modalidade a distância.

O NEAD é regido por regulamento próprio aprovado pelo Conselho Superior (CONSUP) da Faculdade de Ciências Humanas do Estado de São Paulo (FACIC).

4.5.3.9. ÓRGÃOS COMPLEMENTARES DE APOIO ACADÊMICO:

- Secretaria Acadêmica;
- Laboratórios Especializados
- Centro de Tecnologia da Informação - CTI
- Brinquedoteca
- Coordenadoria de Comunicação e Relações Institucionais
- Procuradoria Institucional
- Biblioteca;
- Núcleo de Atendimento ao Discente; e
- Ouvidoria.

4.6. SISTEMA DE CONTROLE DE PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO

Considerando as fases de construção dos itens do material didático, foi proposto um plano de ação para acompanhamento e execução de cada uma das etapas de responsabilidade dos envolvidos.

No plano de ação é possível identificar as ações, responsáveis, meios de desenvolvimento, justificativas e prazos de cada etapa. O objetivo do plano de ação é definir adequadamente a direção das atividades para execução, de modo a acompanhar os andamentos e identificar possíveis falhas para correção (contingência).

O processo de controle e produção do material didático encontra-se regulamentado no âmbito da IES, com acompanhamento permanente da equipe multidisciplinar, inclusive a partir do sistema de gerenciamento. A seguir o resumo do principal percurso do plano proposto para execução e controle dos fluxos de trabalho descritos.

O QUÊ?	QUEM?	COMO?	POR QUÊ?	QUANDO?
Elaborar Guia de estudos	Professor autor	Em contato direto com o designer, tendo como base um esboço/modelo próprio, que estabelece itens obrigatórios por unidade de estudos, iconização e demais orientações gerais para construção do material. Seguirá cronograma específico de etapas, acordado com o designer e coordenação de curso.	Devido a reestruturação de matrizes curriculares dos cursos e mudanças de carga horária, bem como a necessidade de um material mais dialógico e permita mais autonomia por parte do aluno.	6 meses antes do início do módulo da disciplina
Validação e correção ortográfica do Guia de Estudos	Designer e Revisor textual	Após o designer analisar a conformidade do material com as especificações, o corretor fará a revisão ortográfica do material para publicação.	Devido a necessidade de se produzir materiais de qualidade e com profissionalismo, pois farão parte da formação acadêmica dos alunos.	6 meses antes do início do módulo da disciplina
Elaborar Plano de Ensino	Professor autor	Em contato direto com o designer, a partir da conclusão do guia de estudos, e tendo como base um modelo padrão, a prévia do calendário acadêmico e as resoluções que orientam os procedimentos. Documento preenchido através de sistema próprio.	Devido à necessidade de planejar o processo de ensino do conteúdo, orientado pelo formato modular de ingresso, considerando os instrumentos de avaliação da instituição.	6 meses antes do início do módulo da disciplina

Elaborar Plano de estudos	Professor autor	Em contato direto com o designer, a partir da conclusão do plano de ensino, tendo como base um modelo padrão, a prévia do calendário acadêmico e as resoluções que orientam os procedimentos, bem como da disponibilidade de recursos tecnológicos. Documento preenchido através de sistema próprio.	Devido à necessidade de planejar o processo de aprendizagem do aluno diante do conteúdo, orientado prazos, pontuação e recursos, considerando os novos de avaliação da instituição. Servirá de base para analisar o conjunto de atividades da disciplina, o cumprimento do conteúdo, dos objetivos propostos no plano de ensino e para identificar previamente o uso de recursos e metodologias variadas na condução da disciplina.	6 meses antes do início do módulo da disciplina
Elaborar Roteiros das aulas	Professor autor	Em contato direto com o designer e coordenações de cursos, a partir da conclusão do plano de estudos, tendo como base um modelo padrão, bem como da disponibilidade de recursos tecnológicos.	Os roteiros são necessários para gravação das aulas, possibilitando ao designer a possibilidade de analisar a sequência de ideias, uma noção da duração da aula, antes da gravação dos vídeos.	6 meses antes do início do módulo da disciplina
Gravar os vídeos das aulas	Professor autor e equipe multdisciplinar	Tendo como base os roteiros preaviamente elaborados, as aulas serão gravadas nas dependências da instituição, ou externamente (desde que comprovada as condições técnicas e sempre com acompanhamento), visando identificar quaisquer problemas no ato da gravação. Seguirão orientações definidas pela gestão.	As aulas são gravadas antes do início da disciplina, de forma atemporal e serão disponibilizadas juntamente com as atividades. Necessário acompanhar a qualidade do material (áudio, conteúdo, imagem etc), que será utilizado nas demais ofertas da referida disciplina.	6 meses antes do início do módulo da disciplina

Elaborar atividades online	Professor autor	Tendo como base o guia de estudos, as aulas e o plano de estudos, devem ser elaboradas para serem realizadas online, de forma individual ou em grupo. O conjunto das atividades será analisado pelo designer, pelo professor titular e pelo núcleo de recursos tecnológicos, de forma a validar a viabilidade pedagógica e técnica de condução das propostas. Seguem formato padrão para desenvolvimento.	Devido à reestruturação das disciplinas faz-se necessário a elaboração de novos instrumentos de avaliação que estejam de acordo com o novo guia de estudos e aulas. Também é necessário a criação de gabaritos e detalhamento de avaliação visto as propostas serão avaliadas pelo tutor.	6 meses antes do início do módulo da disciplina
Elaborar atividades e provas presenciais	Professor autor	Tendo como base o guia de estudos, as aulas e o plano de estudos, devem ser elaboradas para serem realizadas de forma presencial. Seguem formato padrão para desenvolvimento. Será analisado pelo designer e pelo professor titular, de forma a validar a viabilidade pedagógica, metodológica e extensão das propostas dentro da disponibilidade de tempo para desenvolvimento pelos alunos.	Devido a reestruturação das disciplinas faz-se necessário elaboração de novos instrumentos de avaliação que estejam de acordo com o novo guia de estudos e aulas. Também é necessário a criação de gabaritos e detalhamento de avaliação visto as propostas serão avaliadas pelo tutor.	6 meses antes do início do módulo da disciplina

4.7. SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA: RELAÇÃO COM O DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

A sustentabilidade financeira é um conceito que se refere à capacidade de manter suas operações e cumprir suas obrigações financeiras a longo prazo. Envolve a capacidade de gerar receitas suficientes para cobrir os custos operacionais, investir em crescimento e desenvolvimento, e gerenciar de forma eficiente os recursos financeiros disponíveis.

A relação entre sustentabilidade financeira e desenvolvimento institucional é estreita. O desenvolvimento institucional refere-se ao aprimoramento das estruturas, processos e capacidades de uma instituição para atingir seus objetivos de maneira eficiente e eficaz. Isso inclui o fortalecimento da governança, a melhoria dos sistemas de gestão, o desenvolvimento de recursos humanos qualificados e a implementação de práticas sustentáveis.

A sustentabilidade financeira é um componente fundamental do desenvolvimento institucional, pois uma instituição que não possui uma base financeira sólida enfrenta desafios significativos para alcançar um crescimento sustentável e implementar melhorias institucionais.

4.7.1. DEMONSTRATIVO DE CAPACIDADE E SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

O orçamento elaborado para o PDI 2022-2026 tem como base as propostas realizadas para progressiva melhoria da qualidade e da oferta de um ensino superior adequado e condizente com a missão institucional. A partir dos objetivos e metas foram delineados planos de ação para o próximo ano, elaborados orçamentos e projetadas as respectivas necessidades de investimento, bem como as receitas decorrentes das atividades educacionais.

A gestão financeira da IES é realizada através de sistema gerencial informatizado, que permite o controle e gestão em tempo real, integrando com a contabilidade toda movimentação realizada.

Ao final de cada mês a Diretoria Administrativa disponibiliza em reunião toda movimentação ocorrida, as contas a pagar e o nível de inadimplência. Anualmente são realizados os fechamentos, apurando-se os saldos através da Demonstração de Resultados, do Balanço Geral de Ativo e Passivo e o Fluxo de Caixa.

4.7.2. DEMONSTRATIVO DE RECEITAS/DESPESAS

DISCRIMINAÇÃO	2022	2023	2024	2025	2026
RECEITAS (R$):	3.672.068,92	3.782.231,00	3.895.696,54	4.687.607,54	4.687.607,54
Anuidade / Mensalidade(+)	4.041.576,00	4.162.823,28	4.287.706,60	5.140.000,00	5.140.000,00
Bolsas (-)	-186.436,80	-192.029,90	-197.790,78	-217.568,00	-217.568,00
Diversos (+)	78.522,04	80.877,70	83.304,02	89.360,00	89.360,00
Financiamentos (+)					
Inadimplência (-)	-282.910,32	-291.397,62	-300.139,54	-360.139,54	-360.139,54
Serviços (+)	17.952,00	18.490,56	19.045,26	31.785,08	31.785,08
Taxas (+)	3.366,00	3.466,98	3.570,98	4.170,00	4.170,00
DESPESAS (R$):	-1.282.081,68	-1.327.704,16	-1.378.827,34	-1.637.570,94	-1.651.979,60
Acervo Bibliográfico (-)	-116.947,32	-120.455,74	-124.069,40	-141.068,00	-141.068,00
Aluguel (-)					
Despesas Administrativas (-)	-127.342,64	-131.162,92	-135.097,80	-141.097,80	-142.001,80
Encargos (-)	-105.099,72	-108.252,72	-111.500,30	-119.260,30	-121.061,80
Juros (-)					
Equipamentos (-)	-20.382,98	-20.994,46	-23.624,28	-42.000,00	-43.800,00
Eventos (-)	-12.382,66	-12.754,14	-12.778,02	-15.780,00	-16.000,00
Investimentos (-)	-34.682,90	-35.723,40	-38.530,00	-38.530,00	-39.800,00
Manutenção (-)	-7.022,58	-7.233,24	-8.024,00	-10.000,00	-10.000,00
DÉFICIT/SUPERAVIT (R$):	**2.389.987,24**	**1.245.263,42**	**1.258.435,23**	**1.447.200,41**	**1.647.050,30**

DISCRIMINAÇÃO	2022	2023	2024	2025	2026
Mobiliário (-)	-22.930,84	-23.618,78	-24.246,84	-26.246,84	-28.400,00
Pagamento Pessoal Administrativo (-)	-619.820,82	-638.415,44	-657.572,46	-776.000,00	-770.160,00
Pagamento Professores(-)	-180.580,42	-185.997,84	-191.588,24	-251.588,00	-253.588,00
Pesquisa e Extensão	-28.000,00	-36.000,00	-42.000,00	-60.000,00	-70.000,00
Treinamento (-)	-6.888,80	-7.095,48	-9.796,00	-16.000,00	-16.100,00
DÉFICIT/SUPERAVIT (R$):	**2.389.987,24**	**1.245.263,42**	**1.258.435,23**	**1.447.200,41**	**1.647.050,30**

4.8 SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA: PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE INTERNA

A sustentabilidade financeira é um fator crucial para a estabilidade e o sucesso de uma Instituição de Ensino Superior (IES), envolvendo a capacidade da instituição de gerar receitas suficientes para cobrir seus custos operacionais e investimentos, garantindo sua continuidade no longo prazo. A participação da comunidade interna, que inclui estudantes, professores, funcionários e outros membros da instituição. Algumas razões pelas quais essa participação é importante são Matrículas e Retenção de Estudantes, Engajamento dos Professores, Redução de Custos, Captação de Recursos, etc.

A participação da comunidade interna é fundamental para a sustentabilidade financeira, ao criar uma cultura de participação e envolvimento ativo, a instituição fortalece sua posição financeira e promove um ambiente propício ao crescimento e à excelência acadêmica.

Sendo assim a FACIC criou a COF – Comissão de Orçamentos e Finanças, é uma medida estratégica que pode auxiliar na sustentabilidade financeira da Faculdade de Ciências Humanas do Estado de São Paulo - FACIC. Essa comissão é responsável por analisar, planejar e monitorar as questões relacionadas ao orçamento e às finanças da instituição.

Os Objetivos da COF são:

1. Assessorar a direção da FACIC na elaboração e implementação de políticas financeiras e orçamentárias.
2. Contribuir para a sustentabilidade financeira da instituição, promovendo a eficiência na gestão dos recursos financeiros.
3. Desenvolver e monitorar o plano financeiro estratégico da FACIC.
4. Fornecer relatórios e análises financeiras regulares para auxiliar na tomada de decisões da direção e dos órgãos superiores.
5. Buscar oportunidades de receita e identificar áreas de melhoria para otimizar o desempenho financeiro da faculdade.

A COF será composta pelos seguintes membros:

- 1 representante da mantenedora: Renato José Alves
- 2 representantes docentes: Iago Santos Aguiar e Rosana Lucas de Souza Carvalho

- 3 representantes técnicos administrativos: Daniele Pereira de Oliveira Campos, Jheniffer Aparecida Martins Giovani e Willian Leite Garcia
- 2 representantes discentes: Kalebe Melquizedeque da Silva Maciel e Júlia Lélis Felicio
- 1 representante da sociedade civil: Tarcísio Ezequiel Teixeira

A presidência da COF será designada pela direção da FACIC entre os membros da comissão.

São Responsabilidades da COF:

1. Desenvolver o plano financeiro estratégico da FACIC, em colaboração com a direção da instituição.
2. Analisar e monitorar o desempenho financeiro da FACIC, incluindo receitas, despesas, investimentos e fluxo de caixa.
3.Propor políticas financeiras e orçamentárias alinhadas com os objetivos da FACIC.
4. Avaliar propostas de investimentos, projetos e despesas, fornecendo análises financeiras objetivas e recomendações.
5. Elaborar relatórios financeiros regulares para a direção e os órgãos superiores, destacando a situação financeira e as tendências relevantes.
6. Assessorar a direção da FACIC na busca de oportunidades de receita e na captação de recursos externos.
7. Promover a transparência financeira, compartilhando informações relevantes com a comunidade acadêmica e os órgãos superiores.
8. Realizar reuniões regulares para discutir questões financeiras, tomar decisões e acompanhar o progresso das atividades da COF.

Sobre o Funcionamento da COF:

1. A COF se reunirá conforme agendamento estabelecido pela presidência, com base na necessidade e na urgência das questões a serem discutidas.
2. As decisões da COF serão tomadas por maioria simples dos membros presentes nas reuniões. Em caso de empate, a presidência terá o voto de desempate.
3. As reuniões da COF serão registradas em atas, que devem conter os assuntos discutidos, as decisões tomadas e as ações a serem implementadas.
4. A COF poderá criar grupos de trabalho ou comissões especiais para tratar de assuntos específicos relacionados às finanças da FACIC.
5. A COF colaborará com outros órgãos e comissões da FACIC, conforme necessário, para promover a integração e o alinhamento das atividades financeiras.

Podemos citar alguns benefícios da criação da COF:

Planejamento Financeiro: A COF é responsável por desenvolver um plano financeiro estratégico de longo prazo para a FACIC. Isso inclui a definição de metas financeiras, a identificação de fontes de receita, a alocação de recursos e a criação de estratégias para maximizar a eficiência financeira. O planejamento financeiro adequado é essencial para garantir a sustentabilidade a longo prazo e evitar crises

financeiras.

Monitoramento e Controle: A COF acompanha de perto o desempenho financeiro da FACIC. Isso envolve a análise regular das receitas, despesas, investimentos e fluxo de caixa da instituição. Ao estabelecer métricas e indicadores financeiros, a comissão poderá identificar tendências, antecipar problemas e tomar medidas corretivas para garantir a estabilidade financeira da faculdade.

Transparência e Prestação de Contas: A criação da COF promove a transparência nas finanças da FACIC. A comissão será responsável por fornecer relatórios regulares sobre a situação financeira da instituição, compartilhando informações com a comunidade acadêmica e os órgãos superiores. Isso fortalece a prestação de contas e a confiança dos stakeholders, demonstrando um compromisso com a gestão financeira responsável.

Tomada de Decisões Informadas: A COF desempenha um papel fundamental na tomada de decisões financeiras importantes na FACIC. Ao avaliar propostas de investimentos, despesas e projetos, a comissão pode fornecer uma análise financeira objetiva e embasada. Isso ajuda a evitar gastos desnecessários, priorizar investimentos estratégicos e tomar decisões que estejam alinhadas com os objetivos financeiros da instituição.

Identificação de Oportunidades de Receita: A COF também pode se envolver na busca por oportunidades de receita para a FACIC. Isso pode incluir a identificação de parcerias com empresas, captação de recursos externos, desenvolvimento de programas de educação continuada ou outras iniciativas que possam gerar receitas adicionais para a instituição.

Em suma, a criação da Comissão de Orçamento e Finanças (COF) na FACIC desempenha um papel essencial no fortalecimento da sustentabilidade financeira da instituição. Essa comissão é responsável por planejar, monitorar, controlar e tomar decisões informadas sobre as finanças da faculdade, garantindo uma gestão financeira sólida e transparente.

5. INFRAESTRUTURA

A Faculdade de Ciências Humanas do Estado de São Paulo - FACIC encontra-se instalada na Rua dos Andradas, nº 1.039 – Vila Brasil – Cruzeiro – São Paulo. A área útil destinada ao Campus Universitário é de aproximadamente 20.000 M², são 3 blocos de áreas acadêmicas e de apoio complementar e administrativo.

A Faculdade conta com amplas salas de aula localizadas nos Prédio 1, Prédio 2 e Prédio 3, equipadas com cadeiras estofadas e classes para os alunos. Possuem mesa e cadeira para o docente, sendo climatizadas, ventiladas, iluminadas e de fácil acesso. Os vidros protegem o ambiente interno das altas temperaturas do verão. Também possuem quadro branco e/ou lousa, espaço e condições adequadas para o re- cebimento de recursos audiovisuais (projetor multimídia, notebook, retroprojetor e outros). Possuem rede wireless.

5.1. INSTALAÇÕES ADMINISTRATIVAS

O espaço físico da FACIC e do polo EAD de Pindamonhangaba foram concebidos de forma a possibilitar a prática acadêmica e, ao mesmo tempo, simular a prática profissional.

As Instalações administrativas das IES foram projetadas para receber confortavelmente e com segurança os profissionais do corpo técnico-administrativo. São áreas climatizadas, com dimensões adequadas, do setor de atendimento a que se está se referindo, de acesso restrito a pessoas autorizadas e que permite a perfeita execução da rotina de trabalho.

A IES conta com as seguintes instalações administrativas e áreas comuns:

FACIC

ESTRUTURA/INSTALAÇÕES ACADÊMICAS	QUANTIDADE
Auditório	01
Biblioteca	01
Cantina	01
Pátio Central	03
Brinquedoteca	01
Sala de Coordenação - Geral	01
Sala de Direção	01
Sala de Docentes - Tempo Integral	06
Sala de CPA	01
Laboratórios Didáticos Especializados	03
Sala de Órgãos Colegiados	01
Secretaria Acadêmica Geral	01
Sala de Informática e Integração de Sistemas	02

Fonte: Setor de Compras e Infraestrutura da FACIC

POLO EAD DE PINDAMONHANGABA

ESTRUTURA/INSTALAÇÕES ACADÊMICAS	QUANTIDADE
Portaria/Recepção	01
Secretaria Acadêmica Geral	01
Bar/Cantina	01
Biblioteca	01
Gabinete para Coordenação	01
Sala para professores	01
Sanitários masculinos	10
Sanitários femininos	10
Sanitários com acessibilidade	02
Reprografia	01
Auditórios	01

Ginásio	01
Laboratórios de informática	01
Sala de Informática e Integração de Sistemas	02

Fonte: Setor de Compras e Infraestrutura do Centro Universitário Santa Cecília

A FACIC e o polo EAD de Pindamonhangaba tem acesso à rede sem fio, padrão WiFi, em banda larga. Para garantir a segurança das informações, possui uma rede WiFi administrativa, responsável por atender a todos os órgãos internos, funcionários e professores.

O sistema de registro acadêmico implantado na instituição (unidades) atende ao disposto na Portaria Normativa nº 22, de 21 de dezembro de 2017, que dispõe sobre os procedimentos de supervisão e monitoramento de instituições de educação superior e de cursos superiores de graduação e de pós-graduação lato sensu, nas modalidades presencial e a distância, e sobre normas de manutenção e guarda do acervo acadêmico das instituições pertencentes ao sistema federal de ensino.

O acervo acadêmico da instituição (unidades) é composto de documentos e informações organizados e classificados conforme a referida portaria, obedecendo a prazos de guarda, destinações finais e observações previstas. Os documentos, inclusive os dossiês de alunos, são organizados pelo Secretaria Acadêmica da IES, digitalizados para acesso institucional, e ficam armazenados no sistema INTERFY. A FACIC é a responsável pela guarda e manutenção do respectivo acervo acadêmico, que deve ser mantido permanentemente organizado e em condições adequadas de conservação, fácil acesso e pronta consulta, conforme Portaria Normativa nº 22/2017.

A IES (unidades) faz uma avaliação periódica de seus espaços, por meio do setor responsável pela sua manutenção. Atualmente todas essas áreas estão adequadas em termos de quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação e contam com recursos tecnológicos para o desenvolvimento do trabalho realizado pelos docentes e administrativos.

5.2. SALAS DE AULA

As salas de aulas da Faculdade de Ciências Humanas do Estado de São Paulo e o polo EAD de Pindamonhangaba atendem às necessidades institucionais porque são organizadas para o desenvolvimento de sua metodologia de ensino.

São espaços amplos para melhor acomodação dos acadêmicos, professores e demais atores pedagógicos, de acordo com a atividade a ser desenvolvida, com ambientes arejados e climatizados, identificados por placas em língua portuguesa e braile para que acadêmicos com baixa visão ou cegos possam identificar onde estão, para que alunos tenham acesso fácil, tudo isso contribuindo para que a acessibilidade seja plena.

São avaliadas periodicamente pelo setor responsável, que realiza todas as manutenções devidas para que as instalações fiquem em perfeito estado e possam ser usufruídas pelos acadêmicos.

Além disso, as salas de aula são equipadas com recursos tecnológicos, a exemplo de projetor multimídia, sistema de som e sistema de internet WiFi para que a metodologia e as estratégias didáticas organizadas de acordo com as orientações dos planos de ensino das disciplinas sejam executadas, possibilitando que os acadêmicos sejam protagonistas no seu processo de ensino e aprendizagem e que se entregue um ensino de qualidade.

No quadro a seguir é possível verificar o tamanho e a dimensão das salas de aula:

FACIC

PRÉDIO 1

IDENTIFICAÇÃO DA SALA	TAMANHO (M²)	CONDIÇÕES DE CONFORTO	UTILIZAÇÃO
Sala 1	100	Ar condicionado e Datashow	Sala de aula
Salas de 2 a 11	100	Ventiladores	Sala de aula
Salas 12 e 13	120	Ar condicionado e Datashow	Sala de aula

Fonte: Setor de Compras e Infraestrutura da FACIC

PRÉDIO 2

IDENTIFICAÇÃO DA SALA	TAMANHO (M²)	CONDIÇÕES DE CONFORTO	UTILIZAÇÃO
Sala 12	120	Ar condicionado e Datashow	Sala de aula
Salas de 1 a 11	100	Ventiladores	Sala de aula
Auditório	200	Ar condicionado e Datashow	Auditório

Fonte: Setor de Compras e Infraestrutura da FACIC

PRÉDIO 3

IDENTIFICAÇÃO DA SALA	TAMANHO (M²)	CONDIÇÕES DE CONFORTO	UTILIZAÇÃO
Sala 2	100	Ar condicionado e Datashow	Sala de aula
Sala 3	150	Ar condicionado e Datashow	Sala de aula

Fonte: Setor de Compras e Infraestrutura da FACIC

UNIDADE DE PINDAMONHANGABA

PRÉDIO

IDENTIFICAÇÃO DA SALA	TAMANHO (M²)	CONDIÇÕES DE CONFORTO	UTILIZAÇÃO
Sala A	50	Ar condicionado e Datashow	Sala de aula
Sala B	50	Ar condicionado e Datashow	Sala de aula

Fonte: Setor de Compras e Infraestrutura do Centro Universitário Santa Cecília

GINÁSIO

IDENTIFICAÇÃO	TAMANHO (M²)	CONDIÇÕES DE CONFORTO	UTILIZAÇÃO
Quadra	400	Ventilação de ar	Quadra de Esportes

Fonte: Setor de Compras e Infraestrutura do Centro Universitário Santa Cecília

LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA

IDENTIFICAÇÃO	TAMANHO (M²)	CONDIÇÕES DE CONFORTO	UTILIZAÇÃO
Sala 1	50	Ar condicionado e TV	Lab. de informática

Fonte: Setor de Compras e Infraestrutura do Centro Universitário Santa Cecília

AUDITÓRIO

IDENTIFICAÇÃO	TAMANHO (M²)	CONDIÇÕES DE CONFORTO	UTILIZAÇÃO
Prédio	350	Ar condicionado Datashow	Eventos

Fonte: Setor de Compras e Infraestrutura do Centro Universitário Santa Cecília

5.3. AUDITÓRIO

A FACIC possui um excelente auditório, que além de ser acessível, oferece conforto, isolamento e qualidade acústica, tornando-o um espaço ideal para o desenvolvimento de ações institucionais como palestras aos acadêmicos, eventos culturais para a comunidade acadêmica e a sociedade civil organizada, reuniões com toda a equipe de colaboradores e fronteiras acadêmicas.

O ambiente tem capacidade para acomodar, confortavelmente seus usuários com cadeiras estofadas e com lugares destinados para cadeirantes e apresenta condições plenas de acessibilidade. O ambiente é arejado, climatizado, possui isolamento acústico, forro e iluminação diferenciados, sistema de áudio e vídeo de alta qualidade, incluindo acesso à internet e WiFi, com computador instalados para a realização de videoconferência, também com espaço destinado a cadeirantes, para que todas as atividades tanto acadêmicas quanto administrativas da comunidade interna e os eventos culturais da comunidade externa sejam realizados da melhor maneira possível, com conforto, tranquilidade e acessibilidade a todos os convidados.

5.4. SALA DE PROFESSORES

A sala dos professores da instituição e do polo EAD de Pindamonhangaba atendem às necessidades institucionais, porque são organizadas para que se tenha um espaço adequado às atividades, permitindo também o descanso e práticas de lazer e integração. É um espaço amplo, com ambiente arejado e climatizado e com acessibilidade.

Trata-se de uma sala exclusiva com diferentes serviços e equipamentos, tais como: leitura, estudo e convivência; computadores com acesso à internet, em banda larga sem fio; impressora; água e café;

televisão. sofá e poltronas e mesa de reunião.

Conforme normas institucionais consolidadas, a Instituição (unidades) tem um plano de manutenção contínua dos espaços, com rotinas diárias de limpeza e conservação dessas instalações e avaliações periódicas dos espaços, limpeza e conservação dos ambientes, para identificar a necessidade de manutenção de mobiliários e recursos audiovisuais.

A Instituição (unidades) assegura aos colaboradores com deficiência condições de acesso, mobilidade e utilização de equipamentos e instalações, observando a Norma Brasil N° 9.050, da ABNT. Professores com deficiência ou mobilidade reduzida, quando necessário, contarão com programas e equipamentos adaptados para as necessidades advindas de sua situação de deficiência (deficiências físicas, auditivas, visuais e cognitivas) por meio de softwares especiais, ponteiras, adaptações em tecla- dos e mouses, entre outros.

5.5. ESPAÇOS PARA ATENDIMENTO AOS DISCENTES

Os espaços para atendimento aos alunos na FACIC e no polo EAD de Pindamonhangaba são climatizados, com excelente acústica, iluminação, ventilação e mobiliário confortável e adequado ao desenvolvimento das atividades ali realizadas e os setores que neles exercem suas funções são: Coordenação de Cursos; Direção; Secretaria Acadêmica; NAP (Núcleo de Apoio Psicopedagógico).

Em especial, a instituição (unidades) dispõe de espaço único para o coordenador de curso exercer suas atividades, inclusive de atendimento aos alunos. Já o NAP, onde trabalha a orientadora psicopedagógica, funciona com espaço também específico para esse fim. Além disso, os docentes contam com espaços para atendimento individualizado aos alunos.

Em relação à manutenção desses espaços, a instituição tem um plano consolidado e institucionalizado com rotinas diárias de limpeza e conservação das instalações.

Como já foi dito, as instituições asseguram aos alunos com deficiência condições básicas de acesso, mobilidade e utilização de equipamentos e instalações, livre circulação aos espaços para atendimento, rampas com corrimãos, portas e banheiros adaptados, placas em Braille, pista táctil, dentre outros, observando a Norma Brasil N° 9.050, da ABNT.

5.6. ESPAÇOS DE CONVIVÊNCIA E DE ALIMENTAÇÃO

Os espaços de convivência e de alimentação da instituição atendem às necessidades institucionais, porque são organizados para que se ofereçam os melhores serviços de alimentação e conforto para os momentos de intervalo, horários de almoço, café, jantar e descanso. São espaços amplos, para melhor acomodação dos acadêmicos, colaboradores e visitantes, com ambientes arejados e climatizados, acesso à internet via WiFi e com acessibilidade plena.

Todos os espaços são avaliados periodicamente pela equipe de manutenção do prédio, que realiza todas as manutenções devidas para que as instalações fiquem em perfeito estado e possam ser usufruídas pelos acadêmicos, colaboradores e visitantes.

5.7. LABORATÓRIOS, AMBIENTES E CENÁRIOS PARA PRÁTICAS DIDÁTICAS: INFRA ESTRUTURA FÍSICA

Os laboratórios de informática e núcleos de práticas didáticas são componentes diferenciais e prioritários da FACIC e do seu polo de EAD para a formação acadêmica do corpo discente e atendem às necessidades institucionais.

Todos os esforços financeiros são concentrados para promover utilidade dos laboratórios para a pesquisa, inovação e atendimento à comunidade.

A Instituição e seu polo EAD dispõem de laboratórios e instalações especiais que atendem às necessidades dos cursos e que são adequados ao número de usuários, quando do desenvolvimento das atividades acadêmicas. Os discentes contam ainda com o apoio de técnicos de laboratórios habilitados para conduzir as práticas conduzidas, segundo as normas definidas. As salas dos laboratórios e instalações especiais têm boa acústica interna, ventilação, com uso de ar-condicionado ou natural, adequada às necessidades climáticas, com iluminação artificial e condições de higiene satisfatórias às ações de ensino.

A infraestrutura física dos laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas atendem de maneira adequada às necessidades institucionais, aos requisitos de acessibilidade, iluminação, ventilação, segurança e conservação, por meio de uma rotina de manutenção adequada, garantindo sua limpeza e estado de conservação.

No quadro a seguir é possível verificar o tamanho e a dimensão dos laboratórios e núcleos de práticas didáticas:

FACIC

IDENTIFICAÇÃO	TAMANHO (M²)	CONDIÇÕES DE CONFORTO	UTILIZAÇÃO
Sala 1	100	Ar condicionado	Lab. de informática
Sala	60	Ar condicionado	Lab. de enfermagem
Sala	60	Ar condicionado	Lab. de microbiologia
Sala	100	Ar condicionado	Lab. de anatomia
Sala	30	Ventiladores	Lab. de química
Sala	100	Ventiladores	Lab. de física

Fonte: Setor de Compras e Infraestrutura da FACIC

POLO EAD DE PINDAMONHANGABA

IDENTIFICAÇÃO	TAMANHO (M²)	CONDIÇÕES DE CONFORTO	UTILIZAÇÃO
Sala 1	50	Ar condicionado e TV	Lab. de informática

Fonte: Setor de Compras e Infraestrutura do Centro Universitário Santa Cecília

5.8. INFRAESTRUTURA FÍSICA E TECNOLÓGICA DESTINADA À CPA

A infraestrutura física e tecnológica da CPA atende às necessidades institucionais, apresenta acessibilidade e constitui-se em sala de reunião climatizada para a guarda de documentos e a realização do ciclo de reuniões dos membros representantes do corpo discente, docente, técnico-administrativo e sociedade civil organizada.

A sala está equipada com mesa, cadeiras e materiais de escritório, além de contar com um notebook, uma impressora e uma infraestrutura de rede que possibilita a coleta e análise dos dados avaliativos.

O espaço destinado à CPA da Instituição atende aos requisitos de iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação, por meio de uma rotina de manutenção adequada, garantindo sua limpeza e estado de conservação.

5.9. BIBLIOTECAS: INFRAESTRUTURA

A Biblioteca “Vale Educação” conta com um acervo que segue plenamente os padrões de qualidade exigidos, composto por material atualizado tanto para o uso do corpo docente quanto para o do corpo discente, ao mesmo tempo em que busca sempre a melhor estruturação do espaço para a formação do estudante e de melhores resultados para a satisfação de seus usuários.

A FACIC entende ser imprescindível a aquisição de livros e periódicos indicados pelo corpo docente, a fim de cumprir o atendimento das ementas de cada disciplina e da atualização das mesmas nos Projetos Pedagógicos de cada um de seus cursos, sempre em consonância com as Diretrizes Curriculares do MEC, além de atender a assuntos de interesse e complementação à formação dos alunos.

A biblioteca é coordenada por uma bibliotecária, designado pela Direção da Faculdade, sendo que as suas atribuições estão arroladas no Regulamento da Biblioteca da Faculdade. A Biblioteca da Facic traz como objetivo norteador, a aquisição, gestão e manutenção do acervo para atender as necessidades educacionais de seus docentes e discentes. O acervo físico é gerenciado pelo Sistema Acadêmico Reges. Todos os títulos são tombados e devidamente cadastrados. Adotando o sistema de organização de Classificação Decimal de Dewey, CDD. Atualmente o acervo físico ultrapassa dezesseis mil títulos. A biblioteca dispõe de regulamentação interna, visando à preservação e organização, para melhor atender seus usuários.

5.9.1. INFRAESTRUTURA

A biblioteca da Faculdade de Ciências Humanas do Estado de São Paulo está localizada no Prédio dois. Conta com quatro mesas para estudo em grupo acompanhando trinta e duas cadeiras, duas cabines individuais para estudo, cinco notebooks e cinco computadores de mesa com acesso à internet, sendo duas dessas máquinas munida com hardware e software de acessibilidade (Teclado em braile, NVDA Libras).

Contém dois espaços distintos, um destinado para o estudo, que antecipa ao recinto que abrange o acervo. O espaço dispõe de dois aparelhos de ar condicionado e janelas que bloqueiam a entrada direta de luz, com persianas. Essas instalações são para a comunidade acadêmica e comunidade externa. Todo o espaço da Biblioteca conta com sinal da Internet Wi-Fi aberta.

O usuário tem acesso a todo o acervo da Biblioteca e pode efetuar suas pesquisas de forma manual ou através de terminais exclusivos para consulta no local. A retirada de materiais obedece às regras do regulamento de empréstimo e consulta de obras. No setor de atendimento há um computador e um notebook com uma impressora.

Em consonância com a missão da Faculdade de Ciências Humanas do Estado de São Paulo, a atualização do acervo da Biblioteca tem por objetivo oferecer suporte bibliográfico ao ensino, pesquisa e extensão dos cursos bem como o incentivo à cultura. O acervo ultrapassa atualmente o número que ultrapassa 16 (dezesseis) mil exemplares, 1200 (mil e duzentos) monografias e 1500 (mil e quinhentos) periódicos que atende aos cursos oferecidos pela Instituição.

O acervo é atualizado de acordo com as necessidades dos cursos, atendendo aos critérios educacionais de qualidade de acordo com processo de escolha realizado pelo NDE de cada curso.

5.9.2. HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO

O horário de funcionamento é adequado e flexível, ocorrendo durante todo o período de funcionamento da IES, possibilitando ao aluno o livre acesso à Biblioteca no momento em que o mesmo encontra-se em atividades acadêmicas.

A Biblioteca funciona nos horários de segunda-feira a sexta-feira, das 14h00 às 22h00 e aos sábados das 9h00 às 12h00.

5.9.3. BIBLIOTECA VIRTUAL

A FACIC além do seu acervo físico conta com investimento massivo em inovação tecnológica para a comunidade acadêmica. Atualmente conta com duas contratações de Bibliotecas Virtuais de excelência, a Biblioteca Virtual da Pearson (BV) e a Biblioteca Digital da Saraiva (BDS).

O acervo da Biblioteca Virtual da Pearson é reconhecido por sua versatilidade, atualização e qualidade. Ele permite que professores e estudantes de diferentes cursos tenham acesso fácil e rápido a uma grande variedade de títulos acadêmicos e literários em um acervo digital composto por milhares de títulos. Para os bibliotecários, é válido ressaltar que a Biblioteca Virtual da Pearson possibilita também integração direta e fácil com sistemas LMS e intranets das instituições, além de catalogação com MARC 21. Tudo isso torna a adoção da plataforma mais ágil e eficiente e proporciona uma boa experiência de integração com outros acervos físicos e digitais da sua instituição de ensino. Composta por milhares de títulos, que abordam mais de 40 áreas do conhecimento, tais como: administração, marketing, economia, direito, educação, filosofia, engenharia, computação, medicina, psicologia, entre outras e mais de 30 editoras nacionais e internacionais, que oferecem aos docentes do NDE e dos cursos conteúdo bibliográfico de qualidade e atualizados.

A Biblioteca Digital Saraiva é um acervo digital que disponibiliza cerca de 2.800 títulos atualizados dos selos editoriais Saraiva Jur, Saraiva Uni e Érica – grandes referências em conteúdo para os cursos de Direito, Administração, Pedagogia, Ciências Contábeis, além de cursos técnicos e profissionalizantes. A BDS oferece fácil acesso ao acervo das editoras, Personalização das obras de acordo com a preferência do usuário e Relatórios de acesso para acompanhamento.

A gestão dos acessos e cadastros dos usuários nas Bibliotecas Virtuais é realizada pelo corpo técnico administrativo da Biblioteca.

5.9.4. INFORMATIZAÇÃO DE CONSULTA AO ACERVO DA BIBLIOTECA

Todos os títulos disponíveis na Biblioteca Vale Educação (FACIC) podem ser acessados e consultados em terminal interno da Biblioteca.

Os serviços oferecidos de forma online são:

- Consulta de materiais e acervo (acesso ao catálogo de títulos);
- Consulta de livros por curso; título ou autor;
- Renovação de material emprestado;
- Reserva de exemplares; e
- Acesso as bibliotecas virtuais.

5.9.5. OUTROS SERVIÇOS DA BIBLIOTECA

Os serviços oferecidos de forma presencial são:

- Empréstimo de itens;
- Treinamento e capacitação de usuários;
- Pesquisa bibliográfica e webgráfica;
- Informações sobre títulos e outras;

- Consulta ao catálogo online.

5.10 BIBLIOTECAS: PLANO DE ATUALIZAÇÃO DO ACERVO

A política de desenvolvimento de aquisição, expansão e atualização do acervo da biblioteca da Faculdade de Ciências Humanas do Estado tem por finalidade a definição de critérios para a atualização do acervo, bem como a necessidade da aplicação correta dos recursos orçamentários disponibilizados pela Instituição, uma vez que a política tem como um de seus objetivos a otimização da utilização dos recursos financeiros disponíveis. Para que os objetivos sejam alcançados, é fundamental que não só os profissionais da informação estejam complemento ao desenvolvimento das pesquisas realizadas na Instituição, ou seja, a interdisciplinaridade é um fator essencial na Política de aquisição, expansão e atualização do acervo.

5.10.1 SELEÇÃO

A seleção dos materiais que vão compor o acervo é realizada através de critérios estabelecidos pela Instituição. A definição e seleção das Bibliografias básicas e complementar e são de responsabilidade do NDE.

5.10.1.1 CRITÉRIO PARA A SELEÇÃO

O Projeto Pedagógico do Curso (PPC) deve ser aprovado em todas as instâncias institucionais, pois este constitui a base sobre a qual o acervo será adquirido e/ou atualizado; As solicitações de compra deverão ser repassadas aos coordenadores de cursos pelo professor, através do preenchimento de formulário próprio idealizado pela Biblioteca, onde deverá especificar se o material consta na bibliografia básica ou complementar da disciplina, indicando também a quantidade necessária do material.

O processo de aquisição é realizado periodicamente seguindo um planejamento apresentado pelo coordenador de centro superior e aprovado pela Diretoria Acadêmica; Quanto a quantidade de exemplares a serem adquiridos, quando correspondendo a bibliografia física deverá ser baseada na proporção de vagas ofertadas por curso, sendo calculado o mínimo de 1 (um) livro para cada 10 (dez) alunos no caso de bibliografia básica; Em relação à bibliografia complementar, devem estar disponíveis no mínimo dois exemplares por título para cada disciplina da grade curricular.

Poderá ser utilizado Acervo Virtual, tanto na bibliografia básica quanto na complementar sendo que para fins de utilização na bibliografia básica, é considerado acervo virtual aquele disponível nas bibliotecas virtuais adquiridas pela FACIC; Quando os títulos são disponibilizados exclusivamente em acervo virtual, o limite poderá ser ampliado, quando houver no curso indicação de acervo virtual na bibliografia básica, este deverá ter pelo menos 1 (um) título virtual por unidade curricular.

O acesso de periódicos será realizada de acordo com a indicação dos docentes. Os periódicos especializados (revistas científicas) devem ser indexados e estar correntes. A atualização da bibliografia dos

planos de ensino será efetuada com embasamento no PPC, sempre com participação do NDE.

Na atualização do acervo físico somente serão adquiridos títulos novos e/ou novas edições de títulos já existentes para a bibliografia básica, devendo a bibliografia complementar estar necessariamente constando no acervo da Biblioteca ou disponibilizado em acervo virtual.

Reiteramos a importância do PPC como instrumento de gerenciamento do curso, motivo pelo qual a indicação bibliográfica deve ser efetuada com a devida atenção dos professores e coordenadores de curso, a cada período de renovação. Os casos especiais deverão ser avaliados individualmente pelas Diretoria Acadêmica, ou seja, casos como abertura de novos cursos, cursos com avaliações in loco, substituições de títulos, mudanças decorrentes de alterações em legislações, entre outras. Após os tramites expostos, será efetuada uma cotação prévia que será encaminhada à Coordenação do curso para avaliação e aprovação, sendo posteriormente devolvida à Biblioteca que repassará para Diretoria para proceder no deferimento ou não da compra dos materiais. Sugerimos que o professor consulte o acervo da Biblioteca periodicamente para verificar o que já existe em sua área e suas particularidades (principais autores) observando sempre a quantidade já disponível para empréstimo.

Será adotada os seguintes critérios para Adequação do material aos objetivos institucionais:

- Qualidade do conteúdo: Averiguar se a abordagem do assunto é realizada de modo detalhado ou superficial e se atende ao ensino, pesquisa e extensão;

- Autoridade do autor e/ou editor: Apurar sobre a autoridade e reputação do autor e/ou editor nas áreas de domínio;

- Atualidade da obra: Em algumas áreas ocorrem modificações constantes e bastante significativas, sendo essencial a observação do ano de publicação mais atualizado. As áreas mais propensas a essas mudanças são as de ciências exatas, jurídicas e biológicas;

- Carência de material sobre o assunto na coleção: Avaliar se a quantidade do material já existente é suficiente ou existe em excesso, e no caso de títulos que não estão disponíveis no mercado, ou seja, livros esgotados, é preferível a substituição, devido ao custo exorbitante no mercado de sebos, além de na maioria das vezes não atingirem, o número de exemplares suficientes;

- Viabilização do idioma: A aquisição de livros texto em outro idioma será efetuada quando não existir material adequado com tradução em português ou em caso de clássicos exigidos no plano de ensino que sejam imprescindíveis;

- Quantidade de usuários potenciais: Analisar se a obra possui embasamento relevante para o ensino/aprendizado do usuário do curso solicitante;

- Custo adequado: Verificar se é justificável o custo do material em relação ao número de usuários potenciais que poderão utilizar o material.

5.10.2 AQUISIÇÃO

A finalidade é de instituir normas que orientem os professores na indicação e/ou atualização das bibliografias que compõem a grade curricular para autorização e reconhecimento de cursos. Este documento foi fundamentado nos instrumentos de avaliação disponibilizados pelo Ministério da Educação – MEC, através do Sistema Nacional de Avaliação da Educação –SINAES. Para formação do acervo referente aos periódicos especializados utilizados no âmbito dos Cursos da IES, a Biblioteca da Faculdade deverá observar rigorosamente os seguintes critérios:

- Adequação do material aos objetivos e nível educacional do Curso;
- Atualidade;
- Qualidade técnica;
- Número de usuários potenciais que poderão utilizar o material e;
- Reputação das editora.

5.10.2.1 COMPRA

A aquisição por compra deverá ser efetuada levando-se em consideração os critérios de seleção. Os recursos para aquisição são distribuídos entre os diversos cursos e áreas de conhecimento, com dotação orçamentária vinculada à mantenedora da Faculdade de Ciências Humanas do Estado de São Paulo.

5.10.2.2 DOAÇÃO

As Obras editadas por órgãos públicos, instituições particulares, poderão ser solicitadas pelas Coordenações de cursos, Biblioteca. Doações oferecidas à Biblioteca de forma espontâneas, devem ser aceitas apenas mediante análise pelos mesmos critérios da compra. As doações recebidas podem ser incorporadas ao acervo, oferecidas em listas de duplicatas ou descartadas, conforme a adequação ao acervo.

5.10.3 PERMUTA

A permuta de publicações será realizada através de listas de duplicatas de livros e periódicos. Quanto às listas de duplicatas recebidas de outras bibliotecas deverá ser analisada para a verificação quanto sua adequação ao acervo da Biblioteca.

5.10.4 DESCARTE

Deverá atender a criteriosa avaliação para proceder ao descarte do material do acervo. Este poderá ser efetuado de dois em dois anos. Levando-se em consideração:

5.10.4.1 QUANTO AO ACERVO DE LIVROS:

I. A devida inadequação do conteúdo do material em relação às áreas que compõe o acervo.

II. Obras desatualizadas que não sejam consideradas de valor histórico e que foram substituídas por edições mais recentes. unic;

III. Material bibliográfico em condições físicas irrecuperáveis (deterioradas).

IV. Material que não são consultadas há mais de 5 anos.

5.10.4.2 PERIÓDICOS:

I. Coleções não correntes que não apresentem demanda;

II. Periódicos recebidos em duplicata não pesquisados;

III. Periódicos em condições físicas irrecuperáveis.

5.10.5 PLANO DE CONTINGÊNCIA

Neste capítulo estão indicadas medidas a serem adotadas em casos de emergências, que podem ser causadas por riscos físicos, químicos, biológicos, ergonômicos e acidentais. De acordo com os riscos mais frequentes, elaborou-se um planejamento que visa responder de forma estruturada as situações que possam ser críticas e que possam afetar o ambiente interno da biblioteca. Está subdivido em tipos de riscos: Medidas preventivas adotadas na Biblioteca, para evitar esses riscos e; O que fazer no caso de ocorrência de algum deles. Para tanto, levamos em consideração as seguintes questões: Tipo de desastres mais frequentes; Importância do plano de emergência na biblioteca; Plano mais adequado para o ambiente, de acordo com as características internas e externas.

São objetivos do plano:

-Identificar os tipos de riscos mais frequentes em bibliotecas;
-Identificar medidas de prevenção de desastres;
-Proteger bens, ambiente e pessoas;
-Minimizar riscos de acidentes;
-Organizar plano de evacuação;
-Possibilitar socorros no menor espaço de tempo após o acidente.

Finalidade:

Avaliação de riscos para permitir tomar todas as precauções necessárias para tornar a biblioteca e seu

acervo o mais seguro possível;

O Plano de Contingência inclui regras de comportamento e é de conhecimento da equipe da biblioteca, em caso de manutenção, evacuação e vigilância.

A tabela abaixo consta os tipos de riscos existentes em ambientes e uma breve descrição:

Grupo	Riscos	Cor de Identificação	Descrição
1	Físicos	Verde	Ruído, calor, frio, pressões, umidade, radiações ionizantes e não ionizantes, vibrações, etc.
2	Químicos	Vermelho	Poeiras, fumos, gases, vapores, névoas, neblinas, etc.
3	Biológicos	Marron	Fungos, vírus, parasitas, bactérias, protozoários, insetos, etc.
4	Ergonômicos	Amarela	Levantamento e transporte manual de peso, monotonia, repetitividade, responsabilidade, ritmo excessivo, posturas inadequadas de trabalho, trabalho em turnos, etc.
5	Acidentais	Azul	Arranjo físico inadequado, iluminação inadequada, incêndio e explosão, eletricidade, máquinas e equipamentos sem proteção, quedas e animais peçonhentos.

Fonte: HOKEBERG, *et al.*, 2006

(Fonte: http://www.efdeportes.com/efd186/riscos-ambientais-de-um-hospital-escola.htm).

1) **Riscos Físicos:** A Biblioteca não apresenta riscos desse tipo. O ar circula bem no ambiente, e o setor possui ventiladores e ar-condicionado. O clima da região ajuda no quesito umidade, por não ser uma região de alta umidade.

2) **Riscos Químicos e Biológicos:** Apesar da poeira, dos fungos e das traças serem problema comum em grande parte das bibliotecas, a Biblioteca da FACIC é higienizada com regularidade, evitando assim que os livros e as prateleiras acumulem poeira e outras sujeiras. Para a higienização e limpeza, seguimos os seguintes procedimentos:

- Os elementos da equipe da Biblioteca devem usar meios de proteção (luvas e máscaras) sempre que aconselhável;
- A cada 3 meses é realizada a limpeza de todos os livros da biblioteca, bem como seu folheamento, evitando assim de mofar e de amarelar as páginas;
- A cada 2 meses é realizada a limpeza de todas as estantes e prateleiras (com álcool 70%);
- Todos os dias as mesas (de estudo individual e em grupo), o balcão de atendimento, e os computadores são limpos;
- Uma vez por semana a biblioteca é limpa por equipe do pessoal da limpeza;
- Todos os dias a biblioteca é varrida;
- Existe um dispositivo de desinfecção das mãos na entrada da Biblioteca, para uso dos alunos e funcionários;
- É proibido o consumo de alimentos e bebidas na Biblioteca, de forma a evitar que se sujem os livros e as mesas, e dessa forma evitando o aparecimento de insetos e roedores;
- Nenhum dos livros e revistas ficam encostados nas paredes, de forma a evitar bolor;
- As prateleiras são de material de ferro, tipo de material que evita mofo, cupim e roedores (tal como a madeira);
- Janelas são localizadas longe do acervo e são mantidas fechadas.

3) **Riscos Ergonômicos**: Postura inadequada. Quanto ao quesito peso, temos um carrinho para guarda dos livros.

4) **Riscos ambientais:** O arranjo físico e a iluminação estão adequadas. A Biblioteca possui extintor de incêndio e luzes de emergência. Sobre os tipos de riscos mais especificamente e sobre suas devidas prevenções, temos:

ROUBOS E FURTOS	INCÊNDIOS	INUNDAÇÃO GOTEIRAS (ITENS MOLHADOS)	QUEDA DE ENERGIA
· A biblioteca possui câmeras espalhadas em locais estratégicos. · É proibida a entrada na biblioteca portando bolsas, mochilas, sacolas e similares. · O balcão de atendimento (para empréstimos e devoluções) está localizado em local estratégico, permitindo que os funcionários vejam quem entra e quem sai. · A Faculdade possui seguranças/vigilantes.	· A biblioteca possui extintor de incêndio. · Todos os equipamentos eletrônicos computadores, impressoras, etc) são desligados quando do encerramento do turno, e permanessem desligados nos finais de semana. · Os livros tem boas condições de armazenamento, sendo que as prateleiras ficam longe de canalizações e instalações elétricas. · Respeitar as zonas de proibição de fumar (locais fechados) · Não sobre carregar as tomadas. · Não aproximar materiais inflamáveis das fontes de calor · Não obstruir saídas · Realizar a manutenção periódica dos extintores de incêndio. (OBS.: No caso dos extintores, a verificação é feita por empresa terceirizada, sendo que última manutenção foi realizada em dezembro de 2021.	· Manutenção do forro/ telhado. · A Faculdade é localizada em local alto na cidade, sem riscos de inundações.	· Luzes de emergência Localizadas estrategicamente. · Sistema de backup de segurança nos computadores, evitando a perda de trabalhos que estejam sendo realizados antes da queda. · Software utilizado na Biblioteca permite que a renovação de obras seja realizada de qualquer dispositivo (computadores, tablets e celulares), e de qualquer local, portanto, é possível renovar obras mesmo quando da queda de energia.
EM CASO DE OCORRÊNCIA, COMO AGIR:			

• Manter a calma e não reagir. • Contatar a polícia ou outra entidade competente.	• Manter a calma. Não gritar, não correr. • Em caso de usuários na biblioteca, alertá-los de forma calma para evacuarem a biblioteca, e auxiliar pessoas que tenham dificuldades (mobilidade reduzida, pessoas idosas, crianças). • Acionar o Corpo de Bombeiros. • Com o extintor portátil, tentar extinguir o incêndio. • Se a roupa atear com o fogo, não corra, deite-se e role no chão, de forma a apagá-lo do corpo/roupa. • Se ouvir uma explosão, atire-se para o chão e proteja a nuca com os braços. • Após a evacuação, todos devem ficar juntos e verificarem se ninguém voltou atrás. •Deixe objetos pessoais para trás. Nunca retorne ao local do incêndio. • Em caso de pessoas feridas, acionar um a ambulância.	•Secagem por circulação de ar (ventiladores) de pequenos lotes de materiais e troca de papel toalha absorvente entre as páginas dos livros. • Secagem em estufa de secagem, na temperatura entre 70° e 80°. • Caso algum reparo tenha que ser realizado nos livros devido a acidente com água será feita uma lista de prioridades, e do que efetivamente poderá ser restaurado e o que terá de ser comprado (sendo feito orçamento e verificando os mais emprestados/ solicitados para isso).	• Evacuar o ambiente da Biblioteca. •Auxiliar pessoas que tenham dificuldade.

SOBRE A MANUTENÇÃO DO AMBIENTE:

Todas as instalações devem ter manutenção periódica, evitando assim acidentes e situações de emergência. Portanto, é essencial a manutenção dos dispositivos de combate à incêndio, das instalações elétricas, e também a conservação do setor nos quesitos tetos, mobiliário, pavimento e paredes.

REGRAS BÁSICAS DE PRIMEIROS SOCORROS:

(Fonte:http://www.iguatemiportoalegre.com.br/blog/dia-da-reanimacaocardiopulmonar-aprenda-a-salvar-vidas/).

- Em casos de hemorragia, busque formas de contê-las.
- Manter a vítima aquecida.

EM CASO DE CONVULSÃO OU EPILEPSIA:

- Proteja a pessoa contra objetos ásperos e pontiagudos.
- Coloque a vítima em um local de onde não possa cair (no chão).
- Coloque a pessoa deitada de lado para permitir a saída de saliva e vômito.
- Não tente impedir os movimentos convulsivos.

5.11 SALAS DE APOIO DE INFORMÁTICA OU ESTRUTURA EQUIVALENTE

As salas de apoio de informática visam a atender de maneira adequada às necessidades institucionais e está devidamente equipada com CPUs, monitores, impressora, lousa digital, ar-condicionado e projetor.

As salas de apoio de informática possui acessibilidade física e condições ergonômicas e segue as normas de segurança.

O acesso à internet é de 450 MBPS compartilhada para uso dos alunos. A atualização de software é semestral e o software de acessibilidade digital é o NVDA.

Em termos de serviços serão realizados atendimentos com base em chamados, essencialmente serviços de manutenção de hardware, infraestrutura de TI e alteração e manutenção dos serviços de dados e voz. A recepção e fiscalização das compras de itens de tecnologia também são responsabilidade dos profissionais que atuam no setor.

A IES possui uma infraestrutura de informática com mais de 90 computadores atualizados distribuído em 01 laboratório de ensino de uso compartilhado entre diversos cursos.

5.12 INSTALAÇÕES SANITÁRIAS

As instalações sanitárias existentes na IES servem de maneira adequada às necessidades institucionais. A IES possui 10 conjuntos de banheiros masculinos e femininos, em quantidade suficiente para

atendimento da comunidade acadêmica local, contando em todos os conjuntos com 1 espaço adaptado para atendimento a portadores de deficiência e fraldários.

Quanto à limpeza, essas áreas serão permanentemente limpas e em relação à iluminação, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação, também há perfeito cumprimento das normas regulamentares. As instalações sanitárias são adequadas à utilização dos acadêmicos e portadores de deficiência de acordo com o Decreto 5296/2004 e a Portaria Ministerial 3284/2003.

A IES dispõe de instalações exclusivas, adequadas e limpas. O espaço físico é adequado para o número de usuários. Os banheiros adaptados para os PNEs contam com espaço suficiente para permitir o acesso de cadeira de rodas e barras de apoio nas paredes.

5.13. ESTRUTURA DOS POLOS EAD

O polo de apoio presencial é o espaço provido de infraestrutura física e recursos humanos utilizado para a execução das atividades presenciais dos cursos à distância.

Além de salas de aula, biblioteca e laboratório de informática equipados com os dispositivos e equipamentos necessários para a prática acadêmica, inclusive com acesso à internet, a unidade de apoio presencial também conta com uma Secretária Acadêmica local, que tem a função de oferecer apoio à plena realização dos cursos ofertados e à vida acadêmica do aluno do polo. Assim, o polo também disponibiliza aos alunos prestação de serviços administrativos, garantindo a qualidade docente e acadêmica dos cursos.

Com o auxílio da equipe administrativa e acadêmica dos polos, o aluno poderá:

- Participar dos encontros presenciais;
- Participar de projetos de extensão e iniciação científica;
- Receber o atendimento presencial e a distância dos tutores;
- Realizar as avaliações presenciais;
- Utilizar o laboratório de informática com acesso à internet;
- Solicitar serviços administrativos.

Em relação à infraestrutura material, estão disponíveis equipamentos para produção audiovisual e para videoconferência, projetores, computadores ligados em rede com acesso à internet de alta velocidade.

Quanto à infraestrutura física, o polo EAD é compostos por:

- Sala para secretaria acadêmica;
- Sala de tutores;
- Salas de aula;
- Laboratório de informática;
- Sala de estudos;

- Sala de inovação;
- Área comum;
- Laboratório específico (se necessário);
- Biblioteca/Biblioteca virtual.

A infraestrutura existente no polo está adequada em quantidade e qualidade, para funcionamento dos cursos e demais atividades acadêmicas, sendo que sua avaliação, realizada a cada semestre, resulta das informações prestadas pelos alunos e, posteriormente, compartilhada com os gestores do polo EAD de apoio presencial. Dessa forma, é garantida a manutenção eficiente dos espaços de ensino em cada localidade. Acrescente-se ainda que a acessibilidade dos alunos e profissionais com deficiências físicas, sejam elas auditivas, visuais ou motoras, é possibilitada em todos os ambientes.

5.14 INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA

NSA (Não se aplica)

5.15 INFRAESTRUTURA DE EXECUÇÃO E SUPORTE

NSA (Não se aplica)

5.16 PLANO DE EXPANSÃO E ATUALIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS

A Faculdade de Ciências Humanas do Estado de São Paulo – FACIC dispõe atualmente de infraestrutura de Tecnologia da Informação com rede de computadores que interliga em torno de 170 equipamentos entre microcomputadores, impressoras entre outros.

A FACIC conta com uma estrutura própria de acesso à Internet, para uso acadêmico, que opera com velocidade máxima de 450 MBPS, compartilhada para uso dos alunos e 40 MBPS dedicado para uso interno por banda larga, disponível através de computadores ligados a rede cabeada em pontos de transmissão de rede sem fio, que favorece a instituição.

Este recurso está disponível internamente aos alunos, tanto para as atividades de aula como para as atividades extra aula, oferecendo possibilidades de pesquisa e desenvolvimento de trabalhos. Para manter este parque tecnológico a Instituição conta com um Departamento de Tecnologia da Informação, auxiliando pelo responsável local.

A política de aquisição, atualização e manutenção de equipamentos de Tecnologia da Informação visa garantir aos cursos de graduação e extensão da FACIC a infraestrutura de tecnologia adequada para seu melhor funcionamento. O programa de atualização da FACIC oferece acesso à tecnologia de hardwares e softwares disponíveis no mercado.

Anualmente são revistas todas as necessidades de atualização tecnológica do parque de equipamentos

e softwares da FACIC. Estas revisões são baseadas no orçamento corporativo para investimentos. As revisões acontecem nos meses de Janeiro e Julho, acompanhando o início dos períodos letivos semestrais. Para fazer frente aos desafios da prestação de serviços de Tecnologia da Informação a FACIC tem, ao longo do tempo, adequado a Gestão da Tecnologia da Informação ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Com seu parque tecnológico atual, atende satisfatoriamente os cursos da instituição.

O Plano Gestor da Tecnologia da Informação tem como objetivo fornecer diretrizes para a organização, alinhando tecnologia e planejamento e alocando de maneira estruturada os recursos orçamentários de infraestrutura tecnológica. Este plano abrange os seguintes componentes de Tecnologia da Informação:

- Infraestrutura;
- Hardware;
- Softwares acadêmicos;
- Equipamentos de rede;
- Sistemas Operacionais;
- Comunicações;
- Pessoas (responsáveis pelos serviços);
- Processos.

Para o período de vigência deste PDI o presente plano apresenta a seguinte programação de ampliação dos equipamentos e recursos tecnológicos no geral:

PROGRAMAÇÃO DE AMPLIAÇÃO						
METAS	**O QUE?**	**2022**	**2023**	**2024**	**2025**	**2026**
Expansão da infraestrutura de tecnologia	Caixas de Som	Aquisição de 1	Aquisição de 2	Manutenção das existentes	Manutenção das existentes	Aquisição de 2
	Microfones	Manutenção das existentes	Aquisição de 2	Aquisição de 2	Aquisição de 2	Se houver necessidade
	Computadores e notebooks	Manutenção das existentes	Manutenção das existentes	Aquisição de 10	Aquisição de 10	Manutenção das existentes
	Fones de ouvido	Aquisição de 5	Aquisição de 5	Manutenção das existentes	Manutenção das existentes	Manutenção das existentes
	Ilhas de Edição	Manutenção das existentes	Manutenção das existentes	Aquisição de 1	Manutenção das existentes	Manutenção das existentes
	Lousa Interativa	Manutenção das existentes	Manutenção das existentes	Aquisição de 1	Manutenção das existentes	Manutenção das existentes
	Câmeras	Manutenção das existentes	Manutenção das existentes	Aquisição de 1	Manutenção das existentes	Manutenção das existentes
	Data show	Manutenção das existentes	Manutenção das existentes	Aquisição de 2	Aquisição de 2	Manutenção das existentes

Expansão da infraestrutura física	Mesas	Manutenção das existentes	Manutenção das existentes	Aquisição de 50	Aquisição de 100	Aquisição de 50
	Cadeiras	Manutenção das existentes	Manutenção das existentes	Aquisição de 50	Aquisição de 100	Aquisição de 50
	Ar-Condicio-nado	Manutenção das existentes	Manutenção das existentes	Aquisição de 2	Aquisição de 2	Aquisição de 2
	Mesas de Estudos	Manutenção das existentes	Aquisição de 5	Manutenção das existentes	Aquisição de 5	Manutenção das existentes

Após aprovação pela direção FACIC a necessidade de expansão deve ser encaminhada ao Departamento de Tecnologia da Informação que, por sua vez, definirá as configurações de hardwares e softwares necessárias, bem como o projeto de implantação, e encaminhará para Direção Geral.

5.17. RECURSOS DE TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) representam um conjunto de recursos tecnológicos que auxiliam nos processos informacionais e comunicativos, como importante ferramenta para o atendimento às mudanças educacionais para a melhoria da qualidade do ensino, do planejamento e da gestão dos processos educacionais.

Neste contexto, a FACIC incorpora continuamente as TICs através de diversas ferramentas, entre elas podemos destacar o Ambiente Virtual de Aprendizagem (Facic Interativa), o Banco de Permanente de Conteúdos, Livros Didáticos Digitais, Biblioteca Digital e Periódicos Digitais, tudo em consonância com sistema acadêmico Minerva.

O Facic Interativa é um espaço virtual que proporciona aprendizagem por meio de materiais didáti- cos disponibilizados para as disciplinas. Neste espaço o aluno tem acesso a materiais interativos como web aulas e livros digitais, participa de discussões com sua turma e realiza atividades avaliativas colaborativas. O aluno tem à sua disposição documentos relativos ao seu curso e disciplinas, tais como manuais com regras avaliativas, cronogramas de interações e também o plano de ensino da sua disciplina. Desse modo, docentes e discentes participam, de forma colaborativa, por meio da construção coletiva, do processo de aprendizagem dos conteúdos curriculares e pesquisas adicionais de temas correlatos.

O Banco Permanente de Conteúdos é um ambiente de estudo, onde se encontra um amplo acervo acadêmico de alta qualidade disponibilizado em diversos formatos digitais, como livros didáticos, vídeos, podcast e objetos digitais de aprendizagem. Nesse espaço, são oferecidos Livros Didáticos Digitais (LDD) abertos exclusivo para os alunos. Tudo isso porque os LDDs estarão disponíveis para download, garantindo o acesso aos conteúdos mesmo sem internet.

As TICs diretamente relacionadas à comunicação dentro da Instituição são bastante diversificadas, envolvendo a FACIC e o conjunto de suas unidades. Existem três grandes áreas na comunicação, compreendendo a comunicação interna direcionada a todos os colaboradores; a comunicação acadêmica direcionada para diretores, coordenadores acadêmicos e coordenadores de curso e a comunicação aos discentes.

Na comunicação interna são veiculados informes, comunicações, e-mails e programas com o objetivo de divulgar informações fundamentais para o funcionamento da Companhia como um todo, além da difusão de boas práticas e campanhas adotadas.

Para a comunicação acadêmica são direcionadas informações e instruções acadêmicas para o funcionamento das unidades e dos cursos, envolvendo assuntos diretamente relacionados às competências da Diretoria, Coordenação Acadêmica, Coordenação de Curso e Docentes.

Os meios utilizados para esta comunicação são o e-mail institucional e o WhatsApp, onde são divulgados documentos, informes e orientações relacionadas à área acadêmica, como Avaliação, Documentos, Processos, ENADE, entre outros.

No início de cada semestre ocorre a Semana Pedagógica na IES, utilizando reuniões com o corpo docente, coordenação e direção, sendo ainda disponibilizados programas específicos para tal fim, visando oferecer todas as informações necessárias, desde questões pedagógicas como também institucionais, oferecendo uma visão sistêmica da área acadêmica da Instituição para todos os atores envolvidos diretamente com o modelo de ensino-aprendizagem.

Na comunicação direcionada aos alunos são disponibilizados o Manual do Aluno, informações, orientações, calendários, documentos, assuntos financeiros e demais questões relacionadas à vida institucional do discente via WhatsApp, sendo direcionados e-mails e informes visuais.

A informação também ocorre via afixação de avisos em painéis em sala de aula e em corredores da unidade, na Biblioteca, em laboratórios e demais locais de convivência acadêmica. O Coordenador de Curso e os professores também auxiliam para que esta comunicação se torne mais efetiva em sala de aula.

Para os alunos calouros ocorre uma semana de preparação e recepção na Instituição, com o repasse de todas as informações importantes, bem como a informação do Manual do Aluno e o acesso ao Sistema Acadêmico Minerva, ao Ambiente Virtual de Aprendizagem e à Biblioteca Digital.

Neste contexto, foi possível compor um cenário de aprendizagem contemporâneo, inovador e motivador das atividades acadêmicas de ensino, em que as interações midiáticas são incorporadas como recursos indispensáveis. Cabe destacar que tão importante quanto a proposição destas TICs no processo de ensino-aprendizagem, é a garantia da acessibilidade e do processo de assimilação e domínio das mesmas.

Para garantir acesso às TICs, a Instituição realiza testes de acessibilidade e usabilidade e orienta os setores responsáveis pelo desenvolvimento dos instrumentos. Além das orientações que visam as melhorias contínuas nos sites, AVAs e materiais, os alunos usuários de tecnologia são acompanhados para que as possíveis dificuldades sejam sanadas. Com base nas dificuldades apresentadas é possível, também, avaliar e adequar os instrumentos às necessidades deste público.

Destaca-se a importância do corpo docente, coordenador de curso e acadêmico, diretor e demais colaboradores no monitoramento da disponibilidade e acesso a estas tecnologias na IES.

5.18. AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM (AVA)

O Facic Interativa é um espaço virtual que proporciona aprendizagem por meio de materiais didáticos disponibilizados para as disciplinas. Neste espaço o aluno tem acesso a materiais interativos como webaulas e livros digitais, participa de discussões com sua turma e realiza atividades avaliativas colaborativas. O aluno tem à sua disposição documentos relativos ao seu curso e disciplinas, tais como manuais com regras avaliativas, cronogramas de interações e também o plano de ensino da sua disciplina. Desse modo, docentes e discentes participam, de forma colaborativa, por meio da construção coletiva, do processo de aprendizagem dos conteúdos curriculares e pesquisas adicionais de temas correlatos.

O Ambiente Facic Interativa utilizado no curso é desenvolvido em ambiente de programação PHP com banco de dados MySQL, via internet com plataforma modular própria, com acesso possível a 3 níveis de público: Administrador, Professor/Tutor e Aluno. O PHP (acrômico recursivo de: PHP:Hyper- text Preprocessor) é uma linguagem de programação muito usada atualmente para gerar conteúdo para WEB. O PHP tem código fonte disponível para qualquer pessoa, sem custos. A licença de uso e edição é Open Source, ou seja, ninguém pode comercializar qualquer versão modificada do PHP, e qualquer modificação deve continuar com o código fonte aberto para usuários explorarem e modifi- carem. O MySQL é o banco de dados de código aberto mais conhecido no mundo.

Com comprovado desempenho confiabilidade e facilidade de uso, o MySQL tornou-se a principal opção de banco de dados para aplicativos baseados na Web, usado por propriedades da Web de alto perfil, incluindo Facebook, Twitter, Youtube, entre outros. Com Isso, é possível observar que as plataformas adotadas para o desenvolvimento de ferramenta nativa, isto é, sob a coordenação e tutela da própria Instituição, são tecnologicamente refinadas, gratuitas e extremamente modernas e atuais.

O acesso é realizado através da URL: www.facicinterativa.com.br. A inserção dos dados constantes nos campos “E-mail” e “senha”, são provenientes de cadastros previamente efetuados pelo Administrador do sistema, através de login (chave de acesso) específico. Cabe, exclusivamente ao aluno, a responsabilidade pelo uso/fornecimento destes dados a terceiros não sendo possível a recuperação de sua senha por questão de segurança da informação, somente a inserção de um novo código no mesmo cadastro.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRÉ, Marli E. D. A; LUDKE, Menga. (1986). Pesquisa em Educação: Abordagens qualitativas. São Paulo: EPU.

BALARINE Oscar; LEITE Denise B. (1998). Avaliação Institucional das Instituições: quantificação de impactos e mudanças associados”. Avaliação: Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior – RAIES. Campinas, v. 3, n. 4, dez. p. 51-62.

BELLONI, Isaura. (1998). A função social da avaliação institucional. Avaliação: Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior – RAIES. Campinas, v.3, n.4, dez. p.37-50.

OLIVEIRA, Vilma Q. Sampaio F. P. de. (Org.) O sentido das competências no projeto político pedagógico. Natal: EDUFRN, 2002. v.3.

CONTRERAS, Cristina. Modelos de evaluación de la calidad de la Educación Superior. In: Avaliação: Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior – RAIES. Campinas, v.5, n.1, mar. p.07-18.
CONTRERAS, Jose. A autonomia dos professores. São Paulo: Cortez, 2002.

PALHARINI, Francisco A. (2001). Tormento e paixão pelos caminhos do PAIUB. Avaliação: Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior – RAIES- Campinas, v.6, n.1, mar, p. 15- 26

PORTAL INEP. http://portal.inep.gov.br/superior-avaliacao_institucional.